

RELATÓRIO DE GESTÃO SEMPPLAN 2025



PREFEITURA DE

TERESINA
NO CAMINHO CERTO

SEMPPLAN

Secretaria Municipal
de Planejamento e Coordenação



**Secretaria Municipal de Planejamento e
Coordenação - SEMPLAN**
Marco Antônio Ayres Corrêa Lima

Chefia de Gabinete
Mayvan Vieira da Silva
Coordenação Administrativa
Liana Isis Castelo Branco Nunes Rodrigues
Núcleo Financeiro
Ediberto Marques de Matos
Assessoria Técnica Especializada - ATE
Sara Rodrigues Mendonça
Assessoria de Comunicação - ASCOM
Graciane Maria de Araújo Sousa
Leilane de Sousa Cabral
Núcleo da Plataforma BIM - NUBIM
Virginia Emannuella Moura Lopes

**Secretaria Executiva de Planejamento
Estratégico, Orçamento e Gestão -
SEPLAG**
Daniel Pereira da Silva Monteiro Rosa
Agenda 2030
Leonardo Madeira Martins
**Coordenação Especial de Execução e
Controle Orçamentário**
Gil Alves Cabral
**Coordenação Especial de Elaboração
Orçamentária e Controle de Gestão**
Éder Trindade Fabeni
Assessoria de Gestão Estratégica
Rafaela Wall de Castro
Amanda Batista da Rocha Romero
Assessoria de Drenagem Urbana
Kleyton Oliveira Medrado

Assessoria de Orçamento Popular
Karina Kedna Portela Soares Rocha

**Secretaria Executiva de Captação de
Recursos e Monitoramento - SECREM**
Ítalo Portela Gomes
Coordenação de Captação de Recursos
Luzana Leite Brasileiro
Coordenação de Monitoramento
Renata de Sousa Queiroz Carvalho
**Coordenação do Programa Teresina
Sustentável**
Raquel Alves Bezerra Lima

**Secretaria Executiva de Planejamento
Urbano – SEPLUR**
Augusto César Basílio Soares
**Gerência de Articulação e Planejamento
Urbano**
Pâmella Maria Araújo Lopes
Gerência de Projetos
Ângela Celi Basílio Lima Araújo
**Gerência de Patrimônio Imobiliário
Municipal**
Benedito Machado De Araújo Filho
**Gerência de Pesquisa e
Geoprocessamento**
Aldenora Pereira Barros
**Gerência de Uniformização de
Procedimentos e Legislação**
André Gustavo Galvão Andrade

FICHA TÉCNICA

Marco Antônio Ayres Corrêa Lima

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação

Daniel Pereira da Silva Monteiro Rosa

Secretário Executivo de Planejamento Estratégico e Gestão

Equipe Responsável pela Organização e Elaboração

Amanda Batista da Rocha Romero - Assessora de Coordenação da Semplan

Camila Cardoso Batista - Fiscal de Serviços Públicos

Gena Borges do Nascimento - Economista

Iraneide Cristina Araújo Viana - Assistente Social

Lídia Duarte Louzada dos Santos - Analista de Gestão Pública

Rafaela Wall de Castro - Analista de Orçamento e Finanças Públicas

Ravena Mendes Martins - Analista de Gestão Pública

Colaboradores / Pontos Focais na Semplan

Aline Souza Rodrigues Leite

Amanda Batista da Rocha Romero

André Araújo Rocha

Daniel de Sousa Russo

Dayanne Christine Sousa Silva

Éder Trindade Fabeni

Ediberto Marques de Matos

Gil Alves Cabral

Leilane de Sousa Cabral

Liana Isis Castelo Branco Nunes

Kleyton Oliveira Medrado

Karina Kedna Portela Soares Rocha

Mariana Moreira de Sousa

Pollyanne Paz Lima

Rafaela Wall de Castro

Rayla Fernanda de Meneses Marques Lages

Renata de Sousa Queiroz Carvalho

Thamires da Silva Morais

Sara Resende de Morais

Virgínia Emanuelle Moura Lopes

ILUSTRAÇÃO DO RELATÓRIO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Identidade estratégica da Semplan.	12
Figura 2 - Cadeia de valor da Semplan.	12
Figura 3 - Mapa estratégico da Semplan.....	13
Figura 4 - Organograma da Semplan.	14
Figura 5 - Veículos Próprios.	21
Figura 6 - Patrimônio (Mobiliários e Equipamentos).	22
Figura 7- Atividades de assessoramento.....	24
Figura 8 - Imóveis locados.....	26
Figura 9 - Despesas com água e energia elétrica.	27
Figura 10 – Primeira Aula do Curso.	28
Figura 11 – Representante da Instituição Alana com a Equipe Agenda 2030/ SEMPLAN... 29	
Figura 12 – Visita de Representantes do Pacto Pela Crianças e TCE.	29
Figura 13 – Visita as obras do Primeiro Parque de Teresina planejado especialmente para crianças de 0 a 6 anos.....	30
Figura 14 – Registro da presença da Agenda 2030/ SEMPLAN e da SEMEC.....	30
Figura 15 – Visita técnica à ALLMA.	31
Figura 16 – Curso no INSEAD.....	31
Figura 17 – Reunião Cria na Paz com educadores municipais e Passeata na Av. Raul Lopes.	32
Figura 18 - Registros de Cirandas Formativas realizadas em 2025.....	33
Figura 19 - Participação no Seminário Fundo da Infância e da Adolescência.	34
Figura 20 - Cronograma das etapas da edição 2025/2026.	39
Figura 21 – Assinatura do Memorando de Entendimento e visita a Terminal de Integração.. 40	
Figura 22 – Segunda Missão Presencial do Projeto Acoplares em Teresina.	39
Figura 23 – Participação no Simpósio M2G 2025.....	40
Figura 24 - Apresentação Agenda The 2030 - Congresso de Mobilidade Urbana - SP.	41
Figura 25 – Registro da Reunião de Alinhamento CITINOVA.	42
Figura 26 – Oficina de Lançamento do Projeto DUI-RRD Cidades, na sede da Fiocruz.	42
Figura 27 – Registro do 2º Diálogo Nacional-Local UrbanShift Brasil.	43
Figura 28 – Registro da Equipe Agenda Teresina 2030.	44
Figura 29 – Apresentação de Pesquisa durante o Simpósio Global 2025 sobre Justiça Climática e Populações Impactadas.....	44
Figura 30 – Reunião com WRI Brasil e com representantes da comunidade.	45
Figura 31 - Ação Social no Residencial Edgar Gayoso.....	45
Figura 32 – Encontro para fortalecimento da Cooperação Estratégica Interinstitucional.	45
Figura 33 - II Fórum de Justiça Climática de Teresina.....	45
Figura 34 – Palestra Magna no evento XI SEMEARES.....	46
Figura 35 - Palestra no evento Teresina, Sombra & Água Fresca.	47
Figura 36 - Mesa Redonda na Feira de Ciências – ESMG sobre Agenda 2030.	47

Figura 37 – Registros do City Works.	48
Figura 38 – Registros do CiBiX.....	48
Figura 39 – Oficina sobre Planejamento Ambiental do DUI-RRD.	49
Figura 40 - 8ª edição da Escola de Resiliência de Mercocidades, em Niterói (RJ).	49
Figura 41 - Encontro Daring Cities 2025, realizado em formato virtual.	49
Figura 42 - Delegação de Teresina e Apresentação de Projeto no C40-World Mayors Summit 2025, realizado no Rio de Janeiro.....	50
Figura 43 - Palestra sobre o combate à expansão urbana desordenada - Agenda 2030.....	51
Figura 44 - Participação da Agenda Teresina 2030 na COP30 em Belém (PA).	51
Figura 45 - Oficina de construção de protocolo de saúde para a Rede Municipal.	52
Figura 46 - 3ª Conferência do Clima de Teresina (CLIMATHE25).	52
Figura 47 – Recebimento do Certificado do Prêmio Amigos do Riacho Itararé.	53
Figura 48 – Praça do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde.	54
Figura 49 – Barragem dos Algodões – Município de Cocal – Piauí.	55
Figura 50 – Início da Segunda etapa do PMRR.....	55
Figura 51 – Visita Técnica à Praça do Mercado do Dirceu II.	56
Figura 52 – Visita Técnica ao CMEI Professor Roberto Gonçalves de Freitas.....	56
Figura 53 – Visita a GIZ Brasil em Brasília.	57
Figura 54 - Visita ao Parque Lagoa Piratininga - Niterói (Rio de Janeiro).	57
Figura 55 – Registro da Missão com Sra Florbela Fernandes.	57
Figura 56 – Reunião da Pesquisa UNFPA.....	58
Figura 57 – Lançamento do Projeto de Inventário de Gases do Efeito Estufa - Rede Clube. .	59
Figura 58 – Primeira Oficina Presencial da Estratégia Alimenta Cidades.	60
Figura 59 – Reunião MDS, CAISAN Estadual e CAISAN Teresina e Reunião do CAISAN.	60
Figura 60 – Registros das Reuniões COMSEA e CAISAN.	61
Figura 61 – Encontro para formação de parceria UFPI e Agenda 2030.....	61
Figura 62 - Agenda Teresina 2030 e Equipe da FGV.....	63
Figura 63 - Registro de uma das reuniões de orientação com os órgãos sobre PE.....	64
Figura 64 - 1ª Reunião da Comissão de Planejamento Estratégico da Semplan em 2025 e Oficina para andamento da elaboração do PE com setores da SEMPLAN.....	63
Figura 65 - Entrega do PLDO na Câmara Municipal de Teresina.....	65
Figura 66 - Audiência Pública do PLDO 2026.....	66
Figura 67 - Oficina de Apresentação da Metodologia de Elaboração e Plataforma de participação popular sugerindo propostas para o PPA 2026 - 2029.	67
Figura 68 - Oficina de Apresentação da Metodologia para Elaboração da LOA 2026.	67
Figura 69 – Audiência Pública da PLOA 2026.	69
Figura 70 – Treinamentos sobre Gestão de Emendas Municipais na CMT.	70
Figura 71 - Reunião de alinhamento de novos investimentos para Teresina.....	74
Figura 72 – Resumo do Status das propostas cadastradas, em 2025.	75
Figura 73 - Acompanhamento da Visita Técnica do CAF a Obras na Capital.....	79
Figura 74 - Reunião de Análise de Instalação de Grandes Empreendimentos.	81

Figura 75 - Reunião de Alinhamento para Implantação do SIG Web.	83
Figura 76 - Vistoria de Obras de Drenagem de Novos Empreendimentos.....	86
Figura 77 - Vista de Alguns Empreendimentos vistoriados.	87
Figura 78 - Reuniões com o SINDUSCON.	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação Funcional dos Servidores da Semplan.....	20
Gráfico 2 - Abastecimento de Veículos Próprios.	21
Gráfico 3 - Resumo dos contratos vigentes em dezembro.....	22
Gráfico 4 - Contratos e termos aditivos realizados por legislação aplicável.	25
Gráfico 5 - Quilometragem percorrida por veículo locado.....	26
Gráfico 6 - Comparativo mensal de despesas com água e energia.	27
Gráfico 7 - Situação da Execução das Obras/Serviços aprovadas no OP/Órgão Executor - Passivo 2023.	38
Gráfico 8 – Evolução dos Recursos Municipais na Previsão da LOA – Anos 2024 – 2025 – 2026.....	68
Gráfico 9 - Detalhamento de Algumas Atividades Desenvolvidas na tramitação de Processos de Drenagem Urbana.	84
Gráfico 10 - Vistorias de obras de drenagem realizadas por tipo.	87
Gráfico 11 - Restos a Pagar - Ação Orçamentária.	90
Gráfico 12 - Execução de Créditos Adicionais (Por tipo - Valor).....	92
Gráfico 13 - Execução de Créditos Adicionais (Por tipo - Quantidade).....	92
Gráfico 14 - Execução de Créditos Adicionais (Por instrumento - Valor e Quantidade).....	93
Gráfico 15 - Execução de créditos adicionais (Origem do recurso - Valor).....	94
Gráfico 16 -Execução de créditos adicionais (Origem do recurso - Quantidade).	95
Gráfico 17 - Execução Orçamentária e Financeira - Geral - 2025.	95
Gráfico 18 - Execução Orçamentária e Financeira Semplan - série histórica dos últimos três anos.	96
Gráfico 19 - Despesa Executada (Comparativo com exercício anterior).	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Normas.....	14
Quadro 2 - Monitoramento de Meta e Indicador do PPA 2022-2025.....	20
Quadro 3 - Detalhamento dos contratos vigentes em dezembro.....	22
Quadro 4 - Macro Atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnica.	25
Quadro 5 - Cirandas Formativas e Temas Debatidos em 2025.	33
Quadro 6 - Monitoramento de Meta e Indicadores do PPA 2022-2025.	34
Quadro 7 – Consultas prévias aprovadas - CEHIS.	35
Quadro 8 – Alvarás emitidos - CEHIS.	36
Quadro 9 - Obras/Serviços Aprovados no OP.	37
Quadro 10 - Situação da Execução das Obras/Serviços Aprovados no OP (Passivo 2023), em 2025.....	38
Quadro 11 - Monitoramento de Meta e Indicador do PPA 2022-2025.....	63

Quadro 12 - Etapa, Fases e Atividades Realizadas para a elaboração e aprovação das Leis Orçamentárias.	67
Quadro 13 – Teto de Despesa por Órgão – LOA 2026 (Lei 6.311/2025).	68
Quadro 14 – Emendas Parlamentares Individuais cadastradas por Órgão/ Entidade.	70
Quadro 15 - Emendas Parlamentares Individuais cadastradas e validadas por tipo de execução.....	71
Quadro 16 - Monitoramento de Meta e Indicadores do PPA 2022-2025.	72
Quadro 17 - Detalhamento da captação de recursos, em 2025.	72
Quadro 18 – Operações Vigentes em Execução, em reais.....	73
Quadro 19 – Operações em Execução, em dólar.	74
Quadro 20 – Detalhamento – Emendas Individuais/Propostas Voluntárias.	75
Quadro 21 – Detalhamento - Seleção PAC.....	76
Quadro 22 - Principais Obras Monitoradas em 2025.....	78
Quadro 23 - Competências Exercidas no Assessoramento da Drenagem Urbana.....	84
Quadro 24 - Principais tipos de solicitações avaliadas.	85
Quadro 25 - Solicitações recebidas por tipo.	85
Quadro 26 - Tipos de serviços de amortecimento das vazões.	85
Quadro 27 - Tipos de fiscalização.	86
Quadro 28 - Atividades de Articulação Institucional Desenvolvidas.....	88
Quadro 29 - Execução Financeira - Discriminada por Contrato Semplan- 2025.	90
Quadro 30 - Execução Orçamentária e Financeira - Discriminada por Despesa Semplan - 2025.....	91
Quadro 31 - Execução de créditos adicionais (Por tipo).....	91
Quadro 32 - Execução de créditos adicionais (Por instrumento).....	93
Quadro 33 - Execução de créditos adicionais (Origem do recurso).	94
Quadro 34 - Execução Orçamentária e Financeira - Discriminada por Ação Orçamentária Semplan - 2025.	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	11
3. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL	12
4. RESULTADOS DA GESTÃO	28
4.1 - DIMENSÃO - SOCIAL	28
4.1.1 - PRIMEIRA INFÂNCIA.....	28
4.1.2 - HABITAÇÃO	34
4.1.3 - GESTÃO ORÇAMENTO POPULAR MUNICÍPIO.....	36
4.2 - DIMENSÃO - GOVERNANÇA.....	39
4.2.1 - AGENDA TERESINA 2030	39
4.2.2 - GESTÃO ESTRATÉGICA.....	62
4.2.3 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO.....	65
4.3 - DIMENSÃO - INVESTIMENTOS	71
4.3.1 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS	72
4.3.2 - GESTÃO DO PROGRAMA TERESINA SUSTENTÁVEL - CAF	78
4.4 - DIMENSÃO - INFRAESTRUTURA URBANA / REGULAÇÃO	79
4.4.1 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	79
4.4.2 - DRENAGEM MUNICIPAL.....	83
4.4.3 - PROJETOS DE INOVAÇÃO NA INFRAESTRUTURA URBANA.....	88
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	90
APÊNDICE - RELAÇÃO DE GESTORES E RESPONSÁVEIS.....	99

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (Semplan) de Teresina apresenta seu Relatório de Gestão Anual no qual é possível elencar as principais ações e serviços entregues ao longo do exercício de 2025, devidamente pautados normas específicas que orientam suas atribuições. Este documento é fruto de um trabalho coletivo e foi elaborado com base nas diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI) devidamente alinhado aos instrumentos de planejamento da Prefeitura de Teresina, assegurando conformidade técnica, transparência e aderência às metas de governo.

As ações desenvolvidas estão articuladas aos programas do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, especificamente em relação aos Resultados da Gestão, considerando o último ano de execução do PPA citado.

O relatório foi organizado de forma a refletir com clareza o desempenho da Secretaria e traz os resultados alcançados ao longo do ano, estruturados em quatro dimensões estratégicas: Social, Governança, Investimentos e Infraestrutura Urbana. Cada uma dessas dimensões destaca as iniciativas e os resultados que expressam o papel da Semplan na articulação das políticas públicas, no monitoramento da execução orçamentária e no fortalecimento da capacidade institucional da administração municipal.

Na dimensão social, os esforços da Semplan concentraram-se no apoio à formulação, monitoramento e integração de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população de Teresina. Em 2025, a Secretaria atuou de forma articulada com áreas como educação, assistência social e habitação, assegurando que os recursos orçamentários fossem direcionados de maneira estratégica para atender as demandas mais urgentes da cidade. Na dimensão de Governança, o foco esteve na consolidação de práticas de gestão pública orientadas por eficiência, transparência e responsabilidade fiscal.

A dimensão de Investimentos contemplou o planejamento, priorização e acompanhamento das iniciativas estratégicas de médio e longo prazo que visam transformar a infraestrutura e os serviços públicos da cidade. Assim, em 2025, a Secretaria atuou diretamente na captação de recursos, elaboração de estudos de viabilidade e estruturação de projetos com apoio de parceiros institucionais. Já a dimensão de Infraestrutura Urbana reuniu as ações de planejamento voltadas à organização e ao desenvolvimento do espaço urbano de Teresina, com foco na melhoria da mobilidade, da sustentabilidade e da qualidade dos equipamentos públicos. A Secretaria atuou de forma transversal no apoio técnico à elaboração de projetos de infraestrutura, no mapeamento de demandas territoriais, na articulação intersetorial com as demais secretarias responsáveis pela execução das obras.

Todas as dimensões estão alinhadas aos compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

Mais do que uma prestação de contas, este relatório representa um instrumento de acompanhamento da gestão que contribui para a melhoria contínua dos processos de planejamento e para a tomada de decisões mais eficientes e orientadas às reais necessidades da população de Teresina. Ao consolidar os avanços obtidos em 2025, bem como os desafios

enfrentados, reafirmamos o compromisso da Semplan com uma gestão pública moderna, participativa e orientada para resultados.

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

É com satisfação que apresento o Relatório de Gestão da Secretaria de Planejamento e Coordenação (Semplan) referente ao exercício de 2025. Este documento representa o cumprimento de um dever institucional de transparência, responsabilidade e prestação de contas e, sobretudo, a oportunidade de refletirmos sobre os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas que se desenharam para o futuro do nosso município.

Ao longo deste ano, acompanhamos a nova gestão municipal e trabalhamos com determinação para incentivar uma gestão pública eficiente. Mudanças importantes nos aspectos de governança e no fortalecimento das políticas públicas foram desenvolvidas, investimos em instrumentos de monitoramento e avaliação, aprimoramos os processos de planejamento orçamentário e ampliamos o diálogo intersetorial com as demais secretarias. Essas ações objetivaram maior integração e efetividade na execução das ações governamentais. Em síntese, adotamos uma condução responsável das contas públicas, reduzindo passivos herdados e abrindo caminho para novos investimentos na cidade.

Enfrentamos um cenário desafiador, marcado por restrições fiscais e pela necessidade de responder com agilidade às demandas da população. Ainda assim, a gestão alcançou um marco na política de ajuste fiscal do município com a redução da dívida consolidada e dos restos a pagar processados. Dessa forma, aliviamos a pressão sobre o caixa municipal vislumbrando uma maior capacidade de execução de novos projetos para nossa cidade.

Conseguimos avançar em iniciativas importantes, como a elaboração do Plano Plurianual 2024-2029 de uma forma inovadora e a implementação de novas sistemáticas de trabalho na gestão e no orçamento que visam maior controle, informatização e transparência. Destaco o fortalecimento nos investimentos em obras nas diferentes regiões de Teresina que permitirão maior mobilidade e qualidade de vida, melhores condições de trabalho e habitação, bem como segurança, saúde e educação.

Para 2026, entendemos que a cultura de planejamento estratégico deve ser fortalecida, bem como as estratégias de monitoramento dos principais indicadores de desempenho da Semplan.

Este relatório é resultado do comprometimento da equipe técnica e da colaboração com diversos atores da administração municipal. A todos os servidores e parceiros que contribuíram para esses resultados, registro meu sincero agradecimento.

Reafirmo nosso compromisso com a melhoria contínua da gestão pública e com o planejamento como instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e eficiente da nossa cidade.

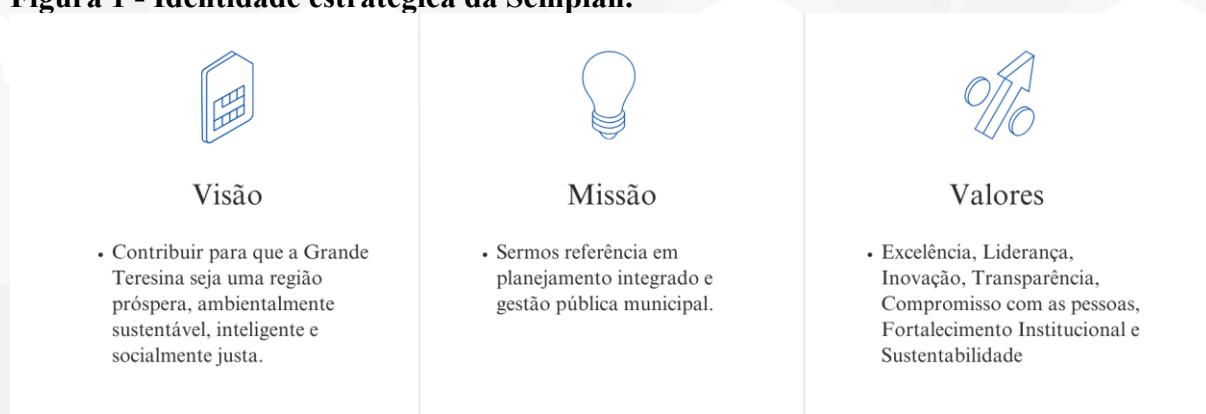
Marco Antônio Ayres Corrêa Lima
Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação

3. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL

3.1 Identidade Organizacional

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEMPPLAN)** é responsável pelo planejamento público com foco no desenvolvimento sustentável e na excelência da gestão pública municipal. A secretaria atua como um órgão central da gestão municipal exercendo um papel crucial na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. A Semplan integra a estrutura da Prefeitura Municipal de Teresina através da Lei Complementar nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000 e alterações posteriores. Na cadeia de valor da Semplan (Figura 1) é possível apresentar os principais processos de trabalho e entregas da secretaria, ligados aos seus direcionadores estratégicos (Figura 2).

Figura 1 - Identidade estratégica da Semplan.



Fonte: SEMPLAN/PMT.

Figura 2 - Cadeia de valor da Semplan.



Fonte: SEMPLAN/PMT.

A representação gráfica estratégica da Semplan apresenta-se através do Mapa Estratégico divididos pelas perspectivas e os objetivos estratégicos.

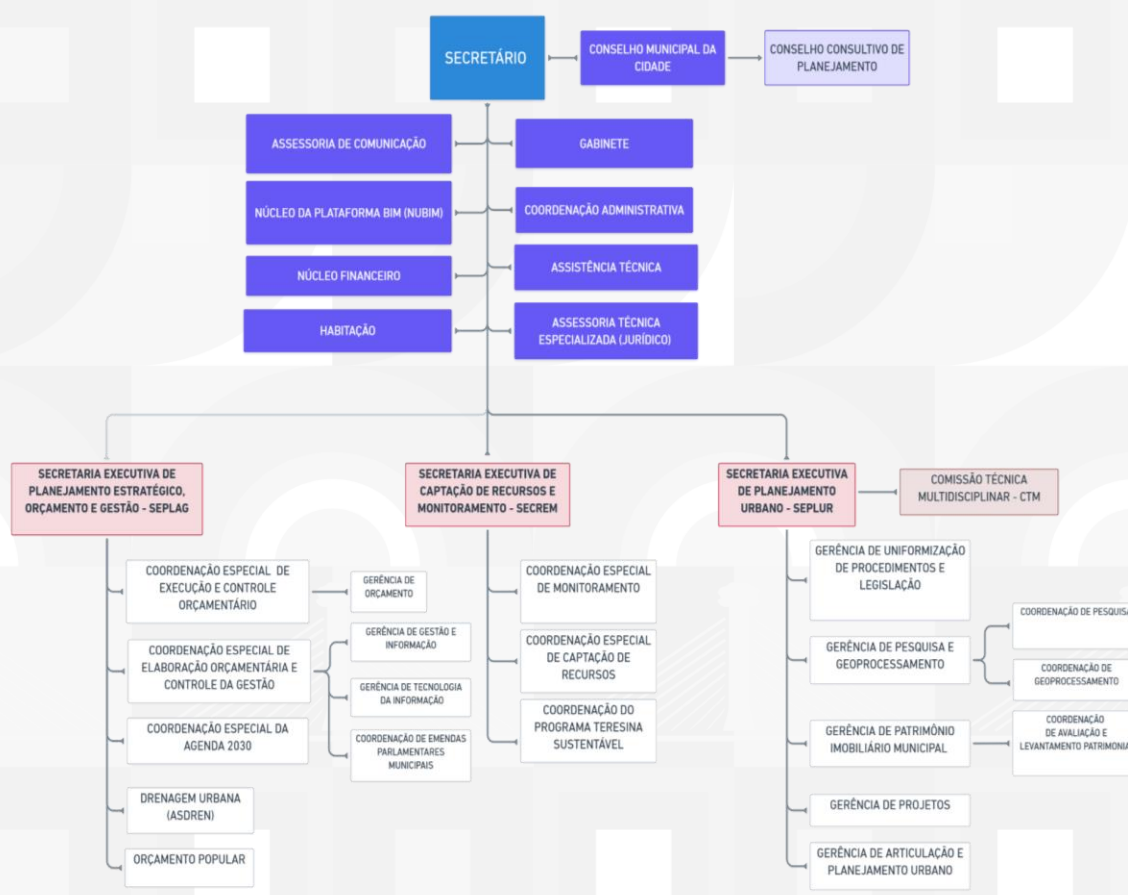
Figura 3 - Mapa estratégico da Semplan.

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
SOCIEDADE / CIDADÃO	FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS	GARANTIR A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DA SEMPLAN EM RESPOSTA ÀS DEMANDAS
PROCESSOS INTERNOS	PROMOVER O TRABALHO EFICIENTE E SUSTENTÁVEL	FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA
PESSOAS	IMPLEMENTAR GESTÃO DE PESSOAS	
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	ASSEGURAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA, MATERIAL E DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	IMPLEMENTAR TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
FINANCEIRA	APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	

Fonte: SEMPLAN/PMT.

A seguir, a apresentação do organograma atual da Semplan com suas respectivas secretarias executivas, setores, gerências e coordenações.

Figura 4 - Organograma da Semplan.



Organograma elaborado de acordo com a Lei de Organização Adm. Poder Executivo Municipal - atualizada até 31.01.2025. O decreto que reinstituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) (nº 10.575) foi revogado pelo decreto nº 21.229, de 7 de julho de 2021. A Lei Municipal nº 5.481, de 18 de outubro de 2019 (PDOT) instituiu a Comissão Técnica Multidisciplinar (CTM).

Fonte: SEMPLAN/PMT.

3.2 Normas

No desempenho das atividades, cada setor faz uso de normas específicas que orientam suas ações. No quadro abaixo estão listadas as principais normas norteadoras do trabalho desenvolvido na Semplan.

Quadro 1 - Principais Normas.

SETOR	Norma	Descrição
Assessoria de Gestão Estratégica	Instrução Normativa nº 01/2022 – TCE/PI	Disciplina a composição do Relatório de Gestão Consolidado e dá outras providências.
	Instrução Normativa nº 05/2023 – TCE/PI	Dispõe sobre regras gerais quanto aos prazos, a organização, o conteúdo e a forma de apresentação das prestações de contas das

		Unidades Prestadoras de Contas sob jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e dá outras providências
	Portaria n ^a 47/2025/GAB/SEMPLAN, de 06 de março de 2025	Dispõe sobre a coleta de dados no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN, para fins elaboração do Relatório de Gestão 2025.
	Portaria n ^o 152/2025/GAB/SEMPLAN, de 21 de maio de 2025	Substitui e nomeia os membros da Comissão de Desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN.
	Lei Complementar n ^o 6.159, de 13 de dezembro de 2024	Altera dispositivos da Lei Complementar n ^o 2.959, de 26 de dezembro de 2000 (Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal), com modificações posteriores, e dá outras providências.
Coordenação de Orçamento	Lei Orgânica do Município	Estabelece as normas básicas gerais para facilitar o funcionamento da administração e dos poderes municipais. Dessa forma, determinando as atribuições do Prefeito, dos vereadores e das Políticas Públicas (de educação, saúde, meio ambiente, etc)
	Lei 4320, de 17 de março de 1964	Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5 ^o , inciso XV, letra b, da Constituição Federal
	Portaria n ^o 163/2001	Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências
	Lei Complementar n ^o 101 - LRF	Visa impor o controle dos gastos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, condicionando-os à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos
Coordenação de Emendas Municipais	Lei n ^o 4.558/2014	Criação e implementação do SECIEPI
	Decreto n ^o 19.434/2020	Dispõe sobre regras e procedimentos de indicação, análise e execução de EPI e na forma que especifica
	Decreto n ^o 16.802/2017, regulamenta a Lei federal n ^o 13.019/2014	Dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração municipal e as organizações da sociedade civil
	Decreto n ^o 26.683, jul/2024	Estabelece a abertura do SECIEPI para o exercício 2025
	Decreto n ^o 28.204, jul/2025	Estabelece a abertura do SECIEPI para o exercício 2026
Assessoria de Drenagem	Lei Complementar n ^o 4.724, de 03 de junho de 2015	Define as diretrizes para regulação relativa a controle dos impactos da drenagem urbana de novos empreendimentos e inundações

		ribeirinhas, na drenagem pluvial pública, e dá outras providências.
Núcleo BIM	Decreto Municipal Nº 20.269, de dezembro de 2020	Cria o Nubim, condiciona o LaBIM e descreve suas competências
	Decreto Municipal Nº 20.270, de dezembro de 2020	Nomeia os coordenadores do NuBIM.
	Decreto Federal Nº 10.306, de abril de 2020	Estabelece Prazos de Utilização – 3 etapas de 2021 a 2028
	Lei Licitações Nº 14.133, de abril de 2021	Artigo 19 preferência projetos em BIM, exigido justificativa caso não seja contemplado
	Decreto Federal Nº 11.888, de janeiro de 2024	Entrega Nacional de Disseminação do BIM
Assessoria Orçamento Popular	Lei nº 5.458, de 11 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a criação do Orçamento Popular de Teresina como Programa de Gestão Democrática e Participativa da cidade de Teresina e dá outras providências.
	Lei nº 3.737, de 13 de março de 2008	Cria o Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina e dá outras providências.
	Lei nº 4.282, de 25 de maio de 2012	Reinstitui o Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina e dá outras providências.
	Decreto nº 15.449, de 27 de outubro de 2015	Define a Sistemática do Orçamento Popular de Teresina 2015/2016.
	Decreto nº 14.190, de 25 de junho de 2014	Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Orçamento Popular de Teresina – COMOP.
	Lei Complementar nº 6.159, de 13 de dezembro de 2024	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000 (Organização Administrativa do Poder Executivo Municipal), com modificações posteriores, e dá outras providências.
Núcleo Financeiro	Lei nº 8.666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
	Lei nº 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
	Lei nº 8.245/1991	Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.
	Decreto Municipal nº 22.174/2022	Dispõe sobre a regulamentação dos Fluxogramas Administrativos e Listas de Verificação (checklists) de Adesão a Ata de Registro de Preço, Alteração Contratual, Contratação Direta, Reajuste de Preços, Repactuação e Revisão de Obras e Serviço de Engenharia, objetivando facilitar a compreensão do fluxo das atividades, uniformizar documentos mínimos necessários para análise dos processos e a estabelecer padrão de conduta a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, na forma que especifica.

	Decreto Municipal nº 13.183/2013	Dispõe sobre a formalização de processos relativos à contratação de despesas para execução de obras, prestação de serviços e aquisição de bens, através de dispensa de licitação, no âmbito do município de Teresina, e dá outras providências.
Assistência Técnica	Lei nº 8.666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
	Lei nº 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
	Lei nº 2.959/2000	Lei de Organização Administrativa de Teresina.
	Decreto Municipal nº 27.880/2025	Fluxograma e Lista de Verificação de Repactuação de Contratos.
	Decreto Municipal nº 22.174/2022	Dispõe sobre a regulamentação dos Fluxogramas Administrativos e Listas de Verificação (checklists) de Adesão a Ata de Registro de Preço, Alteração Contratual, Contratação Direta, Reajuste de Preços, Repactuação e Revisão de Obras e Serviço de Engenharia, objetivando facilitar a compreensão do fluxo das atividades, uniformizar documentos mínimos necessários para análise dos processos e a estabelecer padrão de conduta a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, na forma que especifica.
Gabinete da Semplan	Decreto Municipal nº 25.530/2024	Dispõe sobre a regulamentação da contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, no Município de Teresina, conforme previsto nos arts. 72, 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e dá outras providências.
	Lei Federal nº 5.445/2019.	Garante às mulheres vítimas de violência doméstica, prioridade nos programas habitacionais, no âmbito do Município de Teresina.
	Decreto Federal nº 11.016/2022.	Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
	Portaria MC nº 810/2022.	Define procedimentos para a gestão, operacionalização, cessão e utilização dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.
	Lei Federal nº 14.620/2023.	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei

		do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
	Portaria MCID nº 725/2023.	Dispõe sobre as especificações urbanísticas, de projeto e de obra e sobre os valores de provisão de unidade habitacional para empreendimentos habitacionais no âmbito das linhas de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Fundo de Desenvolvimento Social, integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023
	Portaria MCID nº 1.482/2023.	Divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023.
	Portaria MCID nº 786/2024.	Dispõe sobre a atualização anual dos limites de renda bruta familiar admitidos para famílias atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.
	Portaria MCID nº 738/2024.	Dispõe sobre os procedimentos para a definição das famílias beneficiárias de empreendimentos habitacionais no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida.
	Portaria MCID nº 75/2025.	Dispõe sobre o Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades.

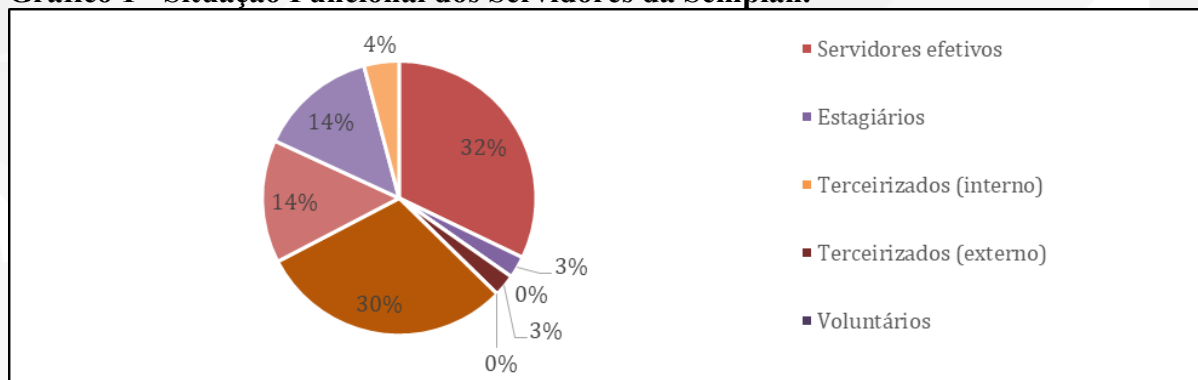
	Portaria Conjunta MCID/MDHC/MDS nº 4/2025.	Estabelece orientações e procedimentos para atendimento de pessoas e famílias em situação de rua e com trajetória de rua pelo Programa Minha Casa, Minha Vida em operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, considerando o disposto no inciso VI, do art. 8º, da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023.
	Decreto Municipal nº 27.768/2025.	Institui, no âmbito do Município de Teresina, o Grupo Institucional do Poder Público - GIPP – com o objetivo de integrar os diversos órgãos e entidades municipais para tornar mais ágeis as ações de gestão, monitoramento e de fiscalização dos empreendimentos habitacionais dos programas de habitação de interesse social –, nomeia os seus membros, e dá outras providências.
	Decreto Municipal nº 27.984/2025.	Nomeia os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, e dá outras providências.
	Lei Complementar nº 6.215/2025.	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 5.807, de 18 de outubro de 2022 (Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo Urbano do Município de Teresina), modificada pela Lei Complementar nº 5.980, de 24 de agosto de 2023, e dá outras providências.
	Decreto Municipal nº 28.060/2025.	Dispõe sobre a Comissão Especial para Habitação de Interesse Social – CEHIS, instituída pela Lei Complementar nº 5.980, de 24 de agosto de 2023 (que modificou a Lei Complementar nº 5.807, de 18 de outubro de 2022), alterada pela Lei Complementar nº 6.215 de 05 de junho de 2025, e dá outras providências.
	Decreto Municipal nº 28.061/2025.	Nomeia os membros da Comissão Especial para Habitação de Interesse Social - CEHIS, e dá outras providências.
	Decreto Municipal nº 28.024/2025.	Dispõe sobre criação da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Teresina, e dá outras providências .
Secretaria Executiva Captação de Recursos	Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023	Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União.
	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
	Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024	Regulamenta as transferências obrigatórias a Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcios Públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, de interesse da União.

Fonte: SEMPLAN/PMT.

3.3 Gestão de Pessoas

A mão de obra da Semplan é composta em sua maioria por servidores efetivos, totalizando 62 servidores ativos. Quanto à mão de obra terceirizada, totalizam cinco colaboradores, contratos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, quais sejam: SEMA - ALFA 150/2020 e SEMA-ALFA nº 16/2020. Quanto às pessoas com deficiência, considerando servidores/dependentes, existem dois.

Gráfico 1 - Situação Funcional dos Servidores da Semplan.



Fonte: Coordenação Administrativa/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Entre cursos, capacitações e oficinas dos Servidores da Semplan, em 2025, destacam -se:

- Especialização em Finanças Públicas em parceria com UFPI com carga horária de 450 hora aula, dos servidores do orçamento;
- A capacitação dos servidores da Agenda 2030 e FMS no curso no INSEAD em Fontainebleau na França. Formação internacional sobre Primeira Infância na universidade de Harvard-Cambridge/EUA, e a capacitação na Formação Urban Academy em parceria com a Urban95 e a Fundação Van Leer com objetivo de formação dos servidores a qualificar os projetos voltados para a Primeira Infância;
- Oficina de lançamento do Projeto DUI-RRD Cidades em Brasília, na sede da Fiocruz com a temática sobre planejamento ambiental, para os servidores da Agenda 2030;
- O curso Desafios Práticos para Aplicação da Lei nº 14.133/2021, de formação dos servidores da Assessoria Técnica quanto a Aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021.

Abaixo, meta com o respectivo indicador e seu resultado em 2025:

Quadro 2 - Monitoramento de Meta e Indicador do PPA 2022-2025.

Meta: Promover a excelência na gestão administrativa da Semplan		
Indicador	2025	
	Planejado	Executado
Cursos de aperfeiçoamento / Servidores treinados (%)	100%	10%

Fonte: SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

3.4 Gestão de Patrimônio

O patrimônio da Semplan tem em sua composição três veículos próprios, sendo uma motocicleta e dois micro-ônibus. Cabe ressaltar que o micro-ônibus de placa NIR 4787 está cedido à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas, conforme Termo de Cessão de Uso nº 01/2023, publicado no DOM 3.624 em 23 de outubro de 2023.

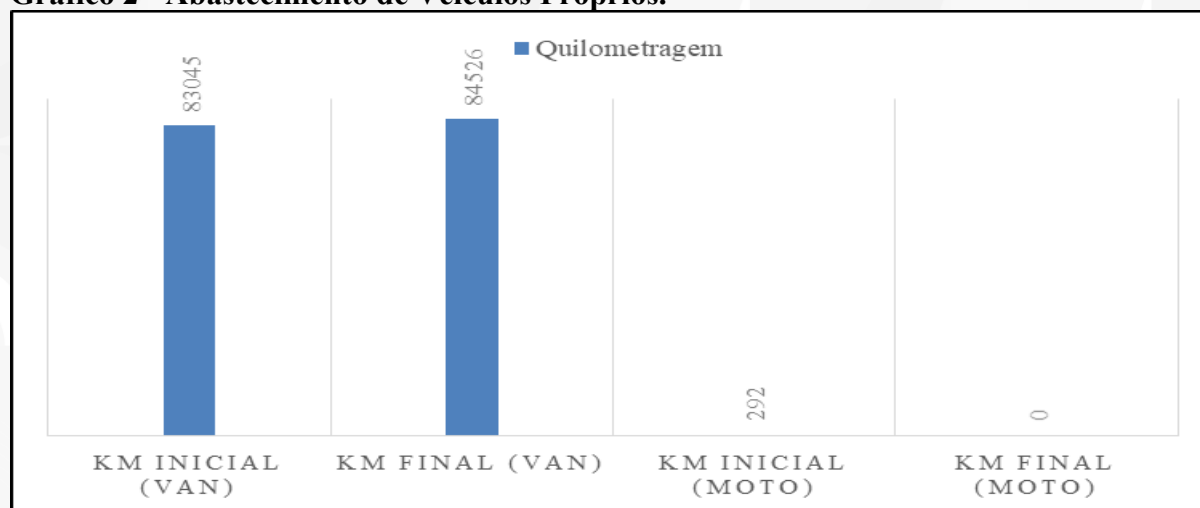
Figura 5 - Veículos Próprios.



Fonte: Coordenação Administrativa/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

A motocicleta modelo 125 FAN KS, placa PIG-0743, possui capacidade de 15,10 litros, utiliza combustível do tipo gasolina e registrou abastecimento no mês de abril, no valor de R\$ 47,22. À época do abastecimento, a quilometragem inicial registrada foi de 292 km. Já o micro-ônibus, placa PIT-8313, possui capacidade de 75 litros e utiliza combustível diesel. No período analisado, foram realizados diversos abastecimentos, nos valores de R\$ 200,00, R\$ 213,36, R\$ 200,07, R\$ 300,00, R\$ 355,53 e R\$ 250,00, conforme datas registradas entre julho e dezembro. A quilometragem inicial foi de 83.045 km, com quilometragem final de 84.526 km, registrada até 05/01/2026, totalizando 1.481 km rodados no período.

Gráfico 2 - Abastecimento de Veículos Próprios.

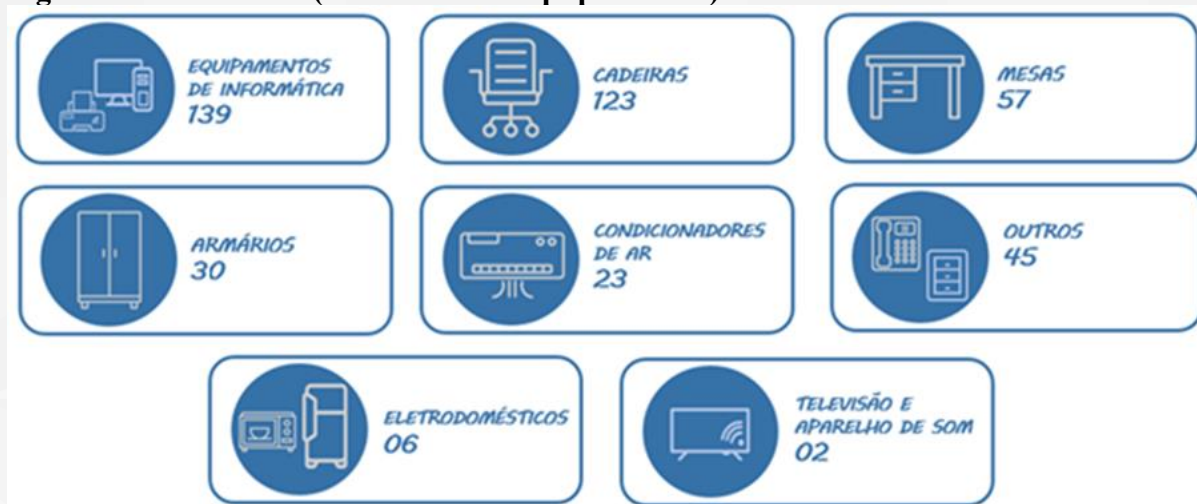


Fonte: Coordenação Administrativa/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Quanto aos mobiliários e equipamentos utilizados no prédio da Secretaria, tem-se um total de 425 itens compostos predominante por móveis de escritório, conforme pode ser

observado na figura abaixo. Além dos representados a seguir, existem outros 45 equipamentos/mobiliários como telefones, quadros e gaveteiros.

Figura 6 - Patrimônio (Mobiliários e Equipamentos).



Fonte: Coordenação Administrativa/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

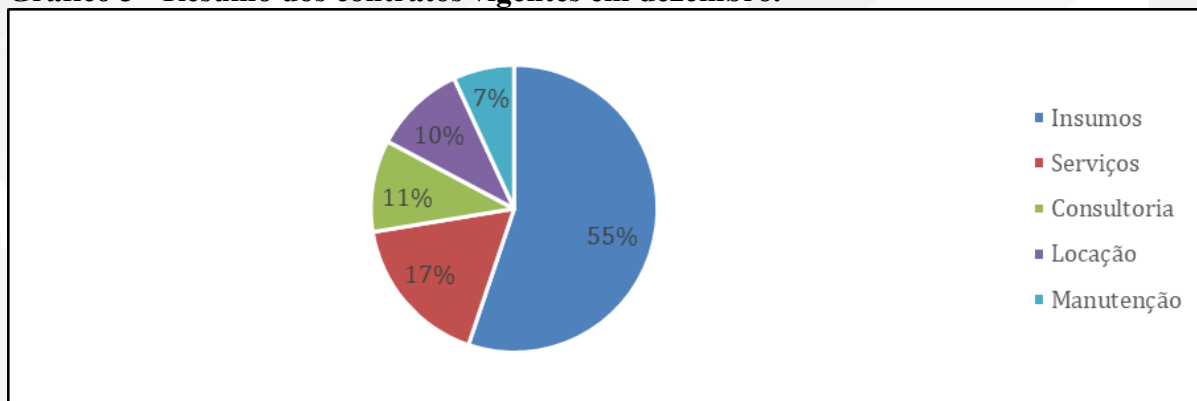
3.5 Gestão de Contrato e Licitações

3.5.1 Contratos

Com o objetivo de organizar, analisar e facilitar a visualização das contratações vigentes, foi realizada a consolidação das informações contratuais da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, contemplando dados referentes ao número do contrato, objeto, empresa contratada, vigência e natureza do objeto.

Para fins de padronização e melhor análise, os contratos foram classificados por tipo de objeto, adotando-se categorias como locação, serviços, consultoria, manutenção e insumos, conforme a natureza predominante de cada contratação. Essa classificação visa possibilitar uma leitura mais clara do perfil das despesas, bem como subsidiar a elaboração de análises comparativas, tabelas e gráficos.

Gráfico 3 - Resumo dos contratos vigentes em dezembro.



Fonte: ATE/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

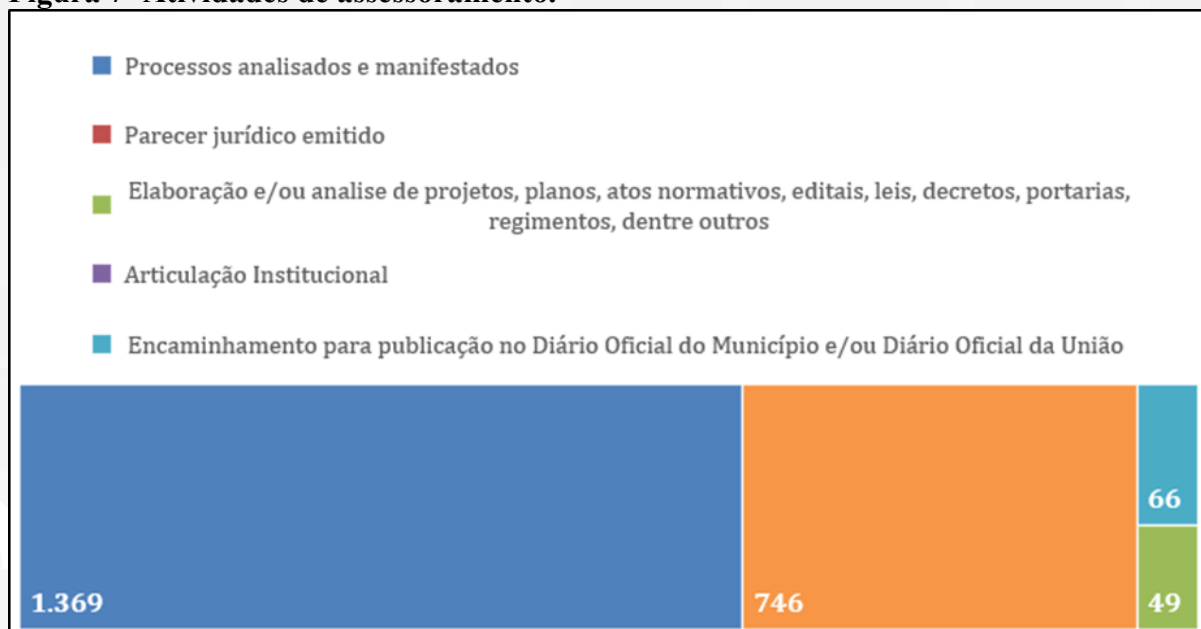
Quadro 3 - Detalhamento dos contratos vigentes em dezembro.

Objeto	Empresa	Contrato	Vigência	Classificação
Locação de flat em Brasília	Délio Lins e Silva – Advogados Associados	15/2013	29/04/2026	Locação
Serviços e venda de produtos	Correios	9912534789/2021	07/05/2026	Serviços
Manutenção de ar-condicionado	Valdemar Nascimento - ME	012/2021	20/09/2026	Manutenção
Locação de veículos com motorista	Araújo e Borges	017/2022	19/12/2026	Locação
Manutenção de veículos	Bamex Consultoria em Gestão Empresarial Eireli	02/2023	13/03/2026	Manutenção
Projetos de engenharia (drenagem)	Consórcio Future-S Consult.	03/2023	14/07/2026	Serviços
Estágio e bolsa para estudantes	CIEE	09/2023	30/06/2026	Serviços
Auditoria operacional e contábil	Sá Leitão Auditores S/S	003/2024	19/03/2027	Consultoria
Serviços e consultoria para museu	UPJ Produções Ltda	05/2024	12/04/2034	Consultoria
Fornecimento de água mineral	Gama Comercio Servicos Equipamentos e Informática	06/2024	11/04/2026	Insumos
Consultoria em energia elétrica	Galva Gestão de Energia Elétrica Ltda	01/2025	30/05/2026	Consultoria
Fornecimento de açúcar	E Pacheco Lopes Filho Pachecão Ltda	02/2025	20/06/2026	Insumos
Copo descartável 50 ml	E Pacheco Lopes Filho Pachecão Ltda	03/2025	17/06/2026	Insumos
Café em pó	J P & Topmed Comercial Ltda	04/2025	17/06/2026	Insumos
Copo descartável 180 ml	Lais G de Sousa	05/2025	17/06/2026	Insumos
Avaliação de imóveis urbanos	Caixa Econômica Federal	06/2025	22/07/2026	Serviços
Material gráfico	Editora e Gráfica Imprime Ltda	07/2025	07/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	Lais G de Sousa	08/2025	27/08/2026	Insumos

Material de limpeza e higiene	E Pacheco Lopes Filho Pachecão Ltda	09/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	Eduardo de Miranda Lopes Ltda	10/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	Maria C da Costa Alve	11/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	HMGK Comércio e Serviços Ltda	12/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	P Torres de Araújo Filho	13/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	Mateus Barbosa de Moraes	14/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene	J P & Topmed Comercial Ltda	15/2025	27/08/2026	Insumos
Material de limpeza e higiene / EPI	Proteggere Ind.Com. de EPI'S EIRELI	16/2025	27/08/2026	Insumos
Locação de impressoras com manutenção	Logus Copiadoras	17/2025	06/11/2026	Locação
Material de expediente	E Pacheco Lopes Filho Pachecão Ltda	18/2025	27/11/2025	Insumos

Fonte: ATE /SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Figura 7- Atividades de assessoramento.



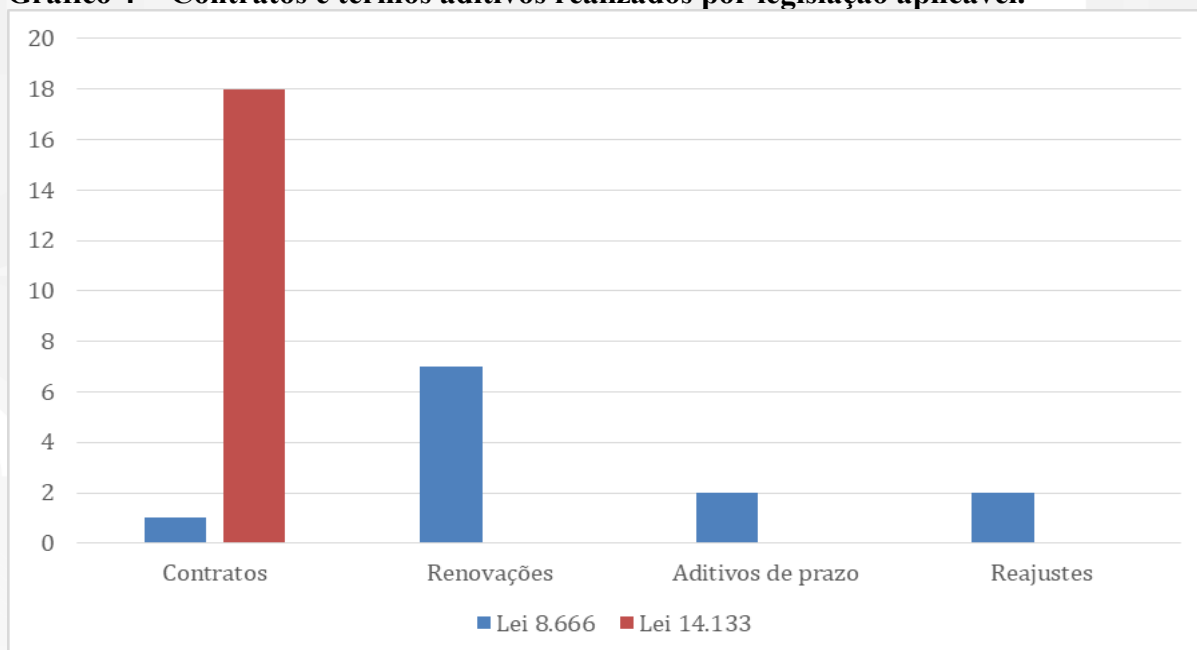
Fonte: ATE/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

3.5.2 Licitações

Os procedimentos de compras públicas são centralizados na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SEMA). Porém, licitações diretas, por dispensa ou inexigibilidade, são realizadas pela própria Semplan.

Com o objetivo de apresentar o panorama dos procedimentos licitatórios e da gestão contratual adotados, são apresentados, a seguir, os dados consolidados das contratações realizadas com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 14.133/2021... As informações evidenciam as modalidades de contratação empregadas, bem como os principais instrumentos de gestão contratual utilizados, incluindo renovações, termos aditivos e reajustes.

Gráfico 4 - Contratos e termos aditivos realizados por legislação aplicável.



Fonte: ATE/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

No que se refere às atividades de assessoramento, a Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação desempenhou papel fundamental no apoio às ações administrativas e no suporte técnico aos processos internos. As atividades desenvolvidas envolveram a análise e manifestação em processos administrativos, a elaboração e análise de projetos, planos, atos normativos e instrumentos legais, bem como ações de articulação institucional e encaminhamentos para publicação nos diários oficiais.

As informações consolidadas demonstram o volume e a diversidade das demandas atendidas, evidenciando a atuação contínua e transversal da Assessoria Técnica no suporte à gestão pública municipal.

Quadro 4 - Macro Atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnica.

Atividades Desenvolvidas	Quantidade
Processos analisados e manifestados	1.369
Parecer jurídico emitido	0
Elaboração e/ou análise de projetos, planos, atos normativos, editais, leis, decretos, portarias, regimentos, dentre outros	49
Articulação Institucional	Imensurável
Encaminhamento para publicação no DOM e/ou Diário Oficial da União	66
Outros	746

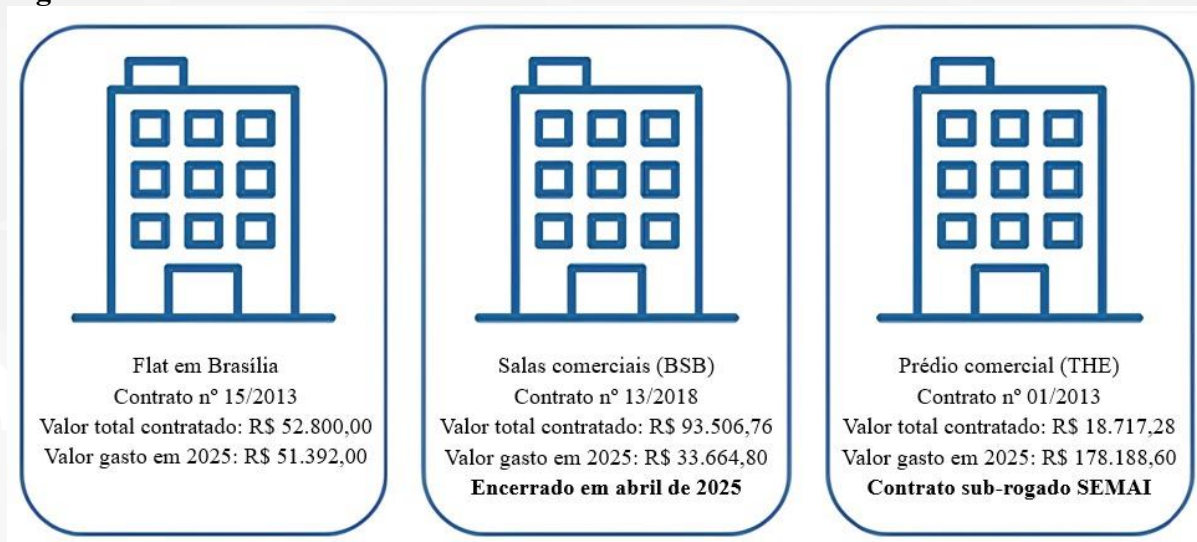
Fonte: ATE/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

3.6 Gestão de Custos

3.6.1 Locação de Imóveis

A Semplan possui três contratos de locação de imóveis, sendo dois deles localizados em Brasília para atender às necessidades do Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais.

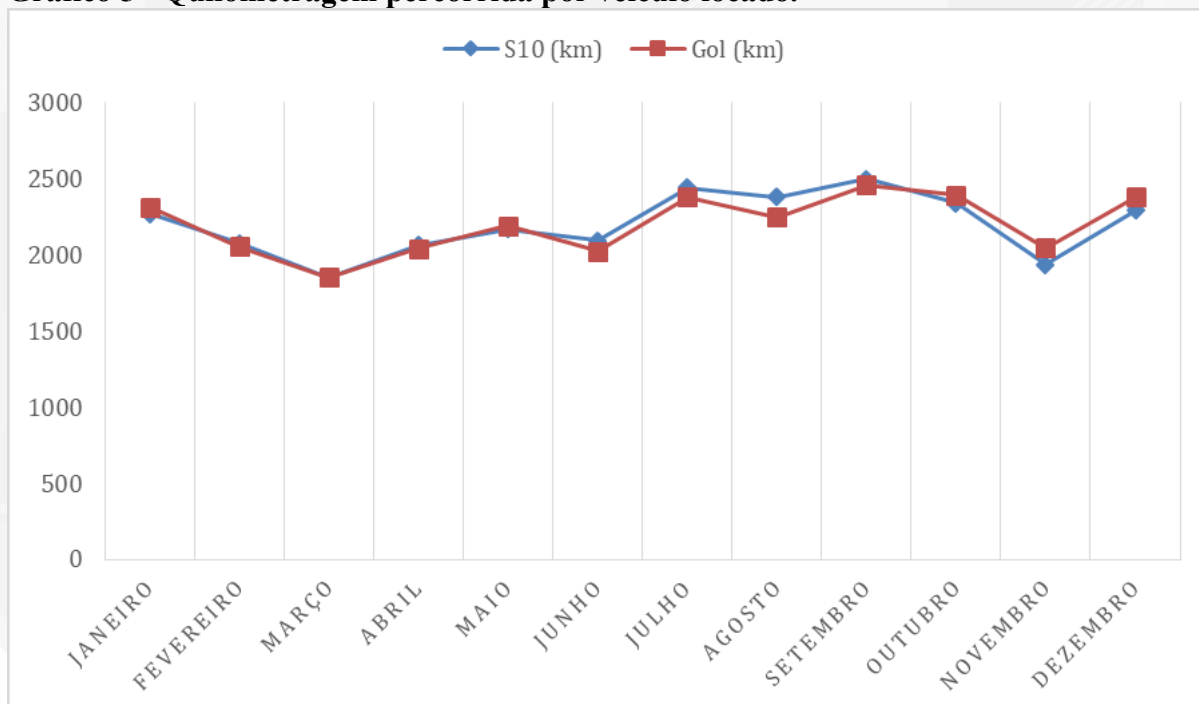
Figura 8 - Imóveis locados.



Fonte: Coordenação Administrativa/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

3.6.2 Locação de Veículos

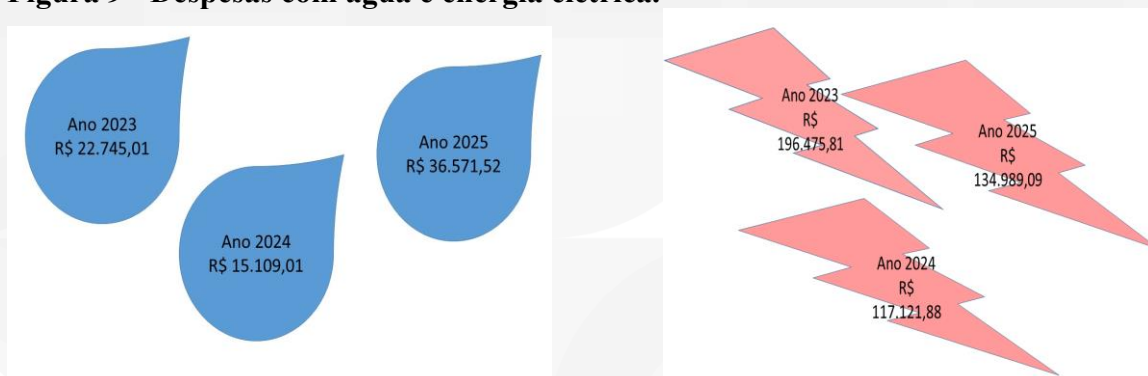
O abaixo gráfico apresenta a quilometragem percorrida mensalmente pelos veículos S10 e Gol ao longo do exercício de 2025, conforme Contrato nº 17/2022. Observa-se que ambos os veículos mantiveram quilometragem próxima à franquia mensal.

Gráfico 5 - Quilometragem percorrida por veículo locado.

Fonte: Coordenação Administrativo/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

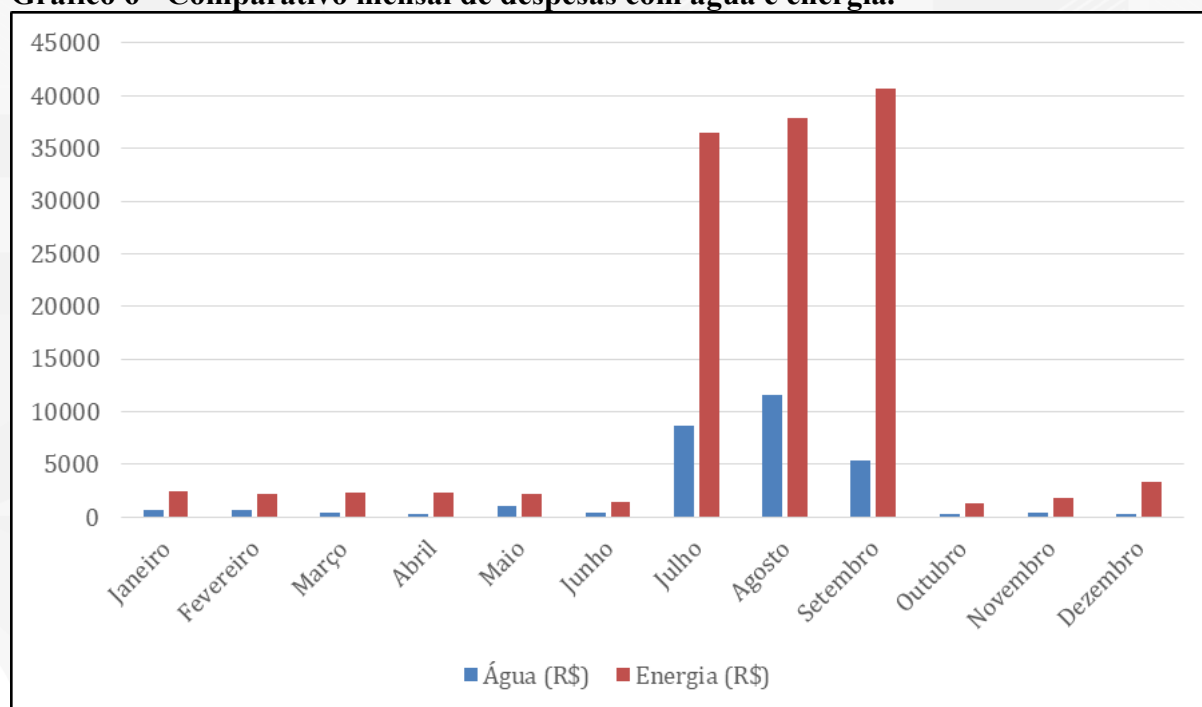
3.6.3 Manutenção Predial

Realização em caráter continuado de ações preventivas e de manutenção da infraestrutura das unidades da Semplan, bem como ações de limpeza, higiene e melhorias prediais com vistas a uma melhor prestação dos serviços e ainda aquisição de bens de consumo e equipamentos para execução das atividades/processos de trabalho da secretaria.

Figura 9 - Despesas com água e energia elétrica.

Fonte: Coordenação Administrativo/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

O gráfico a seguir demonstra o comparativo mensal das despesas com água e energia elétrica ao longo do exercício, evidenciando variações significativas nos meses em que houve rateio do Palácio, especialmente entre julho e setembro.

Gráfico 6 - Comparativo mensal de despesas com água e energia.

Fonte: Coordenação Administrativo/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

4. RESULTADOS DA GESTÃO

Para este capítulo, as informações foram pautadas, como de praxe, nas orientações definidas pelo TCE/PI bem como nos instrumentos de planejamento orçamentário da Prefeitura de Teresina para 2025, sobretudo aqueles destinados a Semplan, e traz os principais serviços e produtos entregues pela secretaria em 04 diferentes dimensões: Social, Governança, Investimentos, e Infraestrutura Urbana.

4.1 - DIMENSÃO - SOCIAL

Os tópicos da Dimensão Social listado abaixo, relaciona-se com os seguintes programas do PPA 2022-2025:

- Primeira Infância: Programa Assistência Social e Cidadania
- Programa Habitacional Minha Casa e Minha Vida: Programa Planejamento Municipal
- Orçamento Popular: Programa Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa

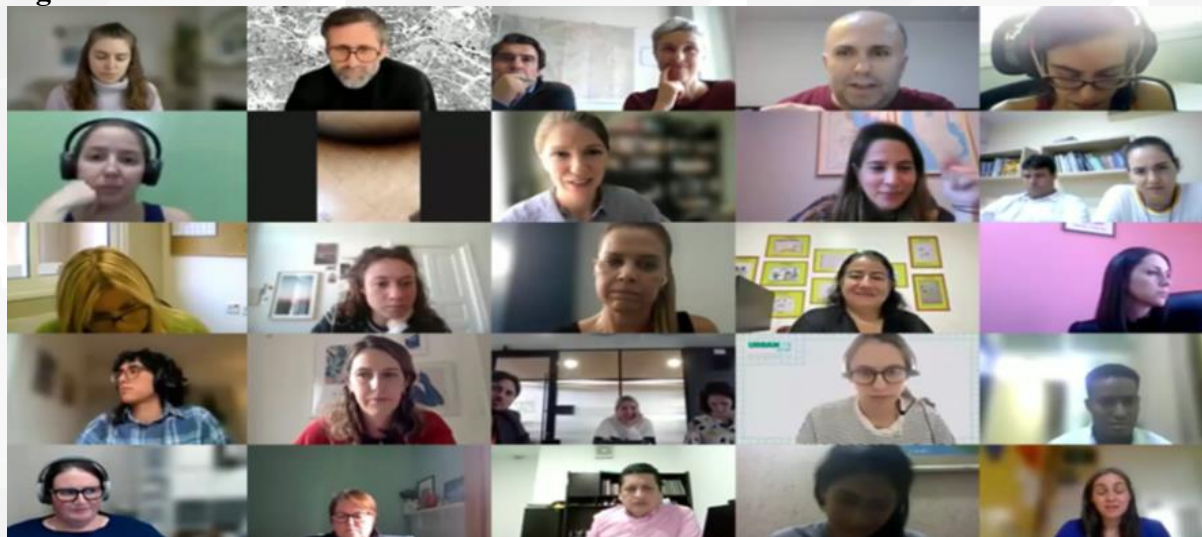


4.1.1 - PRIMEIRA INFÂNCIA

a) Capacitação na Formação Urban Academy - Parceria com a Urban95 e a Fundação Van Leer para projetos voltados à Primeira Infância

Teresina foi uma das cidades selecionadas para a formação online Urban Academy, da Fundação Van Leer, parceria com a London School of Economics (LSE). A SEMPLAN, através da Seplag e Agenda Teresina 2030, participou desta capacitação. A formação estudou estratégias para transformar cidades em lugares amigáveis para a primeira infância.

Figura 10 – Primeira Aula do Curso.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

b) Estudos para Parceria com o Instituto Alana

Encontro com a analista do Instituto Alana visando possibilidades de parcerias para políticas públicas da primeira infância. O Instituto Alana é uma organização sem fins lucrativos, de referência nacional, que trabalha para um mundo melhor para as crianças há mais de 30 anos.

Figura 11 – Representante da Instituição Alana com a Equipe Agenda 2030/ SEMPLAN.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

c) Interlocução com o Representantes do Pacto pelas Crianças e TCE

Visita da primeira-dama do Estado, coordenadora do Pacto Pelas Crianças, acompanhada de conselheira do TCE PI, para apresentar o Plano Estadual pela Primeira Infância ao município e aproximar iniciativas em conjunto. Teresina foi o primeiro município piauiense a desenvolver o Plano Municipal para a Primeira Infância e tem ações integradas no tema.

Figura 12 – Visita de Representantes do Pacto Pela Crianças e TCE.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/04/22/prefeito-silvio-mendes-recebe-visita-de-representantes-do-pacto-pelas-criancas-e-tce/> Acesso em 02/05/2025.

d) Visita às Obras do Primeiro Parque Planejado para a Primeira Infância em Teresina

Realizada visita as obras do primeiro parque de Teresina planejado especialmente para crianças de 0 a 6 anos, que está sendo construído entre as lagoas do São Joaquim e da Piçarreira e foi desenvolvido a partir de escuta das crianças do CMEI Tia Mônica.

Figura 13 – Visita as obras do Primeiro Parque de Teresina planejado especialmente para crianças de 0 a 6 anos.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

e) Formação internacional sobre Primeira Infância na Universidade de *Harvard* – Cambridge, EUA

Teresina participou de formação na Universidade de *Harvard*, em *Cambridge*, Massachusetts (EUA), sobre políticas públicas para a Primeira Infância e trocas de experiências sobre boas práticas com instituições, visando à captação de recursos e à construção de projetos de cooperação.

Figura 14 – Registro da presença da Agenda 2030/ SEMPLAN e da SEMEC.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

f) Visita técnica à ALLMA - Instituição com foco em Primeira Infância e Clima

Em junho, a equipe da ALLMA recebeu a visita técnica da Agenda Teresina 2030. Foram discutidos temas estratégicos relacionados ao eixo Criança e Clima, pauta que tem sido fortalecida por meio da cooperação entre Teresina e instituições dedicadas à inovação social e ambiental.

Figura 15 – Visita técnica à ALLMA.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

g) Curso no INSEAD, na cidade de *Fontainebleau*, na França

Os resultados da pesquisa “Análise do impacto do calor na saúde da mulher gestante de Teresina”, realizada pela Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN, estão sendo utilizados como são base para a construção de uma nova política pública da atenção básica em saúde para Teresina, uma parceria com a FMS. Representantes dos dois órgãos municipais participaram do curso *Applying Behavioural Science for Early Childhood Development*, do INSEAD, em *Fontainebleau* (França), uma iniciativa da Fundação Van Leer. Teresina foi a única cidade do Brasil escolhida para participar.

Figura 16 – Curso no INSEAD.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

h) Realização do Projeto Cria na Paz

O projeto Cria na Paz é realizado por meio de parceria entre a SEMEC, SEMAI, Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN e a iniciativa *Urban95*, reforçando o compromisso do município com políticas públicas voltadas à infância e à construção de uma cultura de paz desde os primeiros anos de vida.

Foi realizada reunião de formação com estudos de caso acerca do tema das diversas formas de violência para as diretoras e coordenadores pedagógicos das escolas municipais no Centro Odilon Nunes. Participaram a SEMEC e a Agenda 2030/ SEMPLAN.

E foi promovido no mês de dezembro uma passeata na Avenida Raul Lopes, zona leste da capital, como culminância do projeto.

Figura 17 – Reunião Cria na Paz com educadores municipais e Passeata na Av. Raul Lopes.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

i) Reunião sobre a implantação do parque naturalizado no CMEI Tia Mônica Educação Infantil

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN, dialogou com profissionais e famílias de alunos do CMEI Tia Mônica sobre a formulação de um projeto de ressignificação do espaço escolar, definindo juntamente com as crianças, pais, mães, cuidadores/as e professores/as um ambiente naturalizado no Centro Educacional para que as crianças possam desenvolver suas habilidades, brincar e socializar em contato com a natureza.

j) Reunião do Comitê Gestor Intersectorial pela Primeira Infância de Teresina

A reunião realizada teve como objetivo o alinhamento da programação e demais providências necessárias à realização do Ciclo de Cirandas Formativas - Primeira Infância do ano de 2025, que foi executado em parceria com a Fundação Bernard Van Leer e a *Urban95*.

k) Ciranda Formativa: Políticas para Primeira Infância

As Cirandas Formativas são encontros sistematizados com especialistas sobre um tema provocador de diálogo, estimulando a troca de saberes e de estratégias entre secretarias, para aprimorar as Políticas Públicas para Primeira Infância no município. Foram realizados 5 encontros, com carga horária de 3h cada. Com o intuito de fortalecer a intersectorialidade, os

encontros são organizados por diferentes secretarias, de modo que cada uma tenha a oportunidade de apresentar os programas e serviços para a primeira infância que oferece.

Quadro 5 - Cirandas Formativas e Temas Debatidos em 2025.

Ciranda Formativa	Tema
I Encontro	Políticas Públicas para a Primeira Infância: Responsabilidade de toda cidade
II Encontro	Qualidade, inovação e desafios em serviços para primeira infância
III Encontro	Espaços públicos e mobilidade urbana para a primeira infância
IV Encontro	As famílias: apoiando a parentalidade e fortalecendo redes
V Encontro	Direito à Cidade e Protagonismo da criança, Governança e Sustentabilidade

Fonte: Agenda 2030/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025

Figura 18 - Registros de Cirandas Formativas realizadas em 2025.



Fonte: Agenda 2030/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

l) Participação no Seminário Fundo da Infância e da Adolescência, aspectos teóricos e práticos: da implantação à execução

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN participou do Seminário Fundo da Infância e da Adolescência, que foi promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina (CMDCAT), em parceria com o TCE/ PI, com o objetivo de divulgar experiências exitosas e formas de captação e execução de recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência.

Figura 19 - Participação no Seminário Fundo da Infância e da Adolescência.

Fonte: Agenda 2030/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Abaixo, meta com os respectivos indicadores e seus resultados em 2025:

Quadro 6 - Monitoramento de Meta e Indicadores do PPA 2022-2025.

Indicadores	2025	
	Planejado	Executado
Eventos realizados (un.)	6	6
Relatórios elaborados (un.)	10	1

Fonte: Agenda 2030/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

4.1.2 - HABITAÇÃO



A Constituição Federal de 1988 assegura a moradia como um direito social efetivado por meio de políticas e programas habitacionais direcionados prioritariamente para as famílias de baixa renda, de forma a assegurar o acesso à moradia digna, melhoria das condições de vida nas periferias e estímulo ao desenvolvimento urbano sustentável, resultando em um menor déficit e maior inclusão social. Nesse sentido, a Prefeitura de Teresina tem instituído instrumentos de gestão da Política de Habitação no município, a saber: Comissão Especial para Habitação de Interesse Social – CEHIS; Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS; Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS; Grupo Institucional do Poder Público - GIPP; e está implementando o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

a) Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Em setembro de 2024, a Prefeitura Municipal de Teresina firmou contrato com a Caixa Econômica Federal - CEF para a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida

(MCMV) - uma iniciativa habitacional do governo federal, disciplinado pela Lei Federal nº 14.620/2023, que tem por finalidade promover o direito à cidade e o acesso à moradia para a população de baixa renda e nas regiões de maiores déficits habitacionais.

A Prefeitura Municipal de Teresina, por meio da SEMPLAN, realiza a Seleção das Famílias a serem beneficiadas e coordena a execução do Trabalho Técnico Social para 07 empreendimentos classificados com Faixa Urbano 1 – renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais) - a serem construídos no prazo de 18 meses, sendo 1.008 unidades habitacionais do tipo apartamento, distribuídos em 02 zonas da cidade.

b) Grupo Institucional do Poder Público (GIPP)

O Grupo Institucional do Poder Público - GIPP foi instituído pelo Decreto Municipal nº 27.768/2025 com o objetivo de integrar os diversos órgãos e entidades municipais para tornar mais ágeis as ações de gestão, monitoramento e de fiscalização dos empreendimentos habitacionais dos programas de habitação de interesse social em Teresina. Durante o ano de 2025 foi realizada uma reunião para alinhar a criação do Grupo Institucional cujo objetivo é aperfeiçoar o processo de inscrição e seleção dos beneficiários, garantindo que as famílias que mais necessitam de habitação sejam atendidas de forma justa e transparente.

c) Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS (CGFMHIS)

O Conselho Gestor do FMHIS é uma instância colegiada composta por representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Seu papel é fundamental para acompanhar, orientar e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo, definindo diretrizes e monitorando ações e projetos habitacionais em Teresina. O Conselho reuniu-se em dois momentos no ano de 2025.

d) Comissão Especial para Habitação de Interesse Social (CEHIS)

A Comissão Especial para Habitação de Interesse Social - CEHIS, instituída pela Lei Complementar nº 5.980/2023, tem por competência a coordenação dos licenciamentos dos empreendimentos classificados como de Interesse Social, em especial o licenciamento prioritário das Faixas Urbano e Rural 1, com vista a agilizar o processo de licenciamento em prazo exíguo e assim garantir a contratação de projetos para atender ao déficit habitacional do município. Atende processos de Consulta Prévia de Construção, Alvará de Construção e Habite-se.

O Quadro abaixo demonstra os pedidos de consulta prévia aprovadas pela CEHIS em 2025, com vistas a contratação de novos empreendimentos do PMCMV, Faixa Urbano 1.

Quadro 7 – Consultas prévias aprovadas - CEHIS.

Item	Empreendimento	Quant. UH	Tipo	Bairro	Zona
1	Condomínio Dona Francisca Silva	176	Apartamento	São Lourenço	Sul
2	Condomínio Maria Rosa	96	Apartamento	Monte Verde	Norte

3	Condomínio Maria Amélia	144	Apartamento	Monte Verde	Norte
4	Condomínio Maria do Carmo	112	Apartamento	Angelim	Sul
5	Condomínio Rosina Soares	160	Apartamento	Angelim	Sul
6	Residencial Santa Teresa II	128	Apartamento	São Lourenço	Sul
7	Residencial Santa Teresa III	144	Apartamento	São Lourenço	Sul
8	Residencial Girassol	96	Apartamento	Santo Antônio	Sul
9	Residencial Violeta	120	Apartamento	Santo Antônio	Sul
10	Residencial Margarida	168	Apartamento	Santo Antônio	Sul
11	Residencial Arrocha o Nó	192	Apartamento	Distrito Industrial	Sul
12	Condomínio Girassol I	96	Apartamento	Pedra Mole	Leste
13	Condomínio Girassol II	112	Apartamento	Pedra Mole	Leste
14	Condomínio Alegre II	128	Apartamento	Alegre	Norte
15	Condomínio Alegre I-A e Alegre I-B	160	Apartamento	Alegre	Norte
16	Residencial Alto Bonito	192	Apartamento	Catarina	Sul
17	Condomínio Grauna	144	Apartamento	Flor do Tempo	Sudeste
18	Condomínio Sabiá	144	Apartamento	Flor do Tempo	Sudeste
19	Condomínio São Lucas	84	Apartamento	Flor do Tempo	Sudeste
20	Condomínio São Paulino	84	Apartamento	Flor do Tempo	Sudeste
21	Condomínio San Genaro	96	Apartamento	Flor do Tempo	Sudeste
22	Condomínio Saint German	96	Apartamento	Flor do Tempo	Sudeste
Total		2872			

Fonte: GAB-CEHIS /SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Abaixo, seguem os alvarás emitidos pela CEHIS:

Quadro 8 – Alvarás emitidos - CEHIS.

Item	Empreendimento	Quant. UH	Nº Alvará	Data de Emissão
1	Condomínio Dona Francisca Silva	176	03/2025 CEHIS-SU	09/12/2025
2	Condomínio Maria do Carmo	112	04/2025 CEHIS-SU	09/12/2025
3	Condomínio Rosina Soares	160	05/2025 CEHIS-SU	09/12/2025
4	Residencial Santa Teresa II	128	06/2025 CEHIS-SU	16/12/2025
5	Residencial Santa Teresa III	144	07/2025 CEHIS-SU	16/12/2025

Fonte: GAB-CEHIS /SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

4.1.3 - GESTÃO ORÇAMENTO POPULAR MUNICÍPIO



O Orçamento Popular de Teresina (OP) constitui-se em um Programa de Gestão Democrática e Participativa da Cidade, cuja finalidade é garantir, à sociedade, participação direta na elaboração de Projetos de Lei que tratam de orçamento público (PPA, LDO e LOA) e que atende aos princípios da democracia participativa, explicitados tanto na Constituição Federal como no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

Privilegiando-se, assim, a vontade que emana do cidadão teresinense com reforço a sua legitimidade e à obrigatoriedade no contexto da municipalidade.

O processo de participação popular no OP é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal através da Assessoria de Coordenação do Orçamento Popular, vinculada a Semplan, realizado através de sistemática anual e respectivas etapas, conforme previsto no Regimento Interno do Orçamento Popular de Teresina.

A dinâmica de execução dos projetos (obras e serviços) aprovados em cada edição pelos órgãos executores está condicionada à disponibilidade financeira, o que justifica uma execução de forma comedida. A realização de uma nova edição do OP, que estava prevista para o segundo semestre de 2025, foi adiada para o mês de março de 2026.

Concentra-se as atividades do Orçamento Popular no corrente ano:

- Acompanhamento da realização das obras/serviços aprovadas nas edições 2022 e 2023 (relatórios e planilhas);
- Permanente diálogo com as comunidades, lideranças e conselheiros (reuniões, workshop);
- Estudos e implementação na metodologia do Orçamento Popular;
- Montagem do fluxograma da nova metodologia e do cronograma das atividades e etapas da nova edição do OP;
- Reformulação do Regime Interno do OP, de acordo com a nova metodologia;
- Alteração da Lei que cria o OP como programa de gestão democrática e participativa da cidade;
- Desenvolvimento de portal online de serviços do OP. O referido sistema encontra-se em fase de elaboração pela equipe da SECTI/PMT e tem previsão para conclusão em março de 2026;
- Restruturação do sistema de votação eletrônica para seleção das propostas. Este sistema utilizado para a escolha de propostas e eleição dos Conselheiros ainda será desenvolvido pela SECTI/PMT;
- Atualização da mala direta das entidades cadastradas junto ao OP;
- Contratação de empresa publicitária para campanha da edição OP 2025/2026. Não houve contratação de empresa para campanha publicitária, devido o adiantamento da nova edição para o ano de 2026;
- Acompanhamento da execução da campanha publicitária; e
- Acompanhamento da realização das etapas da nova edição, segundo o cronograma.

Foram cadastradas um total de 773 entidades, sendo 585 da zona urbana, e 188 da zona rural. Com 191 propostas do passivo do OP 2023, sendo 141 da zona urbana e 50 da zona rural. No quadro abaixo, pode-se encontrar a relação da distribuição por áreas temáticas e valores que foram aprovadas no OP (passivo 2023). E no quadro 10, o quantitativo mensal de obras trabalhadas e obras pendentes que foram aprovadas no OP.

Quadro 9 - Obras/Serviços Aprovados no OP.

Área temática	Valor Total Aprovado (R\$)
Urbanismo	20.205.000,00
Saneamento	3.295.000,00
Saúde	300.000,00

Educação	00,00
Esporte e lazer	4.470.000,00
Cultura	400.000,00
Transporte	80.000,00
Agricultura	1.050.000,00
Economia / Emprego e renda	350.000,00
Habitação	4.570.000,00
Meio Ambiente	280.000,00
Total	35.000.000,00

Fonte: Orçamento Popular/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Quadro 10 - Situação da Execução das Obras/Serviços Aprovados no OP (Passivo 2023), em 2025.

Serviço	Quantidade											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Obras trabalhadas	24	24	24	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Obras pendentes	165	165	165	164	164	164	164	164	164	164	164	164

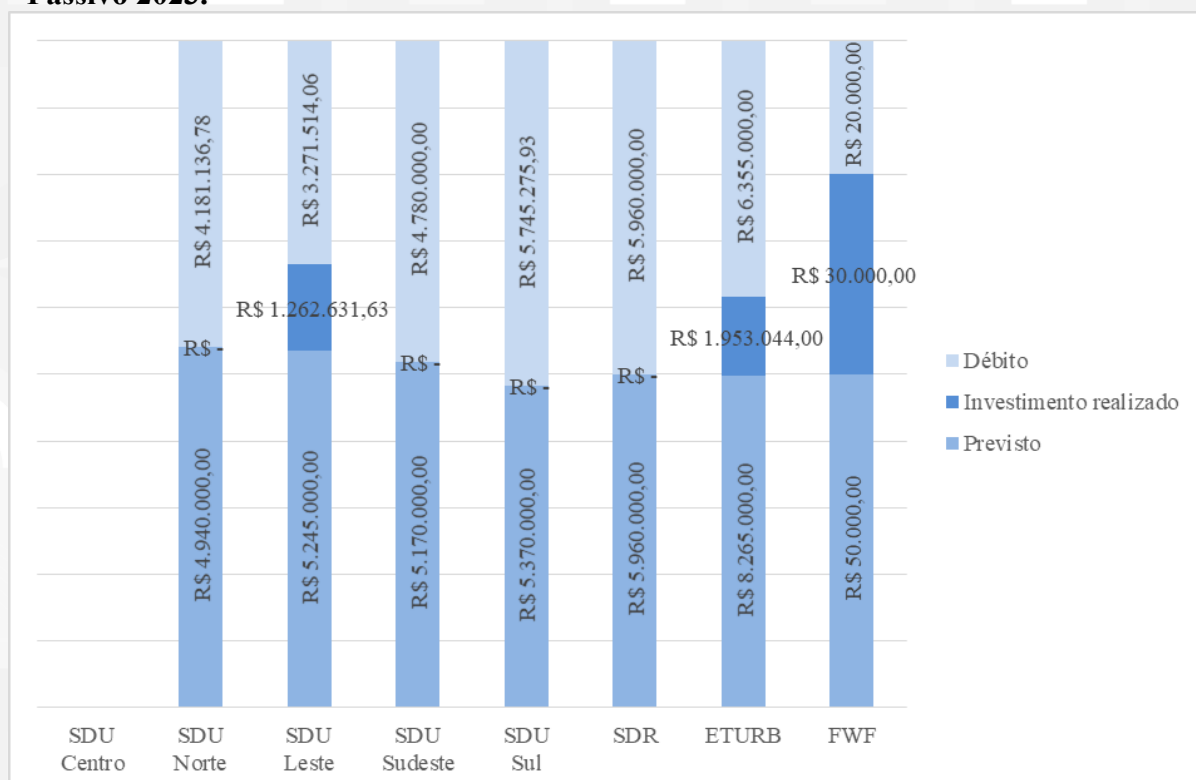
Fonte: Orçamento Popular/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Obras Trabalhadas: obras com status “Em Execução” + obras com status “Executadas”.

Obras Pendentes: somatório da quantidade de obras/serviços “Em Projeto/Em Estudo” + “Em Licitação” + “Licitada” + “Contratada”.

No gráfico 7, segue a situação da execução das obras e serviços aprovados no OP, dividido por órgãos executores, considerando o passivo 2023.

Gráfico 7 - Situação da Execução das Obras/Serviços aprovadas no OP/Órgão Executor - Passivo 2023.



Fonte: Orçamento Popular/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Previsto: valor estimado para execução de obras a partir de 2023.

Investimento realizado: valor pago em obras executadas + investimento realizado nas obras em execução.

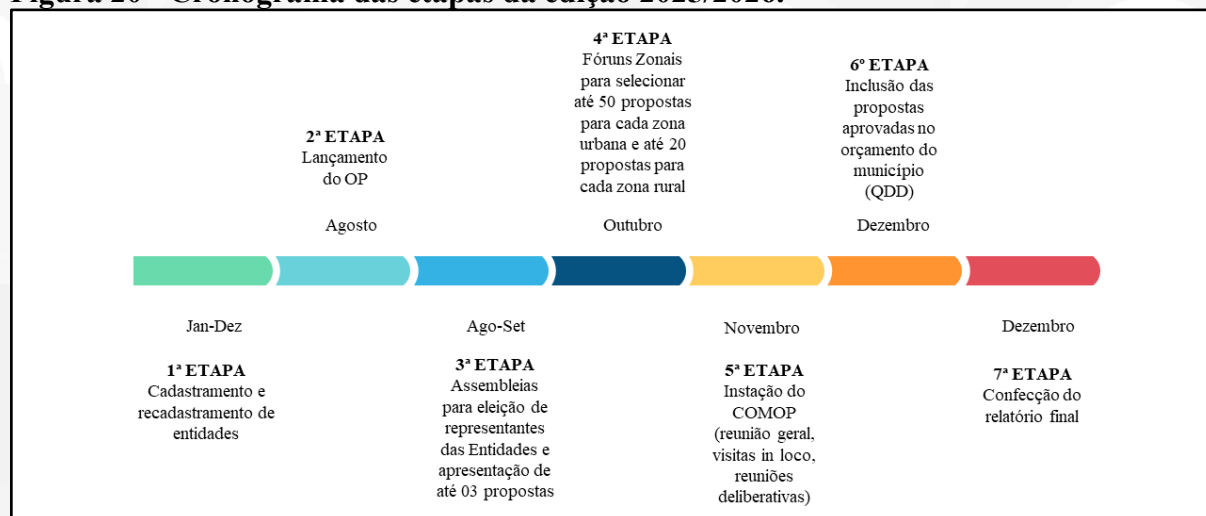
Débito: valor estimado para conclusão das obras em projeto/em estudo + em licitação + licitada + contratada.

Nota-se que dentre as SDUs, aquela localizada no Centro não teve obras e serviços aprovadas para Orçamento Popular, edição 2023. Das que estão em débito, SDU Norte tem 19 obras/serviços nesta situação, SDU Leste com 18, SDU Sudeste 25, SDU Sul com 22, e a SDR com 49. Outras entidades como a ETURB com 30 e a FWF com 01 obra e/ou serviço em débito.

Observa-se também, através do gráfico 9, que apenas 03 entidades da administração indireta têm investimento realizado do orçamento popular.

Para compreender melhor sobre as deliberações do Orçamento Popular, na figura 19 apresenta-se o cronograma da edição 2025/2026, o qual é constituído por etapas que foram realizadas através de assembleias, fóruns zonais e reuniões com o Conselho Municipal do Orçamento Popular (COMOP), em todas as regiões administrativas da cidade, visando identificar as prioridades de obras e serviços para auxiliar na elaboração das leis orçamentárias, bem como propiciar a participação direta da sociedade na gestão municipal.

Figura 20 - Cronograma das etapas da edição 2025/2026.



Fonte: Orçamento Popular/SEMPPLAN/PMT.

4.2 - DIMENSÃO - GOVERNANÇA

Os tópicos da Dimensão Governança listado abaixo, relaciona-se com os seguintes Programas do PPA 2022-2025:

- Agenda Teresina 2030: Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado - Teresina Sustentável
- Gestão Estratégica: Programa Planejamento Municipal
- Gestão Orçamentária do Município: Programa Planejamento Municipal

4.2.1 - AGENDA TERESINA 2030



a) Parcerias, Eventos e Capacitação em Projetos

a1) Realização de Estudo de Viabilidade da Frota Elétrica de Transporte Público da Capital (Parceria Agência Alemã)

A Prefeitura assinou um memorando de entendimentos (Memorandum of Understanding - MOU) com a agência alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH - cooperação bilateral Brasil-Alemanha para realização do estudo de viabilidade, identificando os desafios e oportunidades para a eletrificação do transporte público da capital. Os especialistas conheceram a atual situação do sistema de transporte público e as necessidades para a implementação da nova frota elétrica. Eles se reuniram com a equipe da Equatorial Piauí e realizaram uma visita aos terminais de integração da zona sul (Parque Piauí e Bela Vista)..

Figura 21 – Assinatura do Memorando de Entendimento e visita a Terminal de Integração.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

a2) Segunda Missão Presencial do Projeto Acoplar em Teresina

Foi concluída a segunda missão presencial e apresentados os resultados do estudo de viabilidade técnica do Projeto Acoplar em Teresina, iniciativa da GIZ Brasil, parceria com os Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério das Cidades (MCID), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O projeto avalia o potencial técnico, econômico e ambiental para a eletrificação da frota de transporte coletivo urbano, em uma transição energética justa e sustentável.

Figura 22 – Segunda Missão Presencial do Projeto Acoplares em Teresina.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a3) Simpósio de Eletrificação do Transporte Público e Garagens no Brasil e na Alemanha

A Agenda Teresina 2030/SEMPPLAN participou do Simpósio “M2G 2025: Eletrificação do Transporte Público e Garagens de Veículos no Brasil e na Alemanha”, apresentando o estudo de viabilidade de implementação do transporte público elétrico, em parceria com a STRANS. Foi um convite da Embaixada da Alemanha e a organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e da *Technische Universität Berlin* (TU Berlin).

Figura 23 – Participação no Simpósio M2G 2025.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a4) Apresentação do Estudo de Viabilidade do Transporte Público Elétrico em Teresina, durante o Congresso de Mobilidade Urbana em São Paulo

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN participou do Congresso de Mobilidade Urbana em São Paulo que teve como objetivo a integração entre o governo federal, os entes subnacionais e a GIZ, fortalecendo soluções conjuntas inovadoras para a descarbonização da mobilidade urbana. No evento, foi apresentado o Estudo de Viabilidade do Transporte Público Elétrico em Teresina, realizado pela Prefeitura em parceria com a GIZ e os Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes. O estudo é meta do Plano de Ação Climática no eixo Carbono Neutro

Figura 24 - Apresentação Agenda The 2030 - Congresso de Mobilidade Urbana - SP.

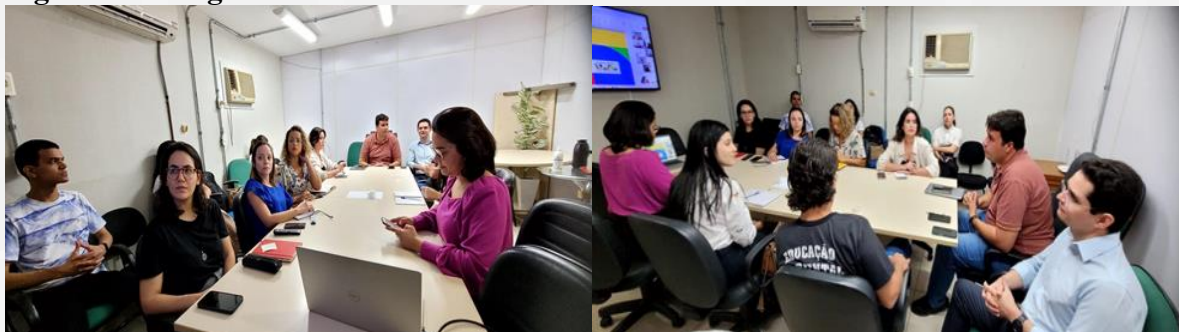


Fonte: <https://arenaantp.com.br/> Acesso em 12/02/2026 e Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a5) Reunião Estratégica sobre Biodiversidade e Alinhamento Regional – Parceria CITINOVA

Apresentação do Plano de Ação Local para a Biodiversidade. Discutidos alinhamentos entre os entes da RIDE Grande Teresina, reforçando a cooperação entre diferentes esferas governamentais. A reunião teve presenças do Citinova II, da Agenda Teresina 2030, da Secretaria Municipal de Timon (MA) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI.

Figura 25 – Registro da Reunião de Alinhamento CITINOVA.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

a6) Lançamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado e Redução de Riscos e Desastres - DUI-RRD Cidades

Teresina foi selecionada para integrar o grupo de 12 municípios brasileiros que acompanharão a elaboração da metodologia do Projeto DUI-RRD Cidades. A iniciativa é coordenada pela Fiocruz e pelo Ministério das Cidades e tem como objetivo desenvolver soluções integradas para fortalecer a resiliência urbana e enfrentar os desafios dos desastres ambientais. A cidade participou da Oficina de Lançamento do Projeto, em Brasília, na sede da Fiocruz.

Figura 26 – Oficina de Lançamento do Projeto DUI-RRD Cidades, na sede da Fiocruz.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a7) Realização do 2º Diálogo Nacional-Local Urban Shift Brasil

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN participou do 2º Diálogo Nacional-Local *UrbanShift* Brasil, realizado em Teresina, que discutiu a agenda de governança metropolitana e interfederativa para o aglomerado urbano Teresina/Timon e para as regiões metropolitanas de Florianópolis (SC) e Belém (PA). O evento é coordenado pelo projeto CITInova II, que integra a plataforma *UrbanShift*. projeto CITInova, que trabalha o planejamento estratégico para as regiões metropolitanas.

Participaram do evento, membros do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do ICLEI, além de representantes das regiões metropolitanas de Belém (PA) e Florianópolis (SC) e do aglomerado urbano Teresina-Timon e especialistas da Colômbia e Barcelona.

O *UrbanShift* é uma iniciativa financiada pelo Fundo Global para Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), vinculada ao Programa de Impacto para Cidades Sustentáveis, que promove a agenda global de desenvolvimento urbano sustentável a nível local, com capacitações e articulação multinível e interação com o setor privado. É liderado pelo PNUMA e implementado em parceria com o *World Resources Institute* (WRI), o *C40 Cities* e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade.

No Brasil está inserido no *UrbanShift* o projeto GEF-7 CITInova II – “Promovendo Planejamento Metropolitano Integrado e Investimentos Inovadores em Tecnologias Urbanas no Brasil”, das quais fazem parte as regiões metropolitanas de Belém (PA) e Florianópolis (SC) e do aglomerado urbano Teresina-Timon.

Figura 27 – Registro do 2º Diálogo Nacional-Local *UrbanShift* Brasil.

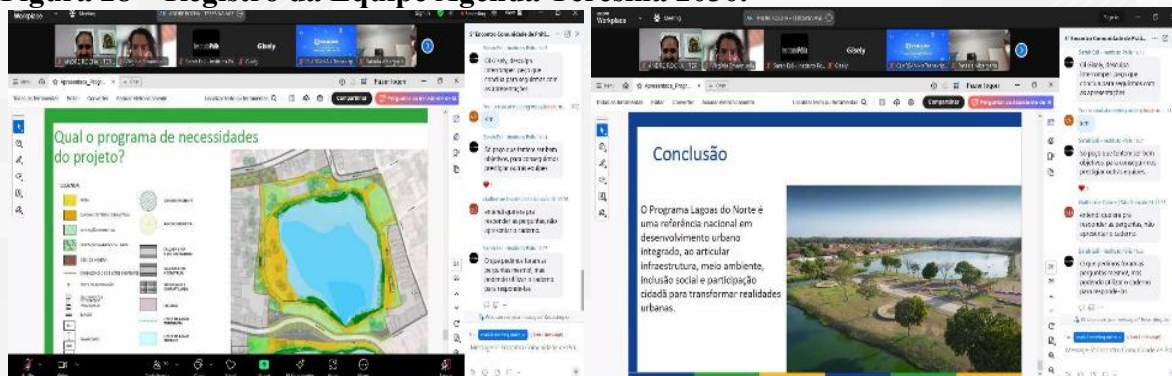


Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a8) 5º Encontro da Comunidade de Práticas

A Agenda Teresina 2030 participou do 5º Encontro da Comunidade de Práticas, promovido pelo Instituto Pólis, com o objetivo de apresentar experiências de gestão urbana integradas e sustentáveis de municípios brasileiros. A Agenda, com o apoio do NUBIN/SEMPPLAN, apresentou o Programa Lagoas do Norte, uma referência em desenvolvimento urbano integrado.

Figura 28 – Registro da Equipe Agenda Teresina 2030.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a9) Simpósio Internacional sobre Justiça Climática - ONU (Fundo de População das Nações Unidas no Brasil - UNFPA)

A apresentação da pesquisa “Avaliação do impacto do calor na saúde de mulheres grávidas de Teresina”, durante o painel mediado pela representante do UNFPA foi destaque na abertura do Simpósio Global 2025 sobre Justiça Climática e Populações Impactadas, realizado em Brasília, organizado pelo UNFPA e pelo governo federal. O simpósio é um marco para a COP30.

Figura 29 – Apresentação de Pesquisa durante o Simpósio Global 2025 sobre Justiça Climática e Populações Impactadas.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

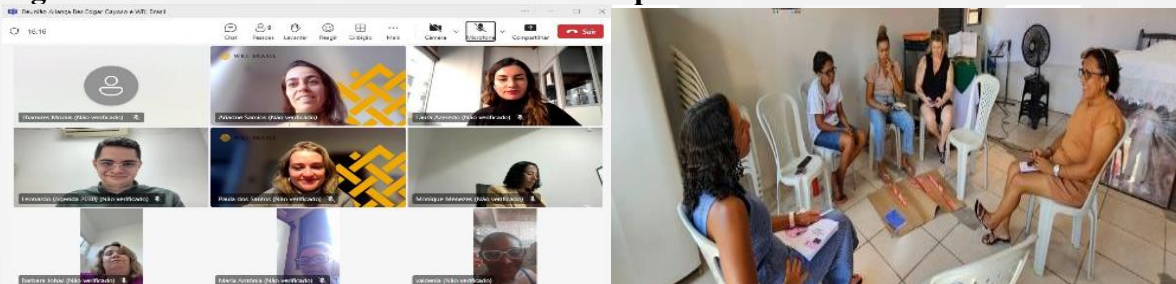
a10) Reunião com o WRI Brasil – Aliança pela Comunidade do Residencial Edgar Gayoso

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN participou de mais uma etapa da Aliança pela Comunidade da Residência Edgar Gayoso - WRI Brasil. Foi apresentada a linha do tempo da aliança: as fases de formação (2021), definição participativa (2022), execução das iniciativas (2023/2024) e, a autonomia comunitária (2025/2026). A proposta prevê a implementação de projetos definidos pelos próprios moradores, com o apoio técnico de organizações parceiras.

Em setembro, foi realizada reunião com representantes da Aliança e do Residencial E.Gayoso para formalização de uma Associação e organização das próximas ações com base nas sugestões da própria comunidade.

Foi realizada uma ação social da prefeitura no Residencial Edgar Gayoso, visando a promoção da cidadania. Ação contou com serviços de diversos órgãos como a SDU Norte, a FMS, a SEMCASPI e a Agenda 2030/ SEMPLAN.

Figura 30 – Reunião com WRI Brasil e com representantes da comunidade.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

Figura 31 - Ação Social no Residencial Edgar Gayoso.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a11) Encontro na Embaixada da Suécia para Cooperação em Cidades Sustentáveis

A Embaixada da Suécia no Brasil recebeu representantes do Projeto CITInova/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Prefeitura de Teresina, para um encontro de fortalecimento da cooperação estratégica em cidades sustentáveis. A reunião abordou temas prioritários para o desenvolvimento urbano alinhado à sustentabilidade.

Figura 32 – Encontro para fortalecimento da Cooperação Estratégica Interinstitucional.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a12) Realização do II Fórum de Justiça Climática de Teresina

O II Fórum de Justiça Climática de Teresina contou com debates voltados às populações mais vulneráveis às altas temperaturas. A programação inclui discussões sobre os impactos do calor extremo na população em situação de rua, estratégias de cuidado na primeira infância e o papel das mulheres na resposta à crise climática. O encontro se encerra com a leitura e

assinatura da Carta de Teresina pelo Clima e pelo Cuidado, simbolicamente representada por uma criança, representando as futuras gerações diretamente afetadas pelas mudanças climáticas. O Comitê de Justiça Climática - COMJUCA participou ativamente desta articulação e realização deste fórum.

Figura 33 - II Fórum de Justiça Climática de Teresina.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a13) Palestra Magna no XI Seminário Nacional de Educação Ambiental e Escolas Sustentáveis - SEMEARES

Em 2025, A Agenda 2030/SEMPPLAN ministrou palestra magna no XI Seminário Nacional de Educação Ambiental e Escolas Sustentáveis – XI SEMEARES. O evento reafirmou seu compromisso com uma educação ambiental alinhada aos desafios globais do nosso tempo. O evento destacou a Caatinga — único bioma exclusivamente brasileiro — como espaço de pesquisa e preservação de saberes regionais.

Figura 34 – Palestra Magna no evento XI SEMEARES.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a14) Palestra no evento Teresina, Sombra & Água Fresca

O evento "Teresina, Sombra & Água Fresca", realizado no Sesc Cajuína, reuniu especialistas de diferentes áreas para discutir os impactos das mudanças climáticas, tratar de soluções sustentáveis, de valorização da cultura local e melhoria da qualidade de vida.

Figura 35 - Palestra no evento Teresina, Sombra & Água Fresca.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a15) Mesa Redonda na Feira de Ciências no Educandário Santa Maria Goretti – ESMG

Apresentação de mesa redonda no Educandário Santa Maria Goretti com o tema “Teresina Sustentável: ações locais pelos objetivos globais”, que promoveu a importância de pequenas atitudes locais para a construção de um futuro mais sustentável.

Figura 36 - Mesa Redonda na Feira de Ciências – ESMG sobre Agenda 2030.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a16) Realização do Evento *City Works*

O *City Works* foi um evento que buscou oferecer ferramentas de gestão para ajudar na compreensão e na conexão de agendas globais de desenvolvimento urbano sustentável com as realidades locais. Foi realizado no MIS, envolvendo ICLEI, MCTI, Citinova, Agenda 2030/SEMPPLAN e outros servidores da Prefeitura de Teresina.

Figura 37 – Registros do City Works.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a17) Realização do Evento City-Business Accelerator - CiBiX

Realizado o CiBiX, evento parceria Agenda Teresina 2030/SEMPPLAN e ICLE, que teve o objetivo de fomentar soluções inovadoras e escalonáveis para minimizar os impactos do calor na população e no meio ambiente. O CiBiX conta com o apoio do MCTI e do WRI e conta com financiamento do *Global Environment Facility* (GEF) por meio do programa *Urban Shift*, uma plataforma global de líderes e instituições comprometidos com o desenvolvimento sustentável e o planejamento urbano integrado.

Figura 38 – Registros do CiBiX.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a18) Oficina Temática sobre Planejamento Ambiental – DUI-RRD

O Projeto Desenvolvimento Urbano Integrado para Redução de Riscos de Desastres Geo-Hidrológicos - DUI-RRD promoveu um processo participativo de discussão em torno de quatro eixos estratégicos: (1) Participação Social; (2) Planejamento Ambiental; (3) Adaptação Climática e Territorial; (4) Viabilidade Econômica. A oficina dedicada ao Planejamento Ambiental contou com a participação da Agenda 2030/ SEMPLAN e tratou de estratégias de gestão ambientais urbanas.

Figura 39 – Oficina sobre Planejamento Ambiental do DUI-RRD.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a19) Participação na 8ª edição da Escola de Resiliência de Mercocidades, em Niterói (RJ)

A Agenda Teresina 2030/SEMPPLAN participou da 8ª edição da Escola de Resiliência de Mercocidades na cidade de Niterói (RJ), iniciativa do Programa de Cooperação Sul-Sul de Mercocidades e do R-Cities. O objetivo foi apresentar um projeto que poderá ser selecionado para receber assistência técnica para melhorar suas estratégias de resiliência, especialmente em infraestrutura para cidades. Os projetos apresentados serão avaliados pelo comitê de seleção da Escola, que selecionará até três projetos para receber apoio para seu desenvolvimento.

Figura 40 - 8ª edição da Escola de Resiliência de Mercocidades, em Niterói (RJ).



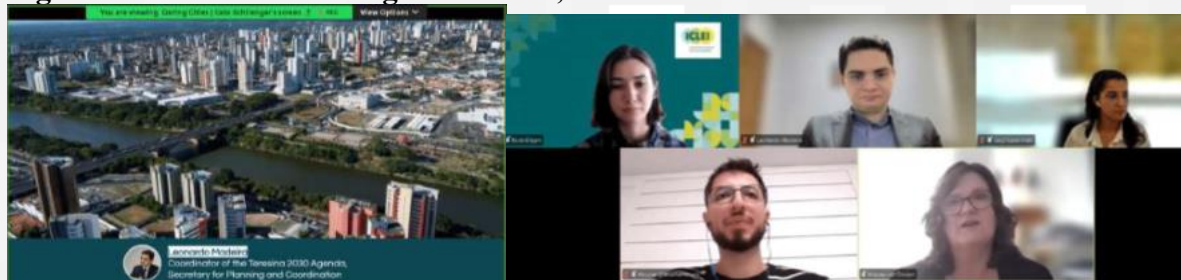
Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a20) Participação no Encontro *Daring Cities 2025*, realizado em formato virtual

A Agenda Teresina 2030/SEMPPLAN participou do *Daring Cities 2025*, evento internacional promovido pelo ICLEI em parceria com a cidade de Bonn, na Alemanha. Realizado em formato virtual, o encontro reuniu especialistas e gestores públicos de várias partes do mundo para debater os desafios e soluções da *Just Transition* — conceito que conecta

justiça social, resiliência urbana e ação climática multissetorial. Durante a apresentação, a capital piauiense destacou sua trajetória no enfrentamento ao calor extremo e na construção de políticas públicas inovadoras.

Figura 41 - Encontro Daring Cities 2025, realizado em formato virtual.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a21) Apresentação de projeto de resiliência climática no *C40 World Mayor Summit 2025*

A cidade de Teresina participou do *C40 World Mayors Summit 2025*, um dos mais importantes eventos globais sobre ação climática urbana. O encontro, promovido pelo *C40 Cities Climate Leadership Group*, reúne líderes públicos, investidores, filantropos e representantes da sociedade civil para debater soluções que fortaleçam a agenda climática.

Teresina foi reconhecida internacionalmente ao se tornar finalista do prêmio *Bloomberg Philanthropies Local Leaders Award 2025*, promovido em parceria com o C40. No evento C40 foi apresentado o projeto de requalificação da Lagoa dos Oleiros, eleito para participar da Incubadora de Projetos “Solução Natureza”, iniciativa da C40 e da Fundação Boticário, para receber suporte técnico gratuito para concepção e estruturação do projeto.

Figura 42 - Delegação de Teresina e Apresentação de Projeto no *C40-World Mayors Summit 2025*, realizado no Rio de Janeiro.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a22) Palestra sobre a Agenda Teresina 2030 e o combate à expansão urbana desordenada

A Agenda Teresina 2030 ministrou palestra com o tema “Projeto Agenda Teresina 2030 e sua correlação com o combate à expansão urbana desordenada” para procuradores e servidores do MPC-PI, DF-INFRA do TCE-PI. O encontro promoveu importantes reflexões sobre sustentabilidade e planejamento urbano em Teresina.

Figura 43 - Palestra sobre o combate à expansão urbana desordenada - Agenda 2030



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a23) Participação na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP30, em Belém (PA)

A Agenda Teresina 2030 participou da programação da COP30 e apresentou os resultados da Pesquisa “Análise do impacto do calor na saúde da mulher gestante de Teresina”, durante a programação do evento.

Figura 44 - Participação da Agenda Teresina 2030 na COP30 em Belém (PA).



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a24) Oficina para definição de protocolos para implantação de uma política pública que reconhece o calor extremo como fator de risco no pré-natal

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN, em parceria com a FMS e a Fundação Bernard Van Lee, realizou oficina com profissionais da rede municipal de saúde de Teresina para definição dos protocolos para implantação de uma política pública que reconheça o calor extremo como fator de risco no pré-natal.

Figura 45 - Oficina de construção de protocolo de saúde para a Rede Municipal.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a25) Realização da 3ª Conferência do Clima de Teresina (CLIMATHE25)

A 3ª Conferência do Clima de Teresina – CLIMATHE25 aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro com o tema “Cidades Quentes, Ideias Vivas: Justiça Climática e Inovação para um Futuro Resiliente”. O encontro teve como objetivo promover o debate sobre estratégias de adaptação ao calor extremo e justiça climática, com a participação de pesquisadores, gestores públicos, instituições internacionais, sociedade civil e movimentos sociais.

Figura 46 - 3ª Conferência do Clima de Teresina (CLIMATHE25).



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/11/27/prefeito-silvio-mendes-prestigia-abertura-da-3a-conferencia-do-clima-de-teresina/> Acesso em 12/02/2026.

b) Prêmios, Certificados e Seleções

b1) Prêmio Amigos do Riacho Itararé

A Agenda Teresina 2030 recebeu o prêmio no I Colóquio de Estudos Urbano-Ambientais IFPI-Campus Teresina Central por dar visibilidade a pauta ambiental e a

necessidade de mapear e manejar os recursos hídricos para evitar a degradação de ambientes vitais como o riacho Itararé.

Figura 47 – Recebimento do Certificado do Prêmio Amigos do Riacho Itararé.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

b2) Certificação do *Carbon Disclosure Project* – CDP pelo Compromisso com a Sustentabilidade

O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que gerencia um sistema global de divulgação ambiental sobre o clima, segurança hídrica e desmatamento. Teresina recebeu o certificado do CDP, como uma referência em planejamento urbano sustentável e resiliente.

b3) Seleção pelo Grupo Boticário e C40 para integrar projeto inovador de adaptação climática

Teresina foi um dos 30 municípios selecionados pela Fundação Grupo Boticário e pelo C40 Cities para participar da incubadora de projetos Solução Natureza, que garante apoio técnico especializado voltado a financiamento de projetos com Soluções Baseadas na Natureza (SBN). O projeto inscrito visa criar um espaço ambientalmente qualificado na zona norte, com um microclima confortável e que proteja a biodiversidade.

b4) Inscrição no Acelerador de Soluções para o Calor Urbano do WRI Brasil

Teresina foi uma das cinco cidades brasileiras selecionadas pelo Acelerador de Soluções para o Calor Urbano do WRI Brasil, que apoia projetos de soluções verdes ou de baixo carbono de redução do calor e seus impactos na saúde, foco em populações vulneráveis. O projeto inscrito foi o “Territórios de Resfriamento”, um piloto a ser executado na zona sudeste e visa transformar praças e hortas urbanas em refúgios climáticos, diminuindo a temperatura nesses espaços.

b5) Finalista do Prêmio *Bloomberg Philanthropies Local Leaders de 2025*

A cidade de Teresina é finalista do Prêmio *Bloomberg Philanthropies Local Leaders de 2025*, que reconhece as melhores políticas, projetos ou programas liderados por líderes locais, estados e regiões que abordaram as mudanças climáticas de forma eficaz nos últimos

três anos. A iniciativa da indicação da capital piauiense é da Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN. Teresina concorre na categoria Infraestrutura. A Agenda Teresina 2030 submeteu o projeto Lagoa de São Joaquim – Infraestrutura Verde e Resiliência Climática.

b6) Seleção Ferramenta *Heat Insights* em parceria com IBM e o C40 Cities

Teresina foi selecionada pela IBM e a C40 Cities como uma das seis cidades brasileiras a participarem do desenvolvimento da ferramenta *Heat Insights*, uma solução baseada em dados e alimentada por IA que analisa riscos potenciais resultado do calor extremo e do efeito das ilhas de calor urbanas.

c) Visitas Técnicas

c1) Levantamento das medidas da Praça do Dirceu

A Agenda Teresina 2030 realizou uma visita técnica à Praça do Terminal Itararé, localizada no bairro Itararé (Conjunto Habitacional Dirceu). O objetivo da ação foi coletar informações detalhadas sobre a infraestrutura da praça e avaliar suas condições para a elaboração de um projeto de reforma e revitalização do espaço.

Figura 48 – Praça do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

c2) Visita da Equipe da Agenda Teresina 2030 à Barragem dos Algodões (Município de Cocal – PI)

A Agenda Teresina 2030 realizou uma visita técnica ao local onde ficava a Barragem dos Algodões, no município de Cocal (PI), que rompeu em 2009. A equipe observou a infraestrutura local e as condições socioeconômicas das comunidades próximas para entender como a tragédia afetou o desenvolvimento da região e a importância da gestão de riscos e prevenção de desastres.

Figura 49 – Barragem dos Algodões – Município de Cocal – Piauí.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

c3) Acompanhamento aos geólogos na Segunda Etapa de Monitoramento das áreas de risco em Teresina

Em fevereiro, os técnicos do Serviço Geológico do Brasil (SGB), deram início à segunda etapa do monitoramento das áreas de risco em Teresina, nas zonas sudeste e sul, que envolve o mapeamento detalhado de regiões vulneráveis a eventos geo hidrológicos, como inundações e deslizamentos de terra. E conta com o apoio da Defesa Civil de Teresina, da Semplan e das SDUs e SDR. As áreas analisadas serão classificadas em níveis de risco e abrange áreas urbanas e rurais.

Figura 50 – Início da Segunda etapa do PMRR.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

c4) Visita Técnica à Praça do Mercado do Dirceu II discute melhorias e drenagem urbana

A Agenda Teresina 2030 participou de uma visita técnica e escuta ativa da população para avaliar as condições atuais da Praça do Mercado do Dirceu II. Estiveram presentes lideranças comunitárias e representantes da empresa Certare, responsável pela fiscalização das obras do metrô.

Figura 51 – Visita Técnica à Praça do Mercado do Dirceu II.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

c5) Visita Técnica ao CMEI Professor Roberto Gonçalves de Freitas: contexto de altas temperaturas

A Agenda Teresina 2030 realizou visita técnica ao CMEI Professor Roberto Gonçalves de Freitas, bairro Cidade Industrial, para avaliar as condições físicas e térmicas da escola. A unidade tem capacidade para 260 alunos, atendendo atualmente 211 crianças. Na visita, foram observadas deficiências estruturais e no entorno, o que corroborou uma pesquisa que indica que o modelo construtivo nacional padronizado, não contempla as diversidades climáticas, especialmente cidades com altas temperaturas como Teresina.

Figura 52 – Visita Técnica ao CMEI Professor Roberto Gonçalves de Freitas.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

c6) Visita à GIZ Brasil para Alinhamentos do Projeto Acoplar

Foi realizada, a convite, visita à GIZ Brasil, em Brasília, com o objetivo de concluir os alinhamentos finais da missão em Teresina no âmbito do Projeto Acoplar. A iniciativa apoia a capital piauiense na transição para um sistema de transporte público eletrificado e sustentável.

Figura 53 – Visita a GIZ Brasil em Brasília.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

c7) Visita Técnica do Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades

Teresina recebeu a visita do Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades com o objetivo de dar início ao investimento que contemplou a Prefeitura de Teresina, através do Novo PAC - Programa Periferia Viva, para realizar intervenções de urbanização na região da Lagoa dos Oleiros, zona norte de Teresina. A visita ocorreu as áreas de maior risco hidrológico na zona norte e ao local onde irão ocorrer as obras.

c8) Visita ao Parque Lagoa Piratininga, em Niterói - RJ

A Agenda Teresina 2030/ SEMPLAN realizou visita ao Parque Lagoa Piratininga, em Niterói - RJ. O parque é um exemplo de recuperação de áreas urbanas degradadas. É um complexo construído com soluções baseadas na natureza: jardins de filtrantes, biovaletas e outras soluções. O objetivo da visita foi conhecer a experiência para posterior apresentação ao prefeito de Teresina e análise da possibilidade de adequá-la para a capital piauiense.

Figura 54 - Visita ao Parque Lagoa Piratininga - Niterói (Rio de Janeiro).



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

c9) Visita da Representante do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

A representante do UNFPA esteve em Teresina e destacou as ações que vêm sendo desenvolvidas, especialmente o estudo pioneiro sobre os efeitos do calor extremo na saúde materna, fruto da parceria com o UNFPA.

Figura 55 – Registro da Missão com Sra Florbela Fernandes.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

d) Articulações Internas e Externas

d1) Reunião com órgãos internos para tratar do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

Foram definidos cronogramas e entrega de produtos: certificados da Casa da Mulher Brasileira, Plano de Mitigação, Decreto do COMJUCA, Plano de Atividades UNFPA, e debatido a criação de um Protocolo de calor para Teresina. Presentes SEMCASPI, SEMAM, SMPM e FMS.

Figura 56 – Reunião da Pesquisa UNFPA.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

d2) Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – Consulta Pública

Teresina realizou consulta pública online para o PSA, que visa compensar financeiramente ações de preservação ambiental. O programa é conduzido pela Agenda Teresina 2030 e SEMAM, com consultoria da CLIMÁTICA e recursos da premiação no *UrbanShift* e da rede *C40 Cities*.

d3) Sistema Alertas e outras Plataformas

Reunião com a SECTI para tratar de um Portal Integrado contemplando os Alertas Primeira Infância/Carta de Serviços, os ODS e CLIMATHE. Criado um Grupo de Trabalho para alinhar as iniciativas.

d4) Projeto de Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa da Emissora Rede Clube

A Agenda participou do lançamento do projeto de inventário de emissão de gases do efeito estufa da Rede Clube, afiliada à Rede Globo. A Agenda também alinhou uma parceria para a produção de matérias jornalísticas voltadas à temas de sustentabilidade em Teresina.

Figura 57 – Lançamento do Projeto de Inventário de Gases do Efeito Estufa - Rede Clube.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/PMT.

d5) Reunião com Secretarias – TUC

Apresentação do projeto Aliança para Transformação Urbana (TUC) visando possibilidades de colaboração entre o projeto e as secretarias. Participaram a FWF e a SMPM. Buscou-se a identificação de iniciativas já existentes e a construção de novas propostas.

d6) Participação na Oficina Presencial da Estratégia Alimenta Cidades

Participação na 1ª oficina presencial da Estratégia Alimenta Cidades, com MDS, CAISAN, outros atores públicos e a sociedade, para promover finalizar o diagnóstico situacional da agenda alimentar urbana e das políticas de segurança alimentar e nutricional do município.

Figura 58 – Primeira Oficina Presencial da Estratégia Alimenta Cidades.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

d7) Reuniões com MDS, COMSEA, CAISAN Estadual e CAISAN Teresina

Encontro com a Estratégia Alimenta Cidades e discussão de temas sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Presentes representantes do MDS, da CAISAN Estadual (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) e da CAISAN Teresina.

Figura 59 – Reunião MDS, CAISAN Estadual e CAISAN Teresina e Reunião do CAISAN.



Fonte: Agenda 2030/ SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

Em reuniões realizadas o COMSEA abordou a construção do Plano Municipal e metas para o evento Estratégia Cidades. A reunião do CAISAN tratou da elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Figura 60 – Registros das Reuniões COMSEA e CAISAN.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

d8) Parceria Estratégica com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e a Coordenação de Engenharia Cartográfica da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e a Coordenação de Engenharia Cartográfica da UFPI firmaram parceria com a Agenda Teresina 2030, para à produção de dados geoespaciais precisos que irão subsidiar o planejamento e a execução de ações mais efetivas no município.

Figura 61 – Encontro para formação de parceria UFPI e Agenda 2030.



Fonte: Agenda 2030/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

d9) Adesão ao Projeto Brasil Sustentável e Ferramenta do Google

Teresina aderiu ao Projeto Brasil Sustentável, parceira com Ferramenta do Google, que desenvolve inventários de emissões de GEE com tecnologia de ponta, usando inteligência artificial.

d10) Contratação de consultoria para elaboração do Plano de Enfrentamento ao Feminicídio de Teresina e de Combate à Violência Baseada no Gênero

A Agenda Teresina 2030 tem acompanhado o processo de edital e contratação do Plano de Enfrentamento ao Feminicídio de Teresina e de Combate à Violência Baseada no Gênero, a ser elaborado em conjunto com a SMPM e junto ao UNFPA.

d11) Participação em Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas - FGV

Uma equipe do projeto CliMunE – Clima, Municípios e Evidência, da FGV, iniciaram por Teresina a pesquisa “Fortalecendo a resiliência climática em municípios brasileiros por meio de políticas baseadas em evidências”. O projeto é uma parceria da *Cardiff University*, com a USP, com financiamento da *The British Academy* e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Figura 62 - Agenda Teresina 2030 e Equipe da FGV.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/10/13/teresina-e-ponto-inicial-de-pesquisa-inedita-sobre-mudancas-climaticas-da-fundacao-getulio-vargas/> Acesso em 12/02/2026.

4.2.2 - GESTÃO ESTRATÉGICA

a) Finalização do Relatório de Gestão Consolidado - RGC 2024 e Elaboração do RGC 2025 - SEMPLAN

No tocante ao Relatório de Gestão 2024, foram recebidas e analisadas as informações para composição do documento final, que foi disponibilizado no site da PMT <[RELATÓRIO-DE-GESTÃO-SEMPPLAN-2024.pdf](#)> no mês de março, cumprindo o prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas. Articulou-se junto à Semcom a disponibilização dos Relatórios de Gestão de todos os órgãos no site oficial da PMT, que a partir de 2024 passaram a ser elaborados de forma individualizada por cada órgão municipal.

Para o relatório de 2025, considerou-se o Manual de Orientações do TCE e a Portaria SEMPLAN nº 47/2025, (DOM nº 3.966). Foram realizadas reuniões com os setores que migraram para a estrutura da Semplan após a reforma administrativa - Lei Complementar nº 6.159, de 13/12/2024, a fim compreender as atividades para elaboração do RGC 2025.

b) Planejamento Estratégico - PE

As atividades relacionadas ao planejamento estratégico dividem-se em dois segmentos: incentivo aos órgãos e entidades da Administração Municipal para elaboração interna e coordenação do processo de elaboração do PE da própria Secretaria.

b1) Incentivo aos órgãos e entidades da Administração Municipal

Foram realizadas reuniões com todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, nas quais foram passadas instruções gerais sobre o tema, informada a forma de acompanhamento dos resultados (indicadores) a ser realizada pela Semplan e solicitadas informações para o processo de elaboração do PPA. As secretarias foram orientadas a darem continuidade ao processo de construção do PE, podendo utilizar-se do material disponibilizado nos encontros ou outro que julgassem mais assertivo. Orientou-se também a integração entre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e os planejamentos a serem feitos.

Figura 63 - Registro de uma das reuniões de orientação com os órgãos sobre PE.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/01/29/semplan-reune-orgaos-da-gestao-para-alinhar-planejamento-estrategico-e-monitoramento-de-indicadores/> Acesso em 27/05/2025.

2. Planejamento Estratégico da Semplan

Considerando os trabalhos já desenvolvido em anos anteriores a fim de construir o Planejamento Estratégico da Semplan, a portaria da comissão dos representantes da secretaria foi atualizada e o material já elaborado foi apresentado com vistas à análise e aprovação pelos representantes presentes. Na apresentação foram levadas as informações produzidas com base na análise *SWOT*, feita a partir do diagnóstico realizado em todos os setores da Secretaria e os objetivos estratégicos elaborados e aprovados anteriormente, utilizando-se da metodologia *BSC* adaptado ao setor público. Finalizada esta etapa, foi preparada apresentação que aguarda deliberação da gestão estratégica da SEMPLAN para aprovação ou outro encaminhamento.

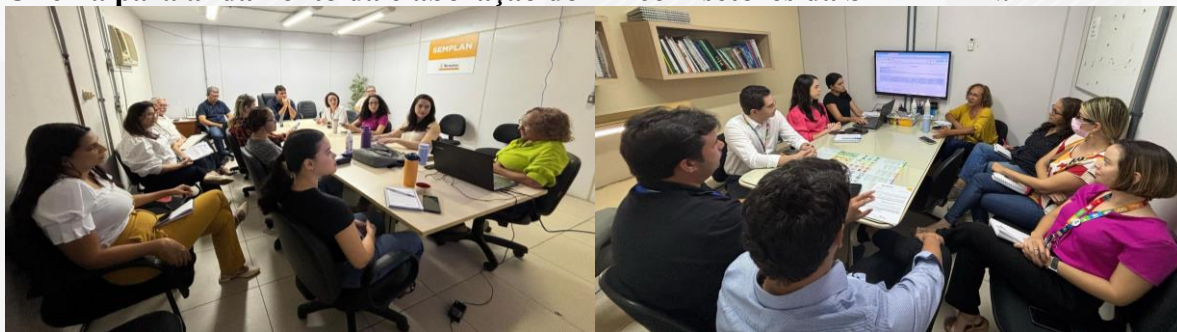
Abaixo, meta com o respectivo indicador e seu resultado em 2025:

Quadro 11 - Monitoramento de Meta e Indicador do PPA 2022-2025.

Meta: Promover a excelência na gestão administrativa da Semplan		
Indicador	2025	
	Planejado	Executado
Nº de projetos relacionados ao planejamento estratégico da Semplan	8	1

Fonte: SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Figura 64 - 1ª Reunião da Comissão de Planejamento Estratégico da Semplan em 2025 e Oficina para andamento da elaboração do PE com setores da SEMPLAN.



Fonte: SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT

c) Outras Atividades Desenvolvidas

c1) Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM: articulação e o envio dos processos com os questionários do Módulo I – PLAN do IEGM/ TCE - PI, para resposta pelas áreas técnicas responsáveis, subsidiando o cálculo deste indicador da gestão municipal.

c2) Reativação do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento das Ações e Políticas Públicas - SIMAPP: este sistema tem como objetivo acompanhar as ações da gestão municipal. Em 2025, foi reativado o módulo de monitoramento das obras. Os órgãos responsáveis por alimentar a planilha no sistema passaram por treinamento. Foi iniciada a confecção de um relatório de acompanhamento dos contratos lançados pelos órgãos.

c3) Energia: elaboração de relatório detalhado com análise do consumo de energia de todas as unidades consumidoras de alta tensão vinculadas à Prefeitura, para identificar alternativas para minimizar os custos com energia elétrica, promovendo maior economia nos gastos públicos

c4) Acompanhamento e Análise de Despesas Públicas: elaboração de planilha contendo as despesas referentes aos grupos: pessoal e encargos, outras despesas correntes e investimentos por mês, de cada órgão/entidade da prefeitura, referente ao período de 2025, bem como a projeção orçamentária para 2026. Esta medida subsidiou a análise do orçamento vigente e o planejamento orçamentário do ano seguinte.

c5) Elaboração do Diagnóstico Situacional do Município de Teresina: elaboração do Diagnóstico Situacional de Teresina para o PLPPA a partir das informações fornecidas pelos órgãos municipais, acerca dos principais temas que influenciam o desenvolvimento municipal (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Mobilidade etc). Foram utilizadas também as bases nacionais, como dados geográficos, populacionais e aspectos gerais sociais.

c6) Relatório Anual de Atividades - Principais Realizações da Prefeitura: elaboração de um documento com os principais destaques da gestão municipal durante o ano de 2025. Elas foram coletadas em planilhas elaboradas pela Semplan e alimentadas pelos órgãos e também obtidas através dos canais oficiais de divulgação municipal.

c7) Acompanhamento Mensal das Atividades desenvolvidas na Semplan: consolidação mensalmente das principais atividades realizadas pela Secretaria a partir dos dados alimentados pelos setores.

c8) Montagem da Apresentação do Relatório de Gestão Preliminar: elaboração da apresentação do Relatório de Gestão Preliminar, a ser apresentado ao Poder Legislativo Municipal, seguindo determinação do TCE/PI, através da IN nº 01/2022 art. 7º.



4.2.3 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO

a) Elaboração/ atualização/ revisão das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)

As ações orçamentárias municipais iniciaram o ano de 2025 com a inserção no sistema “Documentação Web” do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, dos arquivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, Lei Orçamentária Anual – LOA 2025 e atualização do Plano Plurianual 2022-2025 – PPA 2022-2025, conforme exigência legal. Também foram disponibilizadas as atualizações das 03 leis orçamentárias no site da SEMPLAN e no Portal da Transparência do Município.

a1) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2026

O cronograma de elaboração do PLDO 2026 foi atualizado a fim de aperfeiçoar os procedimentos e fluxos desta coordenação.

Por se tratar do primeiro ano da nova gestão e considerando a necessidade de um planejamento mais amplo (período de transição e capacitação de mão de obra) para confecção de um novo PPA, optou-se por deixar a apresentação do Anexo de Metas e Prioridades (comumente feita na LDO) para ser incremental junto ao PLPPA 2026-2029, de modo a retratar com maior assertividade e realismo das informações relativas às metas e prioridades da administração pública, ajuste validado por consulta a Corte de Contas.

Dando sequência às atividades, foram enviados processos para a Secretaria Municipal de Finanças – SEMF, solicitando informações, as quais foram utilizadas para a elaboração do Anexo de Metas Fiscais - AMF e Anexo de Riscos Fiscais - ARF, que compõe parte essencial da LDO.

Por fim, a entrega do PLDO 2026 foi realizada no dia 15 de abril, na Câmara Municipal de Teresina, respeitando o prazo legal estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Figura 65 - Entrega do PLDO na Câmara Municipal de Teresina.



Fonte: Coordenação de Orçamento//SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

A Audiência Pública para apresentação do PLDO 2026 aconteceu no dia 14 de maio. Foram apresentados os principais pontos do referido projeto, que, dentre outros aspectos, abordou a estratégia fiscal que será adotada pela gestão para o exercício de 2026.

Figura 66 - Audiência Pública do PLDO 2026.



Fonte: Coordenação de Orçamento//SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

a2) Projeto de Plano Plurianual 2026 - 2029

O ano de 2025 finalizou o planejamento plurianual 2022 - 2025, assim, foi elaborado o novo planejamento orçamentário para o próximo quadriênio.

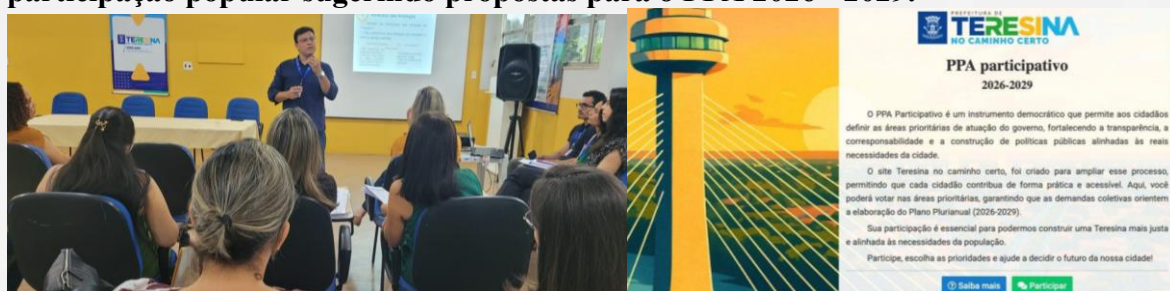
Na confecção do Plano Plurianual 2026-2029, optou-se pela formulação de nova estrutura do PPA, em consonância com o arcabouço jurídico do tema, com as novas abordagens metodológicas, com as especificidades do município de Teresina e com o plano de governo para o período de gestão.

A nova estrutura enfatizou a objetividade e clareza de seus elementos com o intuito de melhorar o planejamento, a execução e principalmente o controle nos âmbitos do Estado e da sociedade, que subsidiarão as projeções e priorização das demandas da coletividade para os anos vindouros. O modelo aferido e aprovado, foi apresentado em *webinar* realizado pelo TCE PI, evidenciando a concordância com esse novo modelo e seus prognósticos.

Foram realizadas oficinas técnicas tratando sobre a nova metodologia de elaboração do PPA com todos os órgãos da Prefeitura, visando a divulgação e capacitação dos parceiros

envolvidos no processo. E foi aberta a consulta online para a construção participativa desta peça orçamentária, promovendo a atuação ativa da população e o controle social.

Figura 67 - Oficina de Apresentação da Metodologia de Elaboração e Plataforma de participação popular sugerindo propostas para o PPA 2026 - 2029.



Fonte: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/2025/05/21/semplan-inicia-oficinas-para-elaboracao-do-plano-plurianual-com-metas-ate-2029/> Acesso em 22/09/2025 e <https://pmt.pi.gov.br/2025/09/18/prefeitura-de-teresina-lanca-sistema-para-participacao-popular-no-planejamento-urbano/> Acesso em 22/09/2025

a3) Projeto de Lei Orçamentária Anual - ano 2026

A Lei 6.311/2025 aprovou o projeto de Lei Orçamentária para o exercício 2026, com a previsão de receita de mais de R\$ 6.bilhões, visando a realização das políticas públicas e a retomada de investimentos no município.

Figura 68 - Oficina de Apresentação da Metodologia para Elaboração da LOA 2026.



Fonte: SEPLAG/ SEMPLAN/ PMT.

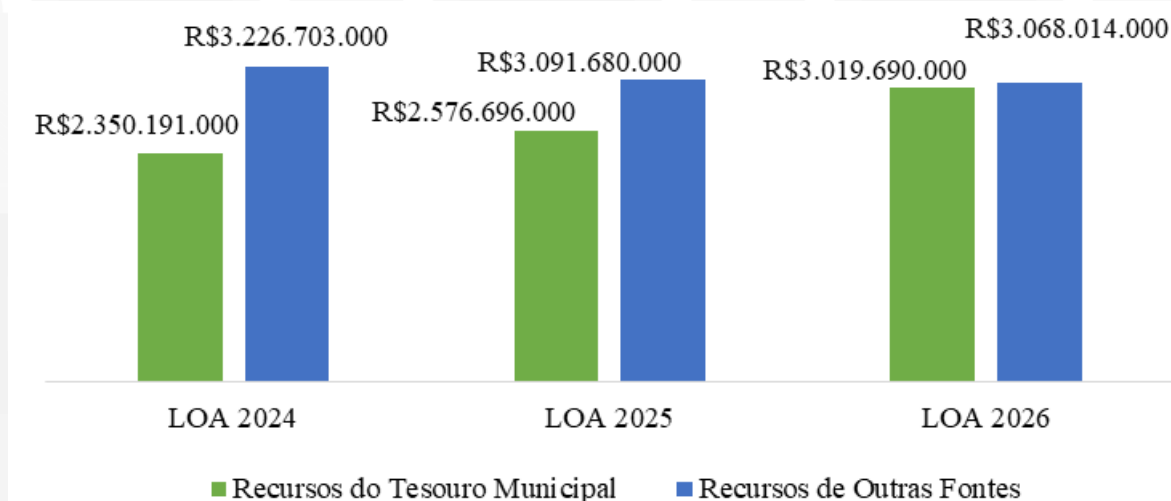
Quadro 12 - Etapa, Fases e Atividades Realizadas para a elaboração e aprovação das Leis Orçamentárias.

Etapa	Fase	Atividade/ Tarifa
Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)	Consulta aos órgãos da PMT e a CMT	Etapa postergada para o PPA
	Levantamento de Previsão de Receita	Envio de ofício à SEMF (24/02/2025)
	Anexo de Metas Fiscais (AMF) e Anexo de Riscos Fiscais (ARF)	Elaboração dos Anexos entre os dias 24/02 à 14/03/2025
	Entrega do PLDO na CMT	15/04/2025
	Audiência Pública na CMT	14/05/2025
	Discussão e Aprovação do PLDO pelo Poder Legislativo	15/07/ 2025
	Publicação no DOM da LDO 2026	04/08/ 2025
Projeto de Lei	Reunião Setorial com todos os órgãos da PMT	06/08/2025

Orçamentária Anual (PLOA)	Entrega do PLOA na CMT	30/09/2025
	Audiência Pública na CMT	04/11/2025
	Discussão e aprovação do PLOA pelo Poder Legislativo	23/12/2025
	Publicação no DOM a LOA 2026	30/12/2025
Projeto de Plano Plurianual 2026 - 2029 (PPPA)	Reuniões com equipe RGM alteração de sistema para receber a nova estrutura do PPA	29/04/2025 e 06/05/2025
	Audiências Públicas - PPA	10 e 11/09/2025
	Oficinas de Construção do PPA (2026 - 2029)	21,23,28,29/05; 02,05,06/06
	Consolidação das informações dos órgãos	10/06 a 31/07/2025
	Entrega do PPPA na CMT	30/09/2025
	Audiência Pública na CMT	04/11/2025
	Discussão e aprovação do PPPA pelo Poder Legislativo	23/12/2025
	Publicação no Diário Oficial do Município do PPA 2026 - 2029	30/12/2025

Fonte: Coordenação de Orçamento/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Gráfico 8 – Evolução dos Recursos Municipais na Previsão da LOA – Anos 2024 – 2025 – 2026.



Fonte: Coordenação de Orçamento/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Quadro 13 – Teto de Despesa por Órgão – LOA 2026 (Lei 6.311/2025).

Descrição	LOA 2024	LOA 2025	LOA 2026
PODER LEGISLATIVO	120.000.000,00	140.000.000,00	150.000.000,00
Câmara Municipal	120.000.000,00	140.000.000,00	150.000.000,00
PODER EXECUTIVO	5.456.894.000,00	5.528.376.000,00	5.937.704.000,00
Secretaria Municipal de Governo	38.978.000,00	40.242.000,00	6.230.000,00
Gabinete do Vice-Prefeito	982.000,00	1.069.000,00	639.000,00
Procuradoria Geral do Município	29.057.000,00	33.003.000,00	38.892.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação	73.138.000,00	60.942.000,00	152.181.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	49.099.000,00	83.851.000,00	60.637.000,00
Secretaria Municipal de Finanças	492.666.000,00	528.368.000,00	468.717.000,00
Secretaria Municipal de Educação	1.208.945.000,00	1.351.218.000,00	1.267.677.000,00
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	18.298.000,00	22.611.000,00	27.976.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	9.446.000,00	4.892.000,00	11.215.000,00

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas	78.398.000,00	85.967.000,00	86.745.000,00
Secretaria Municipal da Juventude	5.757.000,00	4.590.000,00	10.841.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	16.140.000,00	13.053.000,00	15.623.000,00
Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Centro	101.547.000,00	62.445.000,00	56.374.000,00
Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Sul	167.734.000,00	136.107.000,00	207.961.000,00
Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Leste	87.761.000,00	42.876.000,00	82.188.000,00
Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Rural	50.680.000,00	30.358.000,00	30.174.000,00
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito	132.244.000,00	118.799.000,00	140.726.000,00
Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano	205.233.000,00	152.722.000,00	234.094.000,00
Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação	13.713.000,00	15.733.000,00	20.874.000,00
Fundação Municipal de Saúde	1.613.386.000,00	1.667.391.000,00	1.978.014.000,00
Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves	26.578.000,00	30.078.000,00	32.533.000,00
Fundação Wall Ferraz	17.499.000,00	13.928.000,00	10.928.000,00
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina	648.917.000,00	755.455.000,00	751.000.000,00
Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Sudeste	39.263.000,00	34.265.000,00	53.524.000,00
Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina	7.000.000,00	3.850,00	3.000.000,00
Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres	4.857.000,00	5.618.000,00	4.331.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação ¹	146.461.000,00	115.460.000,00	0
Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina ¹	10.099.000,00	8.976.000,00	0
Secretaria Municipal de Defesa Civil	2.508.000,00	2.403.000,00	1.594.000,00
Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Norte	102.392.000,00	61.413.000,00	93.666.000,00
Secretaria Municipal de Produção Agropecuária ¹	2.214.000,00	1.782.000,00	0
Secretaria Municipal de Comunicação Social	9.706.000,00	8.810.000,00	9.191.000,00
Secretaria Municipal de Articulação Institucional ²	0	0	1.919.000,00
Secretaria Municipal de Segurança Pública ²	0	0	33.938.000,00
Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas - Sudeste II ¹	40.189.000,00	24.101.000,00	0
Reserva de Contingência	6.000.000,00	6.000.000,00	44.302.000,00

Fonte: Coordenação de Orçamento/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

¹ Secretarias/ Entidades extintas

² Secretarias novas criadas

Figura 69 – Audiência Pública da PLOA 2026.



Fonte: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/2025/11/11/audiencia-publica-debate-proposta-de-orcamento-2026-da-prefeitura-de-teresina/> Acesso em 23/01/2026.

b) Emendas Parlamentares Municipais

As emendas parlamentares individuais são propostas de ação (obras/ serviços/ auxílios etc) de autoria dos vereadores feitas ao Orçamento Municipal. Elas podem ser cadastradas diretamente pelo parlamentar ou indiretamente feita pela Organização da Sociedade Civil (OSC). Este cadastramento de propostas é realizado no Sistema de Indicações de Emendas Parlamentares Individuais – SECIEPI, cuja gestão é de competência da SEMPLAN.

Importante destacar que as emendas parlamentares são consideradas impositivas, em que o município é obrigado a executá-las, quando validadas e empenhadas no ano vigente, de acordo com exigências técnicas e circunstâncias orçamentárias.

Em janeiro de 2025, o SECIEPI foi aberto para continuidade do fluxo dos processos referentes às emendas de competência 2025 (cadastradas em 2024). Foram 234 emendas cadastradas, totalizando R\$ 76.823.127,50. Ao final do exercício orçamentário 2025, 116 emendas foram validadas, enquanto 118 permaneceram em etapas anteriores a validação.

O SECIEPI foi atualizado no tocante à estimativa de valores, aos objetos, aos usuários cadastrados, à criação e extinção de órgão/entidade executores. O sistema teve abertura cadastro das proposições (maio/junho/julho/agosto) pelo Decreto nº 28.204, 30/07/2025.

Foram realizados treinamentos periódicos na Câmara Municipal de Teresina, acerca da gestão de emendas parlamentares enfatizando o arcabouço jurídico, o processo sistemático e o SECIEPI. Os treinamentos tiveram como público-alvo todos os atores envolvidos no fluxo de execução das emendas parlamentares individuais (vereadores proponentes, assessores, órgãos/entidades executores, PGM, CGM e órgão gestor do processo).

Figura 70 – Treinamentos sobre Gestão de Emendas Municipais na CMT.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/01/13/semplan-reune-vereadores-assessores-secretarias-municipais-e-organizacoes-sociais-para-treinamento-sobre-emendas-parlamentares/> Acesso em 16/10/2025 e <https://www.teresina.pi.leg.br/noticias/assessores-participam-de-treinamento-sobre-gestao-de-emendas-parlamentares-para-2026> Acesso em 16/10/2025.

Quadro 14 – Emendas Parlamentares Individuais cadastradas por Órgão/ Entidade.

Órgão/ Entidade	Ano 2024		Ano 2025	
	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
FMC	55	10.310.000,00	37	8.096.000,00
ETURB	06	992.472,00	0	0,00
FMS	76	35.738.581,68	59	38.833.928,70
FWF	39	8.643.500,00	36	8.459.500,00
SDU ¹ LESTE	01	103.096,00	0	0,00
SDU ¹ RURAL	05	1.222.968,80	3	533.998,80
SDU ¹ SUDESTE II ²	01	0,00	0	0,00
SDU ¹ SUL	02	628.374,76	0	0,00

SDU ¹ SUDESTE	01	68.495,00	0	0,00
SEMAM	07	1.270.000,00	3	870.000,000,00
SEMCASPI	00	0,00	2	630.000;000,00
SEMDEC	09	1.600.000,00	3	600.000,00
SEMDUH ²	02	130.000,00	0	0,00
SEMEL	35	8.464.400,00	44	9.874.600,00
SEMEST ²	03	356.000,00	0	0,00
SEMGOV	01	35.000,00	7	430.500,00
SEMJUV	04	1.060.500,00	26	5.370. .000,00
SEMAI (criada em 2025)	00	0,00	9	2.441.000,00
SEMP ² (extinta em 2025)	00	0,00	1	33.600,00
SEMPPLAN	00	0,00	4	650.000,00
TOTAL	247	70.623.388,24	234	76.823.127,50

Fonte: : Coordenação de Emendas/ SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/ 2025

¹ Sigla do órgão em 2024: SAAD;

² Órgão extinto em 2025.

Quanto às formas de execução das emendas, elas estão classificadas em execução direta ou indireta. Formas de Execução Direta correspondem a execução do objeto pelo próprio Órgão Executor, por meio de sua equipe ou licitação para contratação de empresa com finalidade lucrativa. Forma de Execução Indireta corresponde a execução feita por Organizações da Sociedade Civil (OSC), que são escolhidas pelo vereador proponente para contratualização com os órgãos executores, por meio de termo de fomento e execução com base no plano de trabalho apresentado pelas OSCs, para posterior prestação de contas.

Quadro 15 - Emendas Parlamentares Individuais cadastradas e validadas por tipo de execução.

Tipo de Execução	Emendas Cadastradas				Emendas Cadastradas			
	Ano 2024		Ano 2025		Ano 2024		Ano 2025	
	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Diretas	111	40.481.892,82	39	17100000	111	40.481.892,82	39	17100000
Indiretas	136	30.141.495,42	195	59723127,5	136	30.141.495,42	195	59723127,5
Total	247	70.623.388,24	234	76823127,5	247	70.623.388,24	234	76823127,5

Fonte: Coordenação de Emendas/ SEPLAG/SEMPPLAN/PMT; Dados computados até dezembro/ 2025.

4.3 - DIMENSÃO - INVESTIMENTOS

Os tópicos da dimensão Investimentos listados abaixo relacionam-se com os seguintes Programas do PPA 2022-2025:

- Captação de Recursos: Programa Planejamento Municipal
- Gestão do Programa Teresina Sustentável - CAF: Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado - Teresina Sustentável, referente ao contrato de recursos de financiamento junto à Corporação Andina de Fomento (CAF)

Abaixo, as metas, seus respectivos indicadores e resultados em 2025:

Quadro 16 - Monitoramento de Meta e Indicadores do PPA 2022-2025.

Meta: Gerir e executar o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado - planejamento		
Indicadores	2025	
	Planejado	Executado
Auditorias realizadas (un.)	2	1
Relatórios realizados (un.)	8	1
Meta: Aumentar a resiliência através da promoção do desenvolvimento urbano e rural, social, ambiental e econômico no Município de Teresina		
Indicadores	2025	
	Planejado	Executado
Melhoria do acesso e transitabilidade das vias públicas (m²)	4.000,00	27.553,75
Requalificação urbana e ambiental de áreas degradadas (m²)	3.000,00	27.553,75

Fonte: SECREM/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.



4.3.1 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

a) Gestão da Captação de Recursos

a1) Novas Captação de Recursos

Em 2025, foram captados R\$ 27.021.762,57 em recursos, sendo R\$ 26.251.454,72 de repasse de recursos federais do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 770.307,85 contrapartida do município. Não houve captação por meio de financiamentos.

Quadro 17 - Detalhamento da captação de recursos, em 2025.

Órgão	Objeto	Valor Total (R\$)	Repasse	Contrapartida
Ministério da Educação	Construção de Escola em Tempo Integral, PSH Tabocas na cidade de Teresina/PI	11.771.547,57	11.065.254,72	706.292,85
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS	Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento humano em Teresina, por meio da oferta de cursos de capacitação profissional voltados as demandas locais, inovação tecnológica e aos cuidados sociais, ampliando as oportunidades de empregabilidade, empregabilidade e geração de renda para pessoas inscritas no CadÚnico	2.007.215,00	2.003.200,00	4.015,00
Ministério do Turismo	Teresina Cidade Verde: qualificar e capacitar para conectar e fortalecer as rotas turísticas	10.030.000,00	10.000.000,00	30.000,00
Ministério do Esporte	Implementação e desenvolvimento do esporte no município de Teresina/PI	500.000,00	490.000,00	10.000,00

Órgão	Objeto	Valor Total (R\$)	Repasse	Contrapartida
Ministério do Esporte	Implementação e desenvolvimento do projeto SEMEL Mais Esportes no município de Teresina/PI	2.020.000,00	2.000.000,00	20.000,00
Ministério do Esporte	Cursos de capacitação	693.000,00	693.000,00	0,00

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. Dados computados até dezembro/2025.

Alguns fatores influenciaram na captação de recursos externos, e a Semplan tomou providências como:

- monitoramento das licitações com recursos externos junto aos órgãos executores e à Sema, cobrando e providenciando documentações quando necessário;
- Na elaboração de projetos, os órgãos executores fornecem os projetos, mas, quando necessário, a Semplan utiliza-se da sua equipe técnica ou de contratos com empresas de consultoria para auxílio na elaboração e adequação de projetos junto aos órgãos executores.
- E quanto à dificuldade na captação devido à Capag e capacidade de endividamento da Prefeitura, a Semplan buscou captar recursos através de fontes não onerosas e negocia, quando possível, a redução de juros dos financiamentos existentes juntamente com a SEMF.

a2) Operações em Execução

As operações em execução compreendem as operações contratadas e/ou liberadas, que no caso, encontram-se em vigência em 2025. Abaixo, foram disponibilizados dados do valor total e investimento realizados em exercícios anteriores e/ou 2025 e saldo a liberar, listado por fonte.

Importante frisar que as operações aqui listadas são de captação de recursos onerosos (financiamentos) e de captação de recursos não onerosos (transferegov da União).

Quadro 18 – Operações Vigentes em Execução, em reais.

Fonte	Valor Total (R\$)	Investimento em exercícios anteriores (R\$)	Investimento em 2025 (R\$)	Saldo (R\$)
BB Cidade Integrada com o Povo	500.000.000,00	431.266.251,26	40.485.984,68	28.247.764,06
BB Estruturada	120.000.000,00	84.465.602,56	-	35.534.397,44
BRB	100.000.000,00	95.639.851,16	3.341.972,31	1.018.176,53
PAC 2ª ETAPA	60.258.114,68	36.957.950,58	845.986,24	22.454.177,86
Pacto pela Mobilidade (Corredor Norte Leste)	59.540.000,00	15.688.629,23	2.071.411,96	41.779.958,81
Saneamento para todos (projetos 05 Sub-bacias)	9.066.949,55	2.025.381,50	863.516,45	6.178.051,60
Saneamento para todos (Drenagem P10)	83.227.917,06	7.154.400,00	5.501.073,77	70.572.443,29
TOTAL	932.092.981,29	673.198.066,29	47.489.314,35	211.405.600,65

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. Dados computados até dezembro/2025.

Quadro 19 – Operações em Execução, em dólar.

Fonte	Valor Total (US\$)	Investimento em exercícios anteriores (US\$)	Investimento em 2025 (US\$)	Saldo (US\$)
CAF	45.982.658,96	25.666.752,31	3.210.082,86	17.105.823,79

Fonte: SECREM/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Figura 71 - Reunião de alinhamento de novos investimentos para Teresina.

Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/02/19/prefeito-silvio-mendes-anuncia-investimentos-de-r-650-mi-em-teresina/>. Acesso em: 19/02/2025.

a3) Desapropriação de Terreno

A desapropriação de um terreno pelo município se dá quando este considera de utilidade pública ou interesse social o imóvel de um particular e, através de Decreto, passa da propriedade privada para a pública, sendo o antigo proprietário indenizado por isso.

Em 2025, foram desapropriados 09 terrenos/imóveis de particulares para obras municipais.

a4) Prospecção de Recursos - Cadastramento de Novas Propostas e Plano de Trabalho (SICONV/SISCON)

A captação de recursos junto ao Governo Federal se dá inicialmente através do cadastramento de propostas/planos de trabalho na Plataforma Transfere.GOV a partir da indicação de emendas parlamentares ou da abertura de programas.

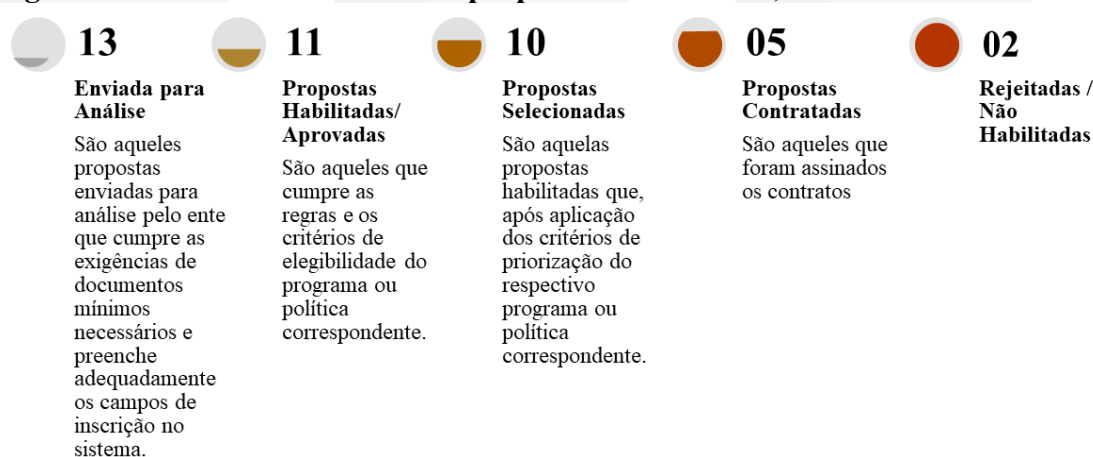
A Semplan, dentre outros, realiza a disseminação junto aos órgãos municipais/proponentes executores, informações sobre a abertura de programas, bem como orientá-los quanto ao cadastramento de propostas. Direciona aos órgãos executores quanto à elaboração de documentações necessárias para retirada de cláusulas suspensiva dos contratos de repasse/convênios.

A seleção da proposta a ser cadastrada por parte da Semplan depende de alguns critérios, dentre eles:

- a necessidade/urgência de determinada obra (principalmente quando a sua não execução traz riscos à população);
- as diretrizes do programa;
- as prioridades e conformidades com os planos municipais e plano de governo atual;
- se a emenda indicada pelo parlamentar possui destinação específica (tipo de obra, localização ou órgão executor. Leva-se em conta a prioridade do órgão/entidade indicada);
- o valor disponível para cadastramento; e
- a existência do projeto já foi elaborado.

Abaixo, o quantitativo de propostas cadastradas em 2025 discriminado por seu status.

Figura 72 – Resumo do Status das propostas cadastradas, em 2025.



Fonte: SECREM/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Quadro 20 – Detalhamento – Emendas Individuais/Propostas Voluntárias.

Objeto	Valor (R\$)	Status
Pavimentação de vias na zona rural – paralelepípedo	R\$ 4.800.000,00	Enviada para Análise
Pavimentação de vias na zona rural - asfalto	R\$ 4.600.000,00	Enviada para Análise
Teresina Cidade Verde: qualificar e capacitar para conectar e fortalecer as rotas turísticas	R\$ 10.030.000,00	Enviada para Análise
Implantação do Programa Estação Juventude no município de Teresina/PI – Promoção de inclusão social, formação cidadã e ampliação do acesso às políticas públicas	R\$ 500.000,00	Enviada para Análise
Aquisição de maquinários agrícolas (01 caminhão basculante, 01 motoniveladora, 01 retroescavadeira, 02 tratores agrícolas).	R\$ 2.018.000,00	Enviada para Análise
Implantação de pavimentação para melhoria do acesso a polos produtivos, mercados e feiras - Teresina-PI	R\$ 2.950.000,00	Enviada para Análise
Implantação de campo agrícola no Assentamento 8 de Março, na zona rural sul de Teresina-PI.	R\$ 485.000,00	Enviada para Análise

Objeto	Valor (R\$)	Status
Execução de pavimentação da estrada de acesso aos campos agrícolas dos assentamentos 17 de Abril e 8 de Março, na zona rural sul de Teresina-PI	R\$ 2.955.000,00	Enviada para Análise
Execução de pavimentação da estrada de acesso ao campo agrícola e à horta comunitária do Assentamento Vale da Esperança, na zona rural sudeste de Teresina-PI	R\$ 2.892.000,00	Enviada para Análise
Execução de pavimentação da estrada de acesso aos campos agrícolas dos assentamentos Limoeiro e Floresta, na zona rural sudeste de Teresina-PI	R\$ 2.970.000,00	Enviada para Análise
Execução de pavimentação da estrada de acesso ao campo agrícola dos povoados Santa Helena e Angolá, na zona rural sudeste de Teresina-PI	R\$ 2.890.000,00	Enviada para Análise
Execução de pavimentação da rua de acesso ao campo agrícola do Povoado Nova Olinda, na zona rural sudeste de Teresina-PI	R\$ 1.250.000,00	Enviada para Análise
Reforma do complexo do mirante da ponte estaiada com aquisição de equipamentos - Teresina/PI	R\$ 1.516.366,00	Aprovada
Implementar Cuidoteca - Teresina – Piauí	R\$ 1.010.000,00	Aprovada
Reforma de Complexos Esportivos - Teresina-PI	R\$ 1.930.000,00	Aprovada
Qualificação de 1.800 pessoas inscritas no CadÚnico	R\$ 2.007.215,00	Contratada
Teresina Cidade Verde: qualificar e capacitar para conectar e fortalecer as rotas turística	R\$ 10.030.000,00	Contratada
Implementação e Desenvolvimento do Esporte no Município de Teresina/PI	R\$ 500.000,00	Contratada
Implementação e Desenvolvimento do Projeto SEMEL Mais Esportes no Município de Teresina/PI	R\$ 2.020.000,00	Contratada
Recuperação de estradas vicinais na zona rural – PRONER	R\$ 4.000.000,00	Rejeitada

Fonte: SECREM/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Quadro 21 – Detalhamento - Seleção PAC.

Objeto	Valor (R\$)	Status
Construção de creche e pré-escola de educação infantil – Angelim	3.412.972,09	Selecionada
Construção de creche e pré-escola de educação infantil – Parque Ideal	3.412.972,09	Selecionada
Construção de creche e pré-escola de educação infantil – Aroeiras	3.412.972,09	Selecionada
Construção de creche e pré-escola de educação infantil – Parque Brasil	3.412.972,09	Selecionada
Renovação de frota - SAMU 192	2.036.105,00	Selecionada
Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) – Itararé	3.907.000,00	Selecionada
Construção de Centro de Atenção Psicossocial Tipo III - Lourival Parente	2.908.000,00	Selecionada
Aquisição de kit de Teleconsulta para as Unidades Básicas de Saúde de Teresina	6.138,61	Selecionada

Objeto	Valor (R\$)	Status
Aquisição de equipamentos para Unidades Básicas de Saúde (UBS)	2.844.000,00	Selecionada
Construção de Policlínica – Ininga	30.000.000,00	Selecionada
Aquisição de Ônibus para Transporte Escolar	421.971,65	Habilitada
Construção de Creche e Pré-Escola de Educação Infantil – Santa Maria da Codipi	3.412.972,09	Habilitada
Construção de Creche e Pré-Escola de Educação Infantil – SAMAPI	3.412.972,09	Habilitada
Construção de Creche e Pré-Escola de Educação Infantil – Res. Nova Alegria	3.412.972,09	Habilitada
Construção de Creche e Pré-Escola de Educação Infantil – Itararé	3.412.972,09	Habilitada
Construção de Creche e Pré-Escola de Educação Infantil – Povoado Tapuia	3.412.972,09	Habilitada
Aquisição de uma Unidade Odontológica Móvel (OUM)	379.890,00	Habilitada
Contenção de Encostas – Vila da Paz e Pedro Balsi	21.461.447,37	Habilitada
Implantação de Espaço Esportivo Comunitário no município de Teresina – Parque Brasil IV	1.500.000,00	Enviada para Análise
Implantação de Drenagem Urbana na Zona Leste de Teresina-PI	64.722.478,41	Não Habilitada

Fonte: SECREM/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

b) Gestão dos Contratos e Convênios

b1) Monitoramento Contratos e Convênios

O monitoramento de contratos e convênios é realizado através de reuniões periódicas para acompanhamento e resolução de pendências das obras ou serviços de engenharia contratados com recursos externos junto aos órgãos executores da Prefeitura Municipal de Teresina e/ou aos órgãos financeiros (nacionais e internacionais), articulação diária com todos os envolvidos no processo de execução dos contratos e convênios, análise de Boletins de Medição, atualização e análise de orçamentos, liberação e prestação de contas dos recursos captados.

A Semplan atua, dentre outras atribuições, no acompanhamento do processo de contratação e execução de contratos de repasses/termos de compromissos desde a sua assinatura até a prestação de contas final.

Ao todo, 22 obras vigentes foram gerenciadas e monitoradas pela Semplan. No quadro abaixo, destaca-se algumas obras monitoradas em 2025:

Quadro 22 - Principais Obras Monitoradas em 2025.

Descrição da obra	Situação da Obra Monitorada				
	Valor total da obra (R\$)	Valor total de recursos liberados (R\$)	Saldo a liberar (R\$)	Operação / Fonte Financiadora	Órgão responsável pela execução
Reforma do Mercado Central São José	13.861.885,53	10.514.640,68	3.347.244,85	Financiamento	SDU Centro

Urbanização da Vila da Paz	23.298.955,01	13.290.528,73	10.008.426,28	Financiamento	SDU Sul
Drenagem da P10	101.228.771,56	6.283.448,92	94.945.322,64	FGTS	SDU Sul
Prolongamento da Avenida São Francisco	4.725.487,63	845.986,25	3.879.501,38	FGTS	SDU Sul
Construção da Rotatória da Ponte UFPI com a Av. Ulisses Marques	4.966.319,23	4.386.268,09	580.051,14	FGTS	SDU Leste

Fonte: SECREM/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

No monitoramento das obras são realizadas reuniões de alinhamento e controle dos contratos com entidades/órgãos responsáveis pela execução, com as construtoras das obras e com instituições financeiras e governo federal, visitas técnicas nas obras, e quando necessário para prosseguimento do contrato, atendimento de diligências e providências de pendências e ajustes do contrato e/ou obras. Durante o ano foram realizadas 56 reuniões da Semplan com os órgãos da Prefeitura e 24 reuniões com às instituições financeiras.

4.3.2 - GESTÃO DO PROGRAMA TERESINA SUSTENTÁVEL - CAF



O Programa Teresina Sustentável visa contribuir com o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município, mediante a realização de intervenções para a melhoria da acessibilidade, mobilidade urbana, requalificação de áreas vulneráveis, valorização da cultura e na modernização da gestão.

E consiste na promoção de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, aliando o desenvolvimento econômico à conservação ambiental.

A Semplan, dentre outros, coordena as ações do programa no âmbito da Prefeitura de Teresina, com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos no Acordo do Empréstimo. Acompanhando o cumprimento das metas contratuais previstas no contrato de empréstimos com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e estabelece o controle de cumprimento das cláusulas contratuais.

a) Apoio a Supervisão das Obras - CAF

A contratação de empresa especializada em supervisão técnica é importante pois a Prefeitura detém de um corpo técnico de Engenharia reduzido e com limitada capacidade operacional, pois encontra-se envolvido com as atividades diárias demandadas pelos demais contratos de repasse e convênios.

Além disso, o processo de gerenciamento das obras, incluído o acompanhamento, a fiscalização, prestações de contas, dentre outros, guarda particularidades, muitas vezes não usual a rotina diária do corpo técnico da Prefeitura, e ocorrem de forma sazonal, ou seja,

existem períodos com grandes demandas e outros sem tais necessidades, não justificando, portanto, a contratação de mão de obra definitiva.

Em 2025, foram elaborados 36 relatórios e 22 reuniões de supervisão as obras coordenadas pelo Programa Teresina Sustentável.

b) Auditoria Externa - CAF

A contratação de empresa especializada em serviços de auditoria faz-se necessária devido obrigações do contrato de financiamento, pois o relatório anual deve ser elaborado por uma empresa independente.

Em 2025, foi elaborado 01 relatório de auditoria externa.

Figura 73 - Acompanhamento da Visita Técnica do CAF a Obras na Capital.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/03/13/semplan-acompanha-visita-tecnica-do-banco-de-desenvolvimento-da-america-latina-caf-a-obras-na-capital/>. Acesso em: 13/03/2025.

4.4 - DIMENSÃO - INFRAESTRUTURA URBANA / REGULAÇÃO

Os tópicos da Dimensão Infraestrutura Urbana/regulação listado abaixo, relaciona-se com os seguintes Programas do PPA 2022-2025:

- Desenvolvimento Territorial do Município: Programa Planejamento Municipal
- Drenagem Municipal: Programa Desenvolvimento Urbano Sustentável - Implantação e Manutenção de Infraestrutura
- Projetos de Inovação na Infraestrutura: Programa Planejamento Municipal

4.4.1 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO



a) Planos, Programas e Projetos de Arquitetura e Engenharia para o Desenvolvimento Urbano

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina (PDOT), instituído pela Lei Complementar nº 5.481, de 20 de dezembro de 2019, é um importante documento que

disciplina o zoneamento, parcelamento e uso do solo urbano no município de Teresina. Como também orienta a política de desenvolvimento territorial do município.

A Semplan desempenha suas atribuições na: a) **Elaboração e implementação de planos urbanos** – criação e revisão constante do Plano Diretor do Município, que orienta o uso e ocupação do solo, a infraestrutura urbana e a política de desenvolvimento urbano; criação e revisão do Sistema Viário do Município. b) **Planejamento de área especiais** – definição e regulamentação das zonas específicas, que podem ser de interesse social, ambiental, institucional, central e de plano específico para urbanização, conforme Lei n. 5.807/2022.

Ao longo de 2025, foram desenvolvidas atividades que trouxeram qualificação dos espaços públicos e à melhoria da infraestrutura urbana, suporte operacional a projetos estruturantes para o Município de Teresina em alinhamento às diretrizes do Plano Diretor e às políticas públicas municipais, os principais encaminhamentos listados abaixo:

- Tratativas de alteração do Código de Obras e Edificações (COE) do Município de Teresina (Lei Complementar nº 4.729/2015). Da edição da nova Lei de Polo Gerador de Tráfego (PGT). Da edição do Projeto de Lei de alteração do PDOT quanto aos recuos laterais de edificações;
- Estudo preliminar bem como de Parque na Sede do IBAMA, no Binário na zona leste, do Viaduto na Avenida Miguel Rosa, e da Conexão da Avenida Centenário com o sistema viário de entorno do Aeroporto;
- Retomada de estudo preliminar do projeto existente do Complexo Terminal Rural de Passageiros e Estádio Lindolfo Monteiro;
- Estudo de realocação do Projeto de Planetário Municipal sob responsabilidade da Semec;
- Início de desenvolvimento de Projeto Básico de palco para apresentações musicais na Praça da Bandeira;
- Elaboração de estudo de volumetria para o Hospital da Primavera. Elaboração de vídeo de animação da modelagem do Hospital no terreno e entorno. E desenvolvimento do anteprojeto da primeira etapa da modernização do Hospital da Primavera; e
- Prancha Conceito do Hospital da Primavera na qual será desenvolvida pelo NuBIM.

b) Acompanhamento e Controle do PDOT

A Lei Municipal nº 5.481, de 18 de outubro de 2019 (PDOT) instituiu a Comissão Técnica Multidisciplinar (CTM) como órgão executivo do Sistema de Acompanhamento e Controle do PDOT. Em janeiro de 2025 houve atualização da composição da CTM, através do Decreto nº 27.637, com a nomeação dos membros publicadas no DOM nº 3.936, de 27 de janeiro de 2025.

As alterações da Lei nº 5.481/2019 através das leis nº 5.806/2022 e nº 5.807/2022 passaram a incorporar alterações nas atividades da CTM, uma vez que todos os processos de parcelamento do solo devem ser analisados por esta Comissão. Houve também a extinção do instrumento do Estudo de Adequação Urbanística.

Desenvolve atribuições, como: elaboração dos termos de referência para os Estudos de Impacto de Vizinhança; análise e emissão de parecer sobre os Estudos de Impacto de

Vizinhança; análise e elaboração as certidões de diretrizes, quando necessárias para implantação de loteamentos e empreendimentos, conforme especificado no PDOT; propõe revisão de critérios e procedimentos relacionados à implementação dos instrumentos da política urbana e das normas de uso e ocupação do território, com vistas a sua adequação aos princípios deste PDOT e ao desenvolvimento social, urbano, ao crescimento econômico e à preservação ambiental; e contribuição com o processo de avaliação e atualização permanente do PDOT, propondo ajustes quando for necessário.

A equipe técnica da Semplan avaliou a viabilidade de uso e ocupação territorial e o impacto urbanístico das propostas encaminhadas (figura 73). Importante frisar, que devido a mudança de quadro de funcionários em função da nova gestão, a demanda de processos está represada devido à necessidade de equipe qualificada. A frequência das reuniões passou a ser menor, tendo em vista a situação de pessoal.

Em 2025 destaca-se a criação de novo modelo de termo de referência para elaboração de Estudos de Impacto de Vizinhança, com acréscimo de especificidades nas informações a serem apresentadas pelos responsáveis técnicos pela elaboração do estudo. No total, 246 documentos foram emitidos pela CTM entre certidão, comunicado de pendências, despacho, nota técnica, ofício, parecer, relatório, termo de referência.

Figura 74 - Reunião de Análise de Instalação de Grandes Empreendimentos.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/04/30/semplan-analisa-a-instalacao-de-grandes-empreendimentos-em-teresina/>
Acesso em: 30/04/2025.

Vale destacar que as atribuições remanescentes do Conselho de Desenvolvimento Urbano foram transferidas para a Comissão Técnica Multidisciplinar através do Decreto Municipal nº 21.229, de 07 de julho de 2021.

c) Patrimônio Imobiliário Municipal

Em 2025, foi realizado **Emissão de declarações**: emissão de declaração de domínio público; emissão de declaração de logradouros, bairros e zona. **Atividade Técnica de Imóveis**: vistorias técnicas para definir limites de propriedades municipais; demarcação de terrenos para controle e planejamento urbano. **Avaliação e Gestão de Imóveis Públicos**:

avaliação imobiliária para fins de desapropriação; avaliação de lotes a serem recebidos pelo município; e desafetação de imóveis públicos.

Esses serviços são direcionados para os órgãos públicos da administração municipal, estadual e proprietários de lotes a serem desafetados pela municipalidade.

Detalhamos os resultados abaixo:

- Emissão de 990 declarações de logradouros e bairros mediante solicitação dos contribuintes;
- Elaboração de 05 Mapas mediante solicitações internas da Prefeitura de Teresina;
- Realização de 10 avaliações imobiliárias e/ou demarcações de terreno para compor instrução processual de desapropriação, desafetação ou aquisição de imóveis pela Prefeitura de Teresina;
- Demarcação de lotes dos terrenos urbanos nº 13 e 14, loteamento Parque Gurupi, bairro Gurupi para fins de desapropriação;
- Atualização de valor de avaliação pelo método IPCA-IBGE de uma sobra de terreno no bairro Cristo Rei;
- Identificação de terrenos para Implantação de Centro de Atenção Psicossocial (CAP) e Fundação Municipal de Saúde (FMS);
- Avaliação de área apossada não documentada no bairro São Pedro;
- Participação em audiência judicial como assessoria técnica à Procuradoria do Município acerca de perícia de avaliação imobiliária em terreno no loteamento Beira Rio;
- Avaliação de terreno no bairro Todos os Santos para doação de área à Prefeitura de Teresina;
- Avaliação de sobra de terreno em lote no bairro Cidade Nova;
- Avaliação de terreno em lote no bairro Gurupi para doação;
- Demarcação de terreno situado na Vila Firmino Filho, bairro Mocambinho;
- Vistoria de sobra terreno no bairro Morro da Esperança;
- Avaliação de imóvel situado na rua Riachuelo, n. 491, sul; e
- Avaliação de imóvel situado na rua argentina com a rua costa rica, sul.

d) Nomeação de Logradouros

De modo geral, a nomeação dos logradouros do município, desde 2014, ocorre através do concurso cultural “Se Essa Rua Fosse Minha”.

Que tem como objetivo dar nome aos logradouros sem identificação oficial através de homenagens propostas por iniciativa popular. Uma Comissão Especial analisar as biografias inscritas, valida as denominações sugeridas e as submete a sorteio, distribuindo-as por todas as zonas com logradouros disponíveis. Isso resulta em uma lei única que nomeia todos esses logradouros.

Alternativamente, existem projetos de leis de nomeação de logradouros enviados por iniciativa de vereadores que, quando remetidas pela Semgov, são analisadas pela Seplur quanto à sua pertinência de comprovação por parte do chefe do executivo municipal.

Em 2025, obtivemos os seguintes resultados:

- atualização do banco de dados de ruas sem denominação oficial aptas para participarem do programa e nomeação de dois logradouros; e
- coleta de demanda dos munícipes, encaminhadas por processo SEI ou presencialmente, de logradouros para homenagem por nomeação.

e) Geoprocessamento e Pesquisa

A Semplan desempenha atribuições no: **a) Mapeamento e Geoprocessamento:** cria e mantém mapas temáticos sobre infraestrutura, meio ambiente, ocupação do solo, rede viária, entre outros; atualiza o banco de dados georreferenciado do município; e participa dos sistemas de informação geográfica (SIG) para tomada de decisão. **b) Pesquisa e análise de dados especiais:** analisa dados geográficos para subsidiar políticas públicas e projetos urbanos; fornece informações para zoneamento urbano, regularização fundiária e planejamento territorial; realiza estudos sobre a expansão urbana e impactos ambientais. **c) Suporte a outros órgãos municipais:** disponibiliza dados espaciais para setores como planejamento, meio ambiente, transporte e obras; oferece suporte técnico no uso de ferramentas de geoprocessamento. **d) Monitoramento e vistorias técnicas:** acompanha a evolução da ocupação do solo por meio de imagens de satélite e aerofotogrametria.

Em 2025, dentre os resultados destaca-se a:

- Elaboração de 23 mapas, dentre eles, mapas de abrangências dos Conselhos Tutelares de Teresina e CRAS. Mapas de divisão administrativa de bairros. Mapas com a localização dos empreendimentos do Habitação de Interesse Social (CEHIS);
- Atualização constante de mapas da área urbana e identificação de logradouros oficialmente nomeados com disponibilização à consulta pública através do site da Semplan; e
- Avaliação de sistema digital para conferência de cumprimento de contrato de Cadastro Técnico Multifinalitário.

Figura 75 - Reunião de Alinhamento para Implantação do SIG Web.



Fonte: <https://pmt.pi.gov.br/2025/01/27/semplan-semf-e-prodater-discutem-implantacao-do-sistema-de-informacoes-geograficas-sig-web/>. Acesso em: 27/01/2025.

4.4.2 - DRENAGEM MUNICIPAL



a) Análise dos Processos Tramitados no Assessoramento a Drenagem Urbana

A análise dos processos referiu-se à avaliação técnica, administrativa e normativa dos documentos e solicitações, em atendimento a Lei Complementar nº 4.724, de 03 de junho de 2015, com objetivo de garantir que os empreendimentos e intervenções urbanas não causem problemas de alagamento, erosão ou impactos negativos na drenagem da cidade.

Quadro 23 - Competências Exercidas no Assessoramento da Drenagem Urbana.

Descrição
Verificação de conformidade com normas e legislações vigentes, em específico a Lei Complementar nº 4.724/2025 sobre drenagem urbana;
Avaliação de projetos relacionados a impactos na drenagem pública, como loteamentos, empreendimentos e obras públicas;
Revisão de estudos hidrológicos e hidráulicos, verificando cálculos, memoriais descritivos e plantas;
Emissão de pareceres técnicos sobre a viabilidade e adequação dos projetos analisados.

Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025

Foram demandados da área de Drenagem Urbana um total de 522 processos, dos quais foi possível a análise de 470, tendo apenas 52 ainda para serem analisados. Deste quantitativo de total de processos, 214 tratavam de projetos/ propostas, os outros 308 foram outras atividades desenvolvidas.

Gráfico 9 - Detalhamento de Algumas Atividades Desenvolvidas na tramitação de Processos de Drenagem Urbana.



Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

b) Processos de Licenciamento

O acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental tem a finalidade de garantir que os empreendimentos atendam às normas de drenagem urbana e minimizem impactos ambientais.

Quadro 24 - Principais tipos de solicitações avaliadas.

Descrição
Consultas prévias: verificação inicial da viabilidade ambiental do empreendimento antes da formalização do pedido de licenciamento e análise das condições da área, restrições ambientais e exigência para a drenagem pluvial;
Licenças de instalação/ Alvarás de construção: avaliação dos projetos de drenagem apresentados pelo empreendedor para garantir conformidade com as diretrizes municipais e exigência de medidas de controle de escoamento pluvial, reservatórios de amortecimento e outros dispositivos técnicos;
Licença de operações/ Habite-se: fiscalização final para garantir que as soluções de drenagem foram implementadas conforme o projeto aprovado e liberação do funcionamento do empreendimento somente após cumprimento das exigências ambientais.

Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

No ano de 2025, até o mês de abril, foram recebidas 76 solicitações, sendo que das licenças de instalação/ alvará de construção há um total de 9 com pendências.

Quadro 25 - Solicitações recebidas por tipo.

Tipo de Solicitação	Deferidas	Com pendências
Consulta Prévia	106	6
Licença de Instalação/ Alvará de Construção	47	32
Licença de Operação/ Habite-se	30	2
Total	183	40

Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

c) Amortecimento das Vazões de Novos Empreendimentos no Sistema Público de Drenagem

O Amortecimento das vazões de novos empreendimentos no sistema público de drenagem é um fator que indica a aplicação da Lei Complementar nº 4724/2015 no controle dos impactos da drenagem urbana de novos empreendimentos e inundações ribeirinhas, na drenagem pluvial pública.

Quadro 26 - Tipos de serviços de amortecimento das vazões.

Tipo de Serviço	Quantidade
Área de terreno ocupada (m ²)	635.771,35
Área impermeabilizada (m ²)	479.967,31
Vazão dos empreendimentos (m ³ /s)	11,20
Vazão controlada (m ³ /s)	3,78
Volume de amortecimento (m ³)	28.803,33
Percentual de Controle de vazão na Drenagem Pública	66,27%

Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

LEGENDA:

Área de terreno ocupada (m^2) representa a extensão total do terreno utilizado pelo empreendimento, incluindo edificações, áreas pavimentadas, áreas verdes e outras infraestruturas

Área impermeabilizada (m^2) corresponde à parte do terreno onde a infiltração de água no solo é impedida, como ruas, estacionamentos, calçadas e coberturas de edificações

Vazão dos empreendimentos (m^3/s) indica a quantidade de água escoada superficialmente em um determinado tempo, considerando a impermeabilização e as características do empreendimento

Vazão controlada (m^3/s) refere-se à vazão de saída do empreendimento após a implementação de medidas de controle, como reservatórios de retenção, bacias de retenção e sistemas de drenagem sustentável

Volume de amortecimento (m^3) representa a capacidade de armazenamento de dispositivos de controle de cheias, como reservatórios de retenção e bacias de retenção.

Figura 76 - Vistoria de Obras de Drenagem de Novos Empreendimentos.



Fonte: SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

d) Fiscalização de Obras

A fiscalização de obras relacionadas aos projetos de controle de impactos na drenagem urbana visa garantir que as construções estejam em conformidade com os projetos aprovados e as normas vigentes.

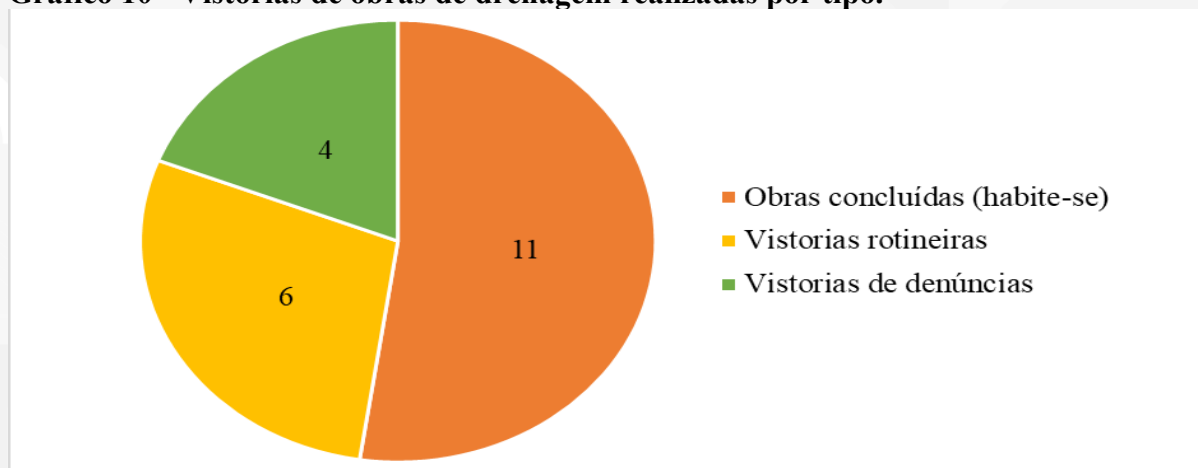
Quadro 27 - Tipos de fiscalização.

Obras Concluídas - Habite-se
Consiste na verificação final das medidas de controle de drenagem antes da emissão do Habite-se, documento que autoriza a ocupação e uso da edificação
Avalia se os dispositivos de drenagem, como reservatórios de retenção, pavimentos permeáveis e sistemas de escoamento, foram executados conforme o projeto aprovado
Caso haja divergências ou descumprimento das exigências, pode ser exigida a regularização antes da liberação do empreendimento
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
Fiscalização específica para acompanhar o cumprimento de obrigações assumidas pelos empreendedores em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), firmados geralmente para corrigir irregularidades identificadas
Pode incluir a implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais, correções em sistemas de drenagem e adequações estruturais
O não cumprimento do TAC pode resultar em sanções, multas ou novas exigências por parte do órgão fiscalizador
Rotineiras

Inspeções periódicas realizadas em obras em andamento ou concluídas, mesmo sem solicitações específicas ou denúncias
Tem como objetivo garantir que as diretrizes e normas técnicas sejam respeitadas ao longo da execução das obras
Pode envolver vistorias em diversas regiões da cidade para monitorar a eficácia das medidas de controle de drenagem implantadas
Denúncias
Fiscalizações motivadas por reclamações da população, de órgãos ambientais ou de outras entidades sobre possíveis irregularidades nas obras de drenagem
As denúncias podem estar relacionadas a alagamentos, obstruções em sistemas de drenagem, ausência de dispositivos de controle ou impactos negativos ao meio ambiente
Após a vistoria, podem se exigidas adequações ou aplicadas penalidades conforme a legislação vigente

Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Gráfico 10 - Vistorias de obras de drenagem realizadas por tipo.



Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até abril/2025.

Figura 77 - Vista de Alguns Empreendimentos vistoriados.



Fonte: ASDREN/ SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

e) Outras Atividades Desenvolvidas

Quadro 28 - Atividades de Articulação Institucional Desenvolvidas.

Descrição
Tratativas para atualização da Lei Complementar nº 4.724, de 03 de julho de 2015
Comissão Técnica Multidisciplinar - CTM para tratar de projetos de drenagem
Comissão Técnica de Fiscalização dos Projetos de Drenagem das Sub-Bacias de Macrodrenagem
Audiências no MPPI, 24 PJ - Meio Ambiente para tratar sobre denúncias e irregularidades
Reunião no TCE - PI para tratar do sistema de drenagem de Teresina.

Fonte: Assessoria de Drenagem/SEPLAG/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Figura 78 - Reuniões com o SINDUSCON.

Fonte: ASDREN/ SEPLAG/SEMPPLAN/PMT.

4.4.3 - PROJETOS DE INOVAÇÃO NA INFRAESTRUTURA URBANA

O Núcleo de Modelagem da Informação da Construção (NUBIM) foi criado por meio do Decreto Municipal nº 20.269/2020, a fim de executar a adoção da metodologia BIM nos órgãos da Prefeitura de Teresina, à vista disso coordena, apoia e acompanha a adoção da Plataforma BIM nos setores das secretarias municipais que possuam serviços vinculados à construção civil.

O BIM (*Building Information Modeling*) tem o propósito na Prefeitura, dentre outros, reduzir os custos e prazos na execução dos projetos minimizando desperdícios, gerenciamento do ciclo de vida dos ativos construídos, sob titularidade da Prefeitura, com foco no planejamento, viabilidade e controle de sua manutenção.

Todavia o Núcleo vem encontrando dificuldades de implantação e implementação da metodologia BIM, mas que apesar disso, dentre outras atribuições, vem realizando treinamentos e capacitações específicas na metodologia e tecnologia da Plataforma BIM direcionados aos servidores com o intuito de disseminar a ferramenta; desenvolveu cadernos de nomenclaturas de diretórios e projetos BIM; atualizou o manual de padronizações de nomenclaturas BIM; e modelos de documentos a fim de fornecer às secretarias um padrão e logísticas únicas.

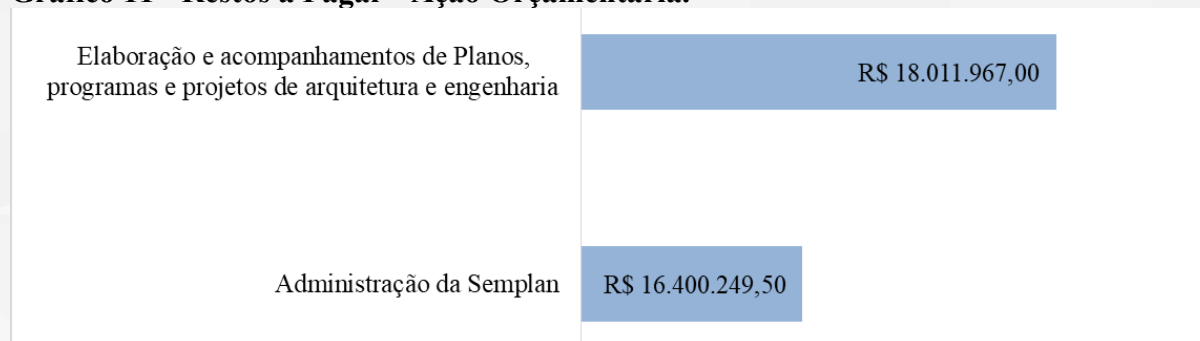
Buscando efetividade da ferramenta, destaca-se demais atividades desenvolvidas em 2025:

- Disponibilidade de equipamentos com softwares BIM aos órgãos para apoiar estudos de viabilidade de projetos;
- Acompanhamento da produção de estudos e projetos realizados com os softwares;
- Apresentação da ferramenta BIM para contratação do Gêmeo Digital do Palácio da Cidade, visando a reforma do Palácio e facilitando a viabilização da licitação dos projetos em BIM, bem como levantamento de propostas para a contratação do Gêmeo Digital do Palácio da Cidade;
- Apresentação do BIM ao secretário de educação e sua equipe técnica, como pauta a 1ª licitação BIM realizada e concluída sob a coordenação no Núcleo na gestão anterior mais ainda vigente, de 05 creches municipais na metodologia BIM, nos projetos e obras;
- Desenvolvido projeto sustentável de drenagem Dirceu II em conjunto com a Assessoria de Drenagem da Semplan, beneficiando a praça do mercado e as instituições próximas;
- Finalizado o projeto básico e iniciado o projeto executivo da Praça do Mercado de Dirceu II (praça dos curumins) e articulado junto à Agenda 2030 a captação de recursos;
- Projeto para feirantes da rua climatizada; e
- Coordenação do Grupo Técnico Interinstitucional do Polo Cerâmico (GTI).

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A seguir, apresenta-se a consolidação dos Restos a Pagar por Ação Orçamentária, detalhando os valores pendentes relacionados a cada ação e objeto orçamentário, totalizando R\$34.412.216,50.

Gráfico 11 - Restos a Pagar - Ação Orçamentária.



Fonte: Financeiro/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

A tabela a seguir apresenta a Execução Orçamentária e Financeira da Semplan em 2025, discriminando os valores gastos por contrato.

Quadro 29 - Execução Financeira - Discriminada por Contrato Semplan- 2025.

Nº Contrato	Valor inicial	Valor atualizado	Empenhado	Liquidado	Despesas Exercício anterior	Pago no Exercício Atual
06/24	25.500,00	25.500,00	7.000,00	7.000,00	0,00	7.000,00
02/23	65.256,92	65.256,92	21.000,00	14.241,35	0,00	14.241,35
15/13	52.800,00	52.800,00	51.392,00	51.392,00	0,00	51.392,00
13/18	84.350,76	84.350,76	62.030,75	62.030,75	19.949,75	62.030,75
04/20	104.961,36	104.961,36	60.967,80	46.129,56	10.161,30	46.129,56
09/23	26,72 (por estagiário)	26,72 (por estagiário)	2.129,99	1.997,09	329,99	1.997,09
48/19	48.300,00	48.300,00	51.288,00	47.014,00	0,00	47.014,00
02/20	125.779,00	125.779,00	2.000,00	1.170,80	0,00	1.170,80
17/22	129.600,00	129.600,00	118.800,00	118.800,00	0,00	118.800,00
991245/7571/18	20.000,00	20.000,00	625,86	53,53	25,86	53,53
12/19	33,04 (valor por cm coluna)	33,04 (valor por cm coluna)	600,00	0,00	0,00	0,00
12/21	46.000,00	46.000,00	40.740,00	28.623,00	3.378,00	28.623,00
15/21	76.850,00	76.850,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Financeiro/SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

A tabela a seguir apresenta a Execução Orçamentária e Financeira da Semplan em 2025, discriminando os valores gastos por categoria de despesa. Estão incluídos os investimentos, despesas com pessoal, serviços, material de consumo, viagens e demais compromissos financeiros da Secretaria, com base nos dados computados em 2025.

Quadro 30 - Execução Orçamentária e Financeira - Discriminada por Despesa Semplan - 2025.

Demanda	Descrição	Valor (R\$)
Despesas totais da Secretaria (gasto efetivo para o funcionamento da Semplan)	Pessoal e encargos sociais	28.318.000,00
	Investimentos (software, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanentes)	70.953.000,00
	Material de Consumo	356.000,00
	Serviços de Consultoria	11.560.000,00
	Eventos / Campanhas dentro da Semplan	-
	Premiações culturais (Se Minha Casa Fosse Minha e outros: prêmios, condecorações, medalhas, troféus, etc.)	-
	Serviço/Contratação de Cursos/Treinamentos/Capacitação/Eventos	-
	Sentenças judiciais (pagamento de precatórios, cumprimento de sentenças judiciais, decisões judiciais)	30.000,00
	Despesas com viagens a serviço (Passagem)	240.000,00
	Despesas com viagens a serviço (Diária)	191.000,00

Fonte: Financeiro/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

A) Execução de créditos adicionais

a1) Execução de créditos adicionais por tipo

No período analisado, a execução de créditos adicionais apresentou um total de 841 operações, correspondendo a R\$ 1.605.992.635,24. Deste total, a maior parte se refere a créditos suplementares, com 838 movimentações que totalizaram R\$ 1.488.595.276,24, refletindo o esforço de adequação orçamentária às necessidades de cada mês. Os créditos especiais foram pouco expressivos, contabilizando apenas 3 operações no valor de R\$ 117.397.359,00, enquanto não houve registro de créditos extraordinários no período.

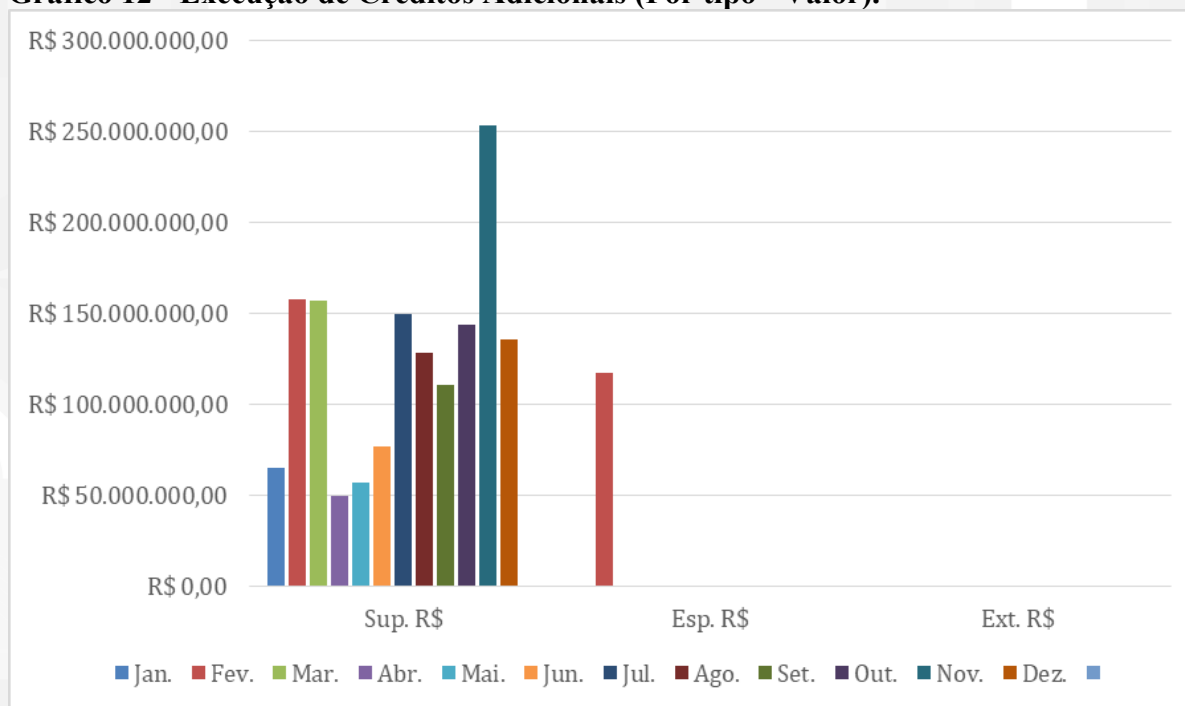
Quadro 31 - Execução de créditos adicionais (Por tipo).

Mês	Suplementar		Especial		Extraordinário		Total	
	Qd	Valor (R\$)	Qd	Valor (R\$)	Qd	Valor (R\$)	Qd	Valor (R\$)
Jan.	18	65.704.945,22	0	0,00	0	0,00	18	65.704.945,22
Fev.	34	157.720.341,00	3	117.397.359,00	0	0,00	37	275.117.700,00
Mar.	33	157.261.198,00	0	0,00	0	0,00	33	157.261.198,00
Abr.	49	49.985.071,00	0	0,00	0	0,00	49	49.985.071,00
Mai.	61	57.593.096,53	0	0,00	0	0,00	61	57.593.096,53
Jun.	57	77.455.599,00	0	0,00	0	0,00	57	77.455.599,00
Jul.	87	150.026.710,00	0	0,00	0	0,00	87	150.026.710,00
Ago.	73	128.829.642,04	0	0,00	0	0,00	73	128.829.642,04
Set.	101	110.897.870,00	0	0,00	0	0,00	101	110.897.870,00
Out.	98	143.706.753,00	0	0,00	0	0,00	98	143.706.753,00

Nov.	118	253.633.712,62	0	0,00	0	0,00	118	253.633.712,62
Dez.	109	135.780.337,83	0	0,00	0	0,00	109	135.780.337,83
Total geral	838	1.488.595.276,24	3	117.397.359,00	0	0,00	841	1.605.992.635,20

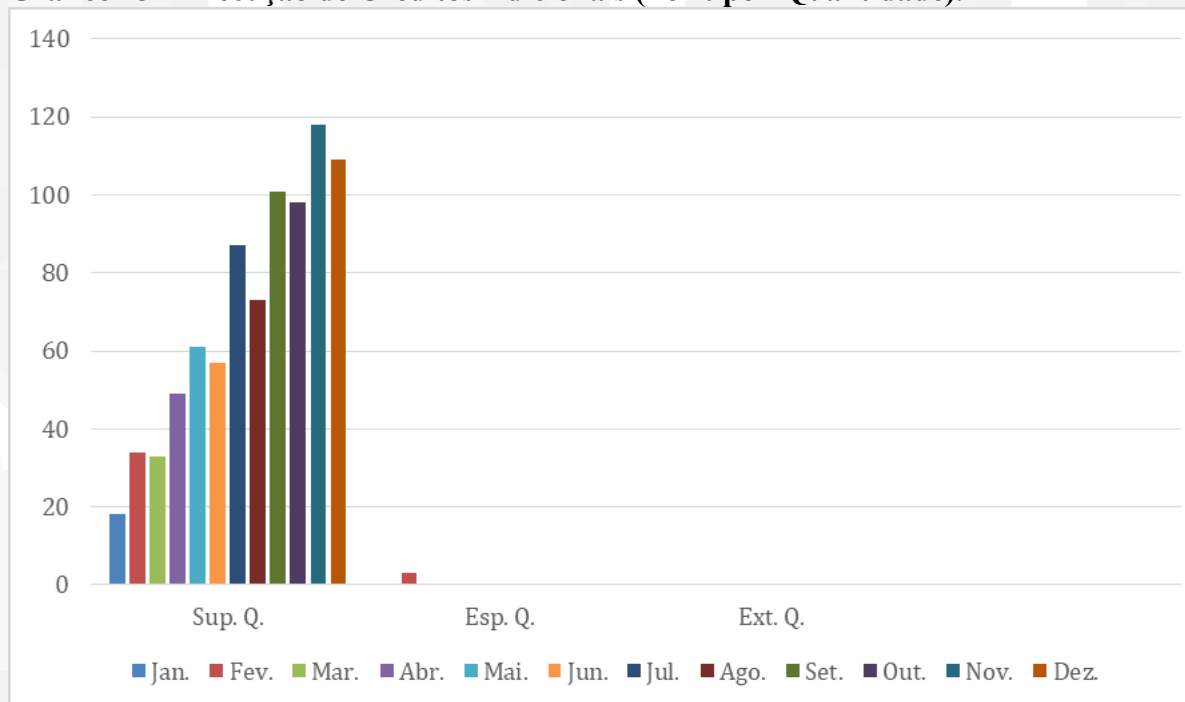
Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025

Gráfico 12 - Execução de Créditos Adicionais (Por tipo - Valor).



Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Gráfico 13 - Execução de Créditos Adicionais (Por tipo - Quantidade).



Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Sup. Q. = Suplementar (Quantidade); Esp. Q. = Especial (Quantidade); Ext. Q. = Extraordinário (Quantidade).

a2) Execução de créditos adicionais por instrumento

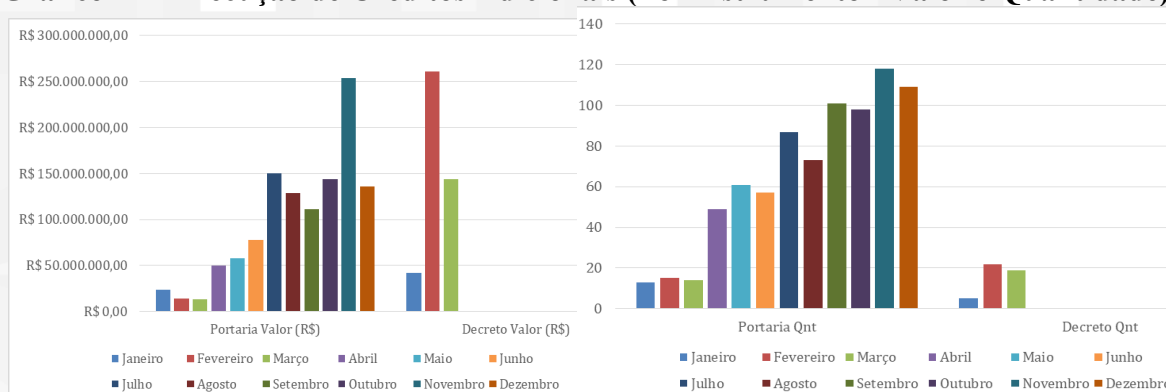
Durante o exercício, foram executados 841 créditos adicionais, totalizando R\$ 1.605.992.635,24. Destes, a grande maioria ocorreu por Portaria (795 operações, R\$ 1.159.073.017,02), enquanto os créditos por Decreto corresponderam a apenas 46 operações, totalizando R\$ 446.919.618,22, representando aproximadamente 28% do valor total.

Quadro 32 - Execução de créditos adicionais (Por instrumento).

Mês	Portaria Qnt	Portaria Valor (R\$)	Decreto Qnt	Decreto Valor (R\$)	Total Qnt	Total Valor (R\$)
Janeiro	13	23.545.608,00	5	42.159.337,22	18	65.704.945,22
Fevereiro	15	14.327.119,00	22	260.790.581,00	37	275.117.700,00
Março	14	13.291.498,00	19	143.969.700,00	33	157.261.198,00
Abril	49	49.985.071,00	0	0,00	49	49.985.071,00
Mai	61	57.593.096,53	0	0,00	61	57.593.096,53
Junho	57	77.455.599,00	0	0,00	57	77.455.599,00
Julho	87	150.026.710,00	0	0,00	87	150.026.710,00
Agosto	73	128.829.642,04	0	0,00	73	128.829.642,04
Setembro	101	110.897.870,00	0	0,00	101	110.897.870,00
Outubro	98	143.706.753,00	0	0,00	98	143.706.753,00
Novembro	118	253.633.712,62	0	0,00	118	253.633.712,62
Dezembro	109	135.780.337,83	0	0,00	109	135.780.337,83
TOTAL GERAL	795	1.159.073.017,02	46	446.919.618,22	841	1.605.992.635,24

Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Gráfico 14 - Execução de Créditos Adicionais (Por instrumento - Valor e Quantidade).



Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

a3) Execução de créditos adicionais (Origem do recurso)

A execução de créditos adicionais, quando analisada pela origem dos recursos, revela que a maior parte dos ajustes ocorreu por meio de reduções, com 798 operações totalizando R\$ 1,288 bilhão. O Excesso de Arrecadação contribuiu com 35 movimentações, somando R\$ 236,5 milhões, enquanto o Superávit Financeiro originou apenas 8 operações, totalizando R\$ 81 milhões. Ao longo do ano, percebe-se que os meses finais concentraram os maiores valores, principalmente em novembro e dezembro, evidenciando a necessidade de ajustes no

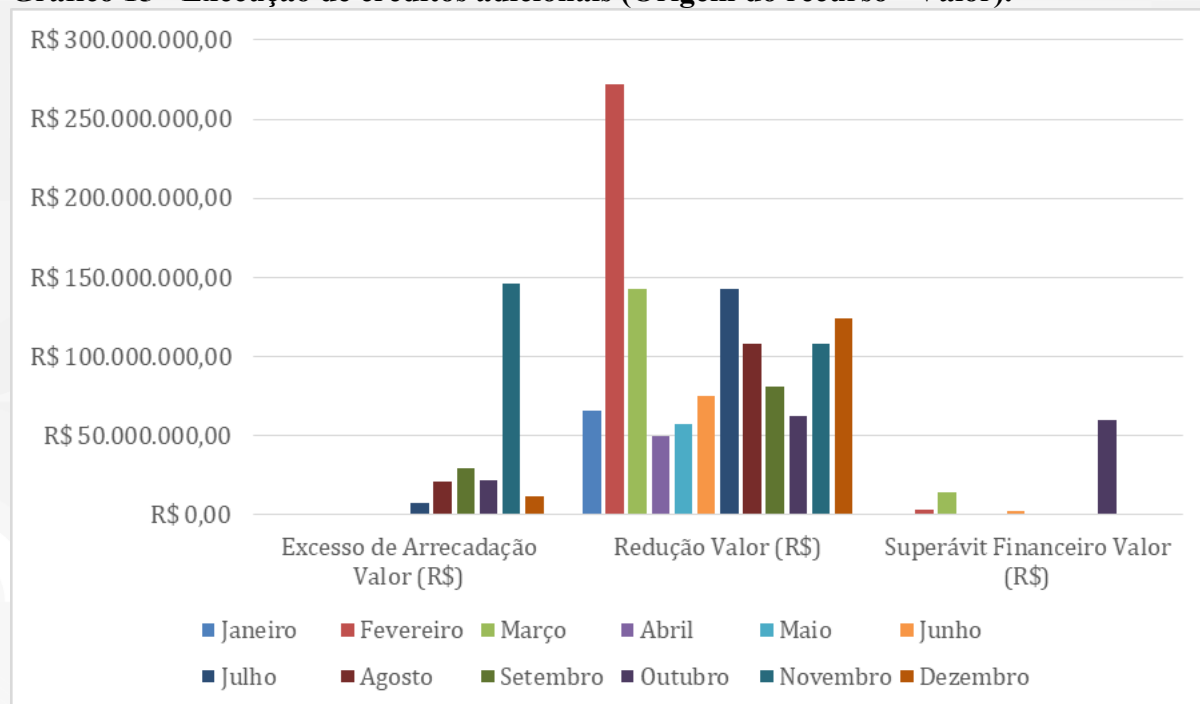
fechamento do exercício e garantindo que os recursos disponíveis fossem efetivamente utilizados.

Quadro 33 - Execução de créditos adicionais (Origem do recurso).

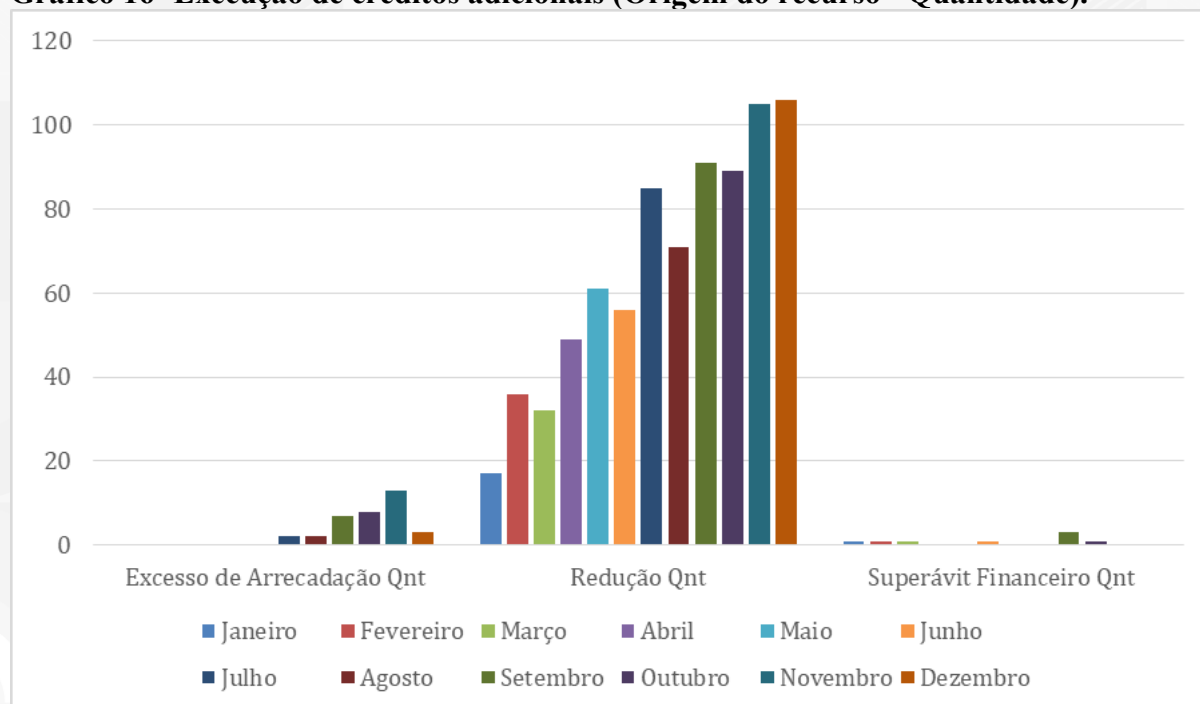
Mês	Excesso de Arrecadação		Redução		Superávit Financeiro		Total	
	Qt	Valor (R\$)	Qt	Valor (R\$)	Qt	Valor (R\$)	Qt	Valor (R\$)
Jan.	0	0,00	17	65.497.265,00	1	207.680,22	18	65.704.945,22
Fev.	0	0,00	36	271.917.700,00	1	3.200.000,00	37	275.117.700,00
Mar.	0	0,00	32	142.927.659,00	1	14.333.539,00	33	157.261.198,00
Abr.	0	0,00	49	49.985.071,00	0	0,00	49	49.985.071,00
Mai.	0	0,00	61	57.593.096,53	0	0,00	61	57.593.096,53
Jun.	0	0,00	56	74.955.599,00	1	2.500.000,00	56	77.455.599,00
Jul.	2	7.208.000,00	85	142.818.710,00	0	0,00	87	150.026.710,00
Ago.	2	21.197.878,04	71	107.631.764,00	0	0,00	73	128.829.642,04
Set.	7	29.525.726,00	91	80.570.889,00	3	801.255,00	101	110.897.870,00
Out.	8	21.339.000,00	89	62.367.753,00	1	60.000.000,00	98	143.706.753,00
Nov.	13	145.884.514,00	105	107.749.198,62	0	0,00	118	253.633.712,62
Dez.	3	11.398.025,28	106	124.382.312,55	0	0,00	109	135.780.337,83
Total Geral	35	236.553.143,32	798	1.288.397.017,70	8	81.042.474,22	841	1.605.992.635,24

Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

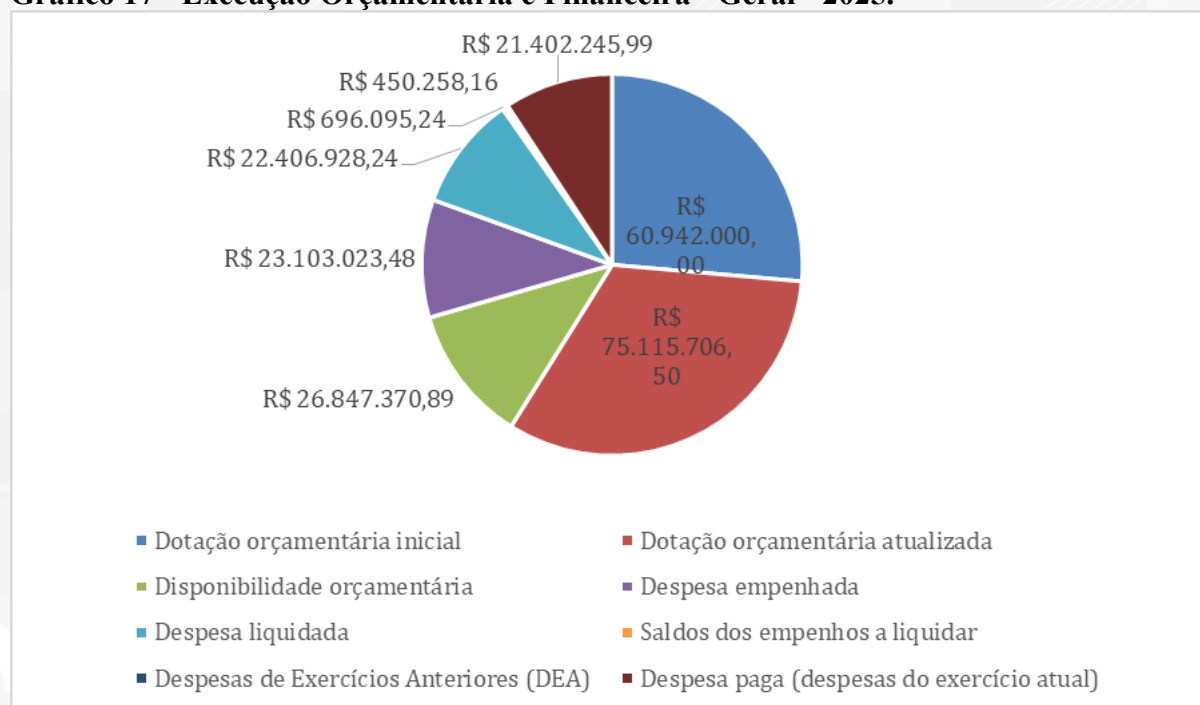
Gráfico 15 - Execução de créditos adicionais (Origem do recurso - Valor).



Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

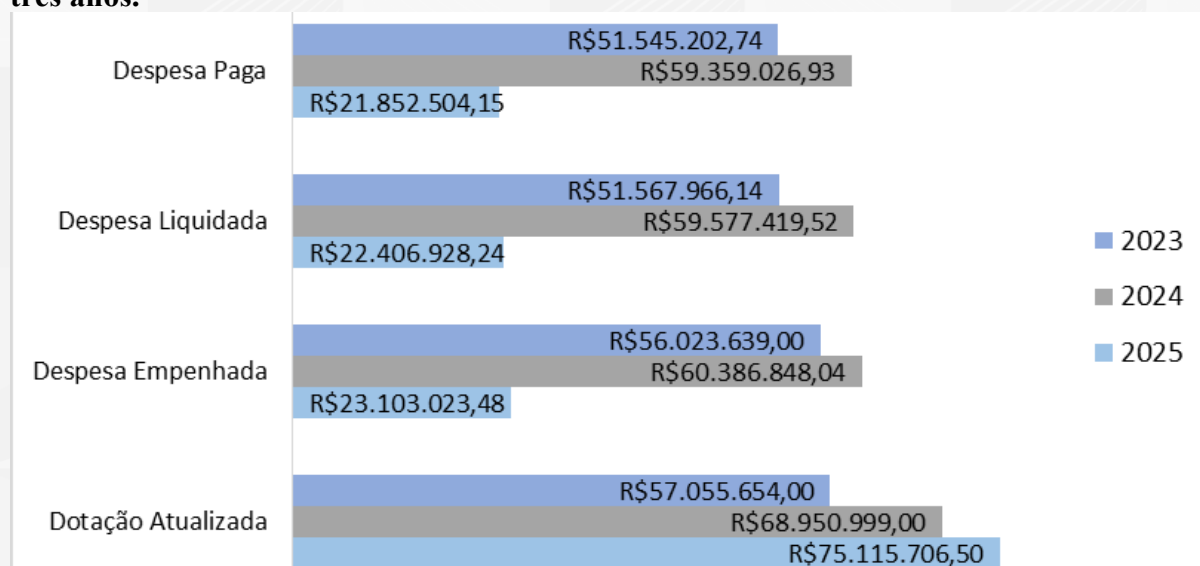
Gráfico 16 -Execução de créditos adicionais (Origem do recurso - Quantidade).

Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Gráfico 17 - Execução Orçamentária e Financeira - Geral - 2025.

Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

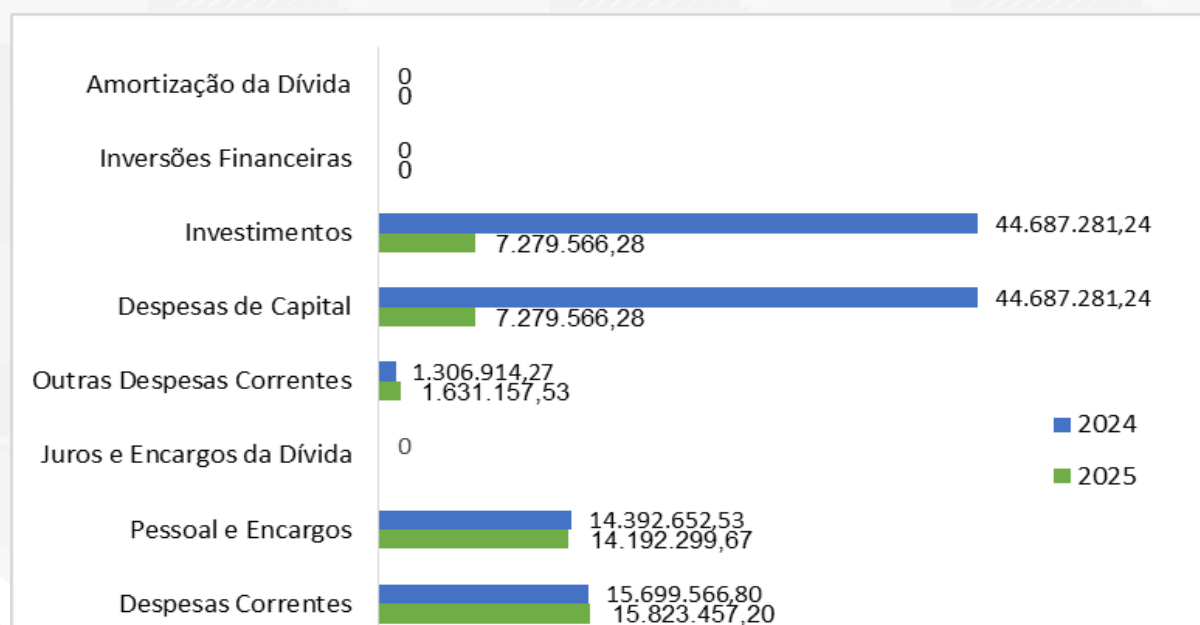
Gráfico 18 - Execução Orçamentária e Financeira Semplan - série histórica dos últimos três anos.



Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

O total da despesa executada no ano de 2024 foi de R\$ 60.386.848,04, já em 2025, o valor foi da ordem de R\$ 23.103.023,48.

Gráfico 19 - Despesa Executada (Comparativo com exercício anterior).



Fonte: CECO/SEMPPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

Quadro 34 - Execução Orçamentária e Financeira - Discriminada por Ação Orçamentária Semplan - 2025.

Cód .	Ação Orçamentária	Valor (R\$)					
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	DEA (Desp. Exercícios Anteriores)	Pago (Exercício Atual)

1716	Apoio a Supervisão das Obras-CAF	1.650.000,00	1.510.600,00	492.359,53	492.359,53	0,00	492.359,53
1717	Auditoria Externa-CAF	60.000,00	60.000,00	55.784,21	30.284,21	0,00	30.284,21
1718	Apoio a UGP na Gerência do Programa-CAF	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1720	Agenda Teresina 2030	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1971	Criação e Implantação do LaBIM - Laboratório BIM da PMT	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	Desapropriação de Terreno	10.004.000,00	16.978.118,00	1.289.252,78	1.184.448,26	0,00	672.141,54
2018	Administração da Semplan	20.822.000,00	16.400.249,50	15.523.457,20	15.293.909,81	438.189,43	14.813.603,01
2642	Elaboração e acompanhamento de Planos, Programas e Projetos de arquitetura e engenharia	5.400.000,00	18.011.967,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2792	Administração Municipal de Concessões e Parcerias	15.000,00	3.428.772,00	3.428.771,55	3.417.410,95	0,00	3.417.410,95
2997	Apoio à Política de Primeira Infância junto ao Programa Urban95	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2998	Infraestrutura Urbano-rural e Social.	18.875.000,00	14.776.000,00	2.013.398,21	1.730.667,51	12.068,73	1.718.598,78
4000	Fortalecimento Institucional e Empoderamento Social.	1.036.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4001	Gerenciamento de Projeto.	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4062	Administração do NuBIM - Núcleo BIM da PMT	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4108	Gestão do Fundo Municipal de Drenagem Urbana.	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7196	Realizar ações e serviços com recursos de Emendas Parlamentares - SEMPLAN	450.000,00	300.000,00	300.000,00	257.847,97	0,00	257.847,97
TOTAL		60.942.000,00	75.115.706,50	23.103.023,48	22.406.928,24	450.258,16	21.402.245,99

Fonte: CECO/SEMPAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.

6. LISTA DE SIGLAS

A

AcoplaRE – Projeto Acoplamento de Setores e Economia Verde

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

ASDREN – Assessoria de Drenagem Urbana

B

BSC – Indicadores Balanceados de Desempenho (*Balanced Score Card*)

C

CAF – Comissão Andina de Fomento

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CDP – *Carbon Disclosure Project*

CH₄ – Metano

CIT INOVA – Projeto Multilateral realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CLIMATHE - Conferência do Clima de Teresina

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

COMJUCA – Comissão de Justiça Climática

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA

CO₂ – Dióxido de carbono

C40 – Rede de Cidades para Liderança do Clima

D

DOM – Diário Oficial do Município

E

ESG – Ambiental, Social e Governança (Environmental, Social and Governance)

F

FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMS – Fundação Municipal de Saúde

FWF – Fundação Wall Ferraz

G

GIZ – Agência Alemã *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GmbH - cooperação bilateral Brasil-Alemanha)

I

IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal

IFPI – Instituto Federal do Piauí

I – PLAN – Módulo do sistema E- governo voltado ao planejamento municipal

L

LSE – Escola de Economia e Ciência Política de Londres (*London School of Economics and Political Science*)

LUPPA – Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares

M

MA – Maranhão

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MOU – Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding*)

N

N₂O - Óxido nitroso

O

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

P

PE – Planejamento Estratégico

PGM – Procuradoria Geral do Município

PMRR – Plano Municipal de Redução de Risco

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina

PPA – Plano Plurianual

PPPA – Projeto de Lei do Plano Plurianual

PRODATER – Empresa Teresinense de Processamento de Dados

PSA – Programa de Pagamento por Serviços Ambientais

R

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico

S

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDR – Superintendência de Desenvolvimento Rural

SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano

SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEMCASP – Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Públicas Integradas

SEMPPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

SEPLAG – Secretaria Executiva de Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão

SGB – Serviço Geológico do Brasil

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

SIMAPP – Sistema de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas

SMPM – Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

STRANS – Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito

SWOT – Metodologia de Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidade (*Strengths, Weakness, Strenghts and Opportunities*)

T

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TI – Tecnologia da Informação

TUC – Aliança para Transformação Urbana

U

UAPC – Unidade Apresentadora de Prestação de Contas

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UPC – Unidade Prestadora de Contas

USP – Universidade de São Paulo

APÊNDICE - RELAÇÃO DE GESTORES E RESPONSÁVEIS

Nome Completo	CPF	Cargo ou Função Exercida	Período Inicial	Período Final	Correio Eletrônico (e-mail)	Telefone Institucional
Marco Antônio Ayres Corrêa Lima	048.215.993-68	Secretário Municipal	01/01/2025	31/12/2025	semplan.pmt@gmail.com	32157527
Daniel Pereira da Silva Monteiro Rosa	004.499.783-38	Secretário Executivo de Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão	01/01/2025	31/12/2025	engdanielpmt@gmail.com	32157520
Ítalo Portela Gomes	992.105.503-82	Secretário Executivo de Captação de Recursos e Monitoramento	01/01/2025	31/12/2025	italoportela@hotmail.com	32157520
Augusto César Basílio Soares	043.620.203-49	Secretário Executivo de Planejamento Urbano	01/01/2025	31/12/2025	seplur.semplan@gmail.com	32157520
Mayvan Vieira da Silva	374.706.713-15	Chefe de Gabinete	01/01/2025	31/12/2025	semplan.pmt@gmail.com	32157527
Liana Isis Castelo Branco Nunes Rodrigues	835.529.283-91	Coordenadora Administrativa	01/01/2025	31/12/2025	coordenacaosemplanpmt@gmail.com	32221170
Sara Rodrigues Mendonça	013.345.633-14	Assessora Técnica da SEMPLAN	01/01/2025	31/12/2025	assessoriajuridicasemplan@gmail.com	32221170
Ediberto Marques de Matos	341.704.643-20	Gerente Financeiro	01/01/2025	31/12/2025	financeirosemplanthe@gmail.com	32157520
Éder Trindade Fabeni	576.762.402-04	Coordenação Especial de Elaboração Orçamentária e Controle de Gestão	01/01/2025	31/12/2025	coordenacao.semplan@gmail.com	32157520
Gil Alves Cabral	037.314.713-96	Coordenação Especial de Execução e Controle Orçamentário	01/01/2025	31/12/2025	gil.cabral.pmt@gmail.com	32157520
Luzana Leite Brasileiro	912.931.893-91	Coordenação de Captação de Recursos	01/01/2025	31/12/2025	luzanaleite@hotmail.com	32157520
Renata de Sousa Queiroz Carvalho	050.533.413-54	Coordenação de Monitoramento	01/01/2025	31/12/2025	renatacarvalgo.pmt@hotmail.com	32157520
Raquel Alves Bezerra Lima	658.283.643-61	Coordenação do Programa Teresina Sustentável	01/01/2025	31/12/2025	raquel.pmt@hotmail.com	94240178

Fonte: SEMPLAN/PMT. Dados computados até dezembro/2025.